

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

NÚBIA FERREIRA

**AUXILIARES:
UMA SUBCLASSE DOS VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO**

**FLORIANÓPOLIS
2009**

NÚBIA FERREIRA

**AUXILIARES:
UMA SUBCLASSE DOS VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Miotto

**FLORIANÓPOLIS
2009**

NÚBIA FERREIRA

AUXILIARES: UMA SUBCLASSE DOS VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Linguística
Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Hammes Rodrigues

Tese defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de DOUTOR em Linguística, pela comissão examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Carlos Mito – Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Scher – Membro externo
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Mathias Schaf Filho – Membro externo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Figueiredo Silva – Membro interno
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Pires de Oliveira – Membro interno
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Dr^ª. Izete Coelho Lehmkuhl – Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, novembro de 2009.

*À Juju, à Vívian e ao Ângelo,
pela importância que têm na minha vida.*

RESUMO

A proposta dessa pesquisa é investigar os fenômenos de Reestruturação e auxiliaridade verbal no PB. Ambos envolvem aplicação de regras sintáticas que desencadeiam a formação de predicado complexo, formando uma sequência verbal na estrutura de superfície. Com base em autores como Rizzi (1982), Aissen e Perlmutter (1983), Burzio (1986), Gonçalves (1999, 2001) e Cinque (2006), caracterizamos o fenômeno da Reestruturação, apresentando suas diferentes versões. Os verbos desencadeadores da regra de Reestruturação selecionam um complemento VP/infinitivo, gerúndio, particípio ou um P InfP. Este deve, entretanto, ser transparente para determinados fenômenos linguísticos locais. Objetivamos também depreender, dentre os verbos de Reestruturação, os genuinamente auxiliares. Ambos permitem o movimento (longo) do objeto, impossibilitam a dupla negação, subcategorizam um VP dependente temporalmente do domínio matriz e estão sujeitos à ordem relativa dos núcleos funcionais. Constatamos, entretanto, que é próprio dos auxiliares não imporem restrições semânticas ao seu complemento, ocorrerem com sujeitos de expressões idiomáticas, sofrerem o fenômeno da transparência de voz, não serem suscetíveis à apassivação e, por fim, seguirem rigidamente a hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006). Os verbos que submetemos aos testes determinantes dos fenômenos de Reestruturação e de Auxiliaridade verbal foram os modais (*poder, dever, ter de/que*), os aspectuais (*começar, tornar, voltar, continuar, acabar, terminar, parar*), os verbos de movimento (*ir, vir*) e os verbos *ter, haver e estar*. Os resultados mostraram que esses verbos se comportam diferentemente em relação a cada um dos fatores investigados, revelando estarem em estágios diferentes de gramaticalização. Com base em nossos resultados, apresentamos uma hierarquia parcial de núcleos funcionais do PB. Esta coincidiu com a proposta por Cinque (2006, p. 12; 93) para as línguas românicas na maioria dos aspectos. As diferenças se restringiram praticamente às posições previstas para os núcleos aspectuais – com ênfase nos aspectuais inceptivo e completivo. Para o autor, estes remetem a mais de um núcleo funcional na hierarquia, o que explicaria suas diferentes possibilidades de ordenamento em relação a outros verbos funcionais. Na nossa proposta, entretanto, os aspectuais se comportam como os demais verbos, correspondendo a um único núcleo funcional. A sua assistemática na ordem revela um estágio menos avançado de gramaticalização que o dos modais e dos verbos de movimento, que seguem rigidamente o ordenamento proposto na hierarquia.

PALAVRAS-CHAVE: Inacusatividade; Auxiliaridade; Reestruturação.

ABSTRACT

This is a research proposal to investigate the phenomena of verb Restructuring and auxiliarity in BP (Brazilian Portuguese). Both involve the application of syntactic rules which leads to the formation of a complex predicate, creating a verbal sequence in the superficial structure. Based on authors like Rizzi (1982), Aissen and Perlmutter (1983), Burzio (1986), Gonçalves (1999, 2001) and Cinque (2006), we characterized the phenomenon of Restructuring, presenting its different versions. The verbs resulting in the Restructuring rule select a main verb (MV)/infinitive complement, gerund, participle or a P InfP. However, this must be transparent to certain local linguistic phenomena. We also aim to distinguish genuine auxiliary verbs from other Restructuring verbs. Both permit movement (long) of the object, make double negation impossible, subcategorize a MV that is temporally dependent on the matrix domain and they are subject to the relative organization of functional categories. Nevertheless, we discovered that it was characteristic of auxiliary verbs not to impose semantic restrictions to their complement, to occur with nouns of idiomatic expressions, to experience the transparency of voice, not to be susceptible to passivity and, finally, to strictly follow the hierarchy of functional categories proposed by Cinque (2006). The verbs we submitted to the determining tests of the Restructuring and Auxiliary phenomena were modal verbs (can, must, have to), aspectual verbs (begin, become, return, continue, end, finish, stop), verbs of movement (go, come) and the verbs to have, to exist and to be. The results showed that these verbs behave differently in relation to each investigated factor, what reveals that they are in different stages of grammaticalization. Based on our results, we present a partial hierarchy of functional categories of BP. The result corresponded to the proposal by Cinque (2006, p. 12; 93) for Romanic languages in various aspects. The differences were practically restricted to the anticipated positions for the aspectual categories – with emphasis on the inceptive and completive aspectual verbs. To the author, they remit to more than one functional category in the hierarchy, what would explain the distinct possibilities of classification compared to other functional verbs. In our proposal, however, the aspectual verbs behave in the same way as the other verbs, corresponding to a single functional category. The non-systematic classification reveals a less advanced stage of grammaticalization than that of modal verbs and verbs of movement which strictly follow the proposed classification in the hierarchy.

KEY WORDS: Unacusativity; Auxiliarity; Restructuring.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AS VARIAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE LOCUÇÃO VERBAL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE AUXILIARIDADE.....	12
1.1 O CONCEITO DE LOCUÇÃO VERBAL NAS PRINCIPAIS GRAMÁTICAS E MANUAIS DO PB	12
1.2 O PROCESSO DE AUXILIARIDADE VERBAL.....	17
1.2.1 ABORDAGEM TRADICIONAL.....	17
1.2.2 ABORDAGEM NÃO-TRADICIONAL.....	29
2 A REESTRUTURAÇÃO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS.....	36
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO DA REESTRUTURAÇÃO.....	36
2.2 VERSÕES DA HIPÓTESE DA REESTRUTURAÇÃO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	37
2.2.1 RIZZI (1982).....	37
2.2.2 AISSSEN E PERLMUTTER (1983).....	45
2.2.3 BURZIO (1986).....	50
2.2.4 GONÇALVES (1999, 2001).....	52
2.2.5 CINQUE (2006).....	57
2.3 VERBOS DESENCADADORES DA REGRA DE REESTRUTURAÇÃO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS.....	68
2.3.1 VERBOS DE CONTROLE	69
2.3.2 VERBOS DE ALÇAMENTO	71
3 A REESTRUTURAÇÃO NO PB.....	73
3.1 VERBOS CANDIDATOS A PREDICADOS DE REESTRUTURAÇÃO NO PB	73
3.2 FATORES DETERMINANTES DA REESTRUTURAÇÃO E SUA MANIFESTAÇÃO NO PB.....	74
3.2.1 ALÇAMENTO DO CLÍTICO	74
3.2.2 MOVIMENTO LONGO DO OBJETO	81
3.2.3 NEGAÇÃO SENTENCIAL.....	86
3.2.4 INTERRUPTÃO DA ADJACÊNCIA VERBAL	92
3.2.5 DEPENDÊNCIA TEMPORAL DO DOMÍNIO MATRIZ.....	96
3.2.6 A ORDEM RELATIVA DOS PREDICADOS DE REESTRUTURAÇÃO.	103
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
4 O PROCESSO DE AUXILIARIDADE VERBAL NO PB	113
4.1 O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE.....	113
4.1.1 A HIPÓTESE INACUSATIVA	113

4.1.2	COMPLEMENTOS SELECIONADOS PELOS INACUSATIVOS	115
4.1.3	AUXILIARES COMO UMA SUBCLASSE DOS INACUSATIVOS ...	119
4.2	ANÁLISE	123
4.2.1	VERBOS MODAIS	124
4.2.1.1	<i>PODER</i>	125
4.2.1.2	<i>DEVER</i>	132
4.2.1.3	<i>TER DE/QUE</i>	136
4.2.1.4	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	139
4.2.2	VERBOS ASPECTUAIS	140
4.2.2.1	<i>COMEÇAR/INICIAR/PRINCIPIAR</i>	142
4.2.2.2	<i>TORNAR/VOLTAR</i>	149
4.2.2.3	<i>CONTINUAR</i>	153
4.2.2.4	<i>ACABAR/TERMINAR/FINDAR</i>	156
4.2.2.5	<i>PARAR/INTERROMPER</i>	162
4.2.2.6	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	165
4.2.3	VERBOS DE MOVIMENTO.....	166
4.2.3.1	<i>IR</i>	167
4.2.3.2	<i>VIR</i>	170
4.2.4	<i>TER (HAVER)</i>	172
4.2.5	<i>ESTAR</i>	177
5	CONCLUSÃO	181
	REFERÊNCIAS.....	187

INTRODUÇÃO

Há um consenso entre os gramáticos em relação à existência de uma classe de verbos auxiliares. Um olhar atento para as gramáticas e manuais do PB revela, entretanto, que a lista de verbos que integra essa classe varia de acordo com o autor. É comum encontrarmos, nas listas de auxiliares das gramáticas, verbos como *ter* com complemento no particípio ao lado de verbos como *querer* ou *tentar* com complemento no infinitivo. A inserção desses verbos em uma mesma classe resulta, possivelmente, da falta de critérios – essencialmente sintáticos – em sua análise. Muitos dos verbos que figuram na lista de auxiliares das gramáticas apresentam um comportamento ambíguo, podendo selecionar argumentos DPs e CPs, apresentando propriedades de verbos lexicais; ou subcategorizar um VP ou P InfP, formando uma unidade sintática com o verbo de seu complemento.

Na literatura linguística recente, os verbos que selecionam um complemento infinitivo transparente para determinados fenômenos sintáticos locais têm sido denominados verbos de Reestruturação. Neste trabalho, esses verbos serão analisados ao lado dos candidatos a auxiliares. Ambos apresentam um comportamento sintático semelhante em relação a propriedades como movimento (longo) do objeto, negação sentencial, dependência temporal do domínio matriz, ordem relativa na sequência verbal. Há, contudo, propriedades que nos permitem distingui-los, pois os auxiliares constituem verbos que, necessariamente, projetam uma estrutura de alçamento. Logo, um auxiliar não deve oferecer restrições de seleção semântica ao seu complemento, formando sequência com quaisquer verbos; deve ocorrer com sujeito de expressões idiomáticas, sem que esta tenha seu significado alterado; deve sofrer o fenômeno da transparência de voz, mantendo a correspondência ativa-passiva; deve resistir ao processo de apassivação e, ainda, não deve oferecer restrições ao aspecto do verbo de seu complemento. Cremos que a análise dessas propriedades nos permitirá depreender, dentre os verbos que selecionam complemento VP/infinitivo, gerúndio ou particípio ou P InfP, os genuinamente auxiliares.

Os estudos sobre Reestruturação têm observado que há um núcleo comum de verbos desencadeadores desse processo nas línguas românicas. Estes podem projetar tanto uma estrutura de controle (*querer, tentar, ousar*) como de alçamento (*poder, dever, começar, continuar, terminar*). Para a maioria dos autores, a Reestruturação é uma regra opcional, em que o verbo matriz e o encaixado são reanalisados como um complexo verbal. A maioria desses estudos (Rizzi, 1982; Aissen e Perlmutter, 1983; Burzio,

1986; Gonçalves, 1999; 2001; Cinque, 2006) envolve a aceção de que os verbos de Reestruturação são como os auxiliares no sentido de que eles são parte da estrutura funcional da sentença, diferenciando-se, assim, dos verbos lexicais.

É importante observar, ainda, que os verbos de Reestruturação não são, necessariamente, correspondentes nas difentes línguas. O verbo *querer*, por exemplo, classificado como de Reestruturação na maioria das línguas românicas, não manifesta propriedades de verbo funcional no PB. É provável também que haja verbos funcionais em difentes estágios de gramaticalização nas mais variadas línguas. Este é, possivelmente, o caso do verbo *poder*, que no inglês (*can*) parece manifestar mais propriedades de verbo funcional que no PB. Na nossa concepção, este é um critério válido para diferenciar os verbos de Reestruturação dos auxiliares, pois estes últimos devem manifestar mais propriedades de um verbo funcional que os primeiros. Nessa linha, organizamos o trabalho de forma a abordar cada uma dessas classes, demonstrando suas propriedades características e investigando-as no PB.

No primeiro capítulo, nos dedicamos ao processo de auxiliabilidade verbal. Este é abordado, inicialmente, em uma perspectiva tradicional, com base em importantes gramáticas e manuais de língua portuguesa. Em um segundo momento, apresentamos uma visão não-tradicional desse processo, expondo as ideias presentes em trabalhos como o de Pontes (1973) e de Lobato (1975).

No segundo capítulo, tratamos do fenômeno da Reestruturação. Começamos o capítulo apresentando versões da hipótese da Reestruturação com base em diferentes autores (Rizzi, 1982; Aissen e Perlmutter, 1983; Burzio, 1986; Gonçalves, 1999; Wurmbrand, 2003 e Cinque, 2006). Na sequência, mostramos a manifestação de algumas das propriedades características desse fenômeno em línguas como o alemão, o italiano, o espanhol e o português europeu. Por fim, com base na literatura sobre Reestruturação, apresentamos os verbos desencadeadores dessa regra nas línguas românicas. O objetivo deste capítulo é apresentar as semelhanças e diferenças entre as línguas – com ênfase nas românicas – em relação a esse processo e suas propriedades determinantes.

No terceiro capítulo, também tratamos do fenômeno da Reestruturação. Desta vez, entretanto, enfocamos o PB. Na primeira seção, apresentamos os verbos candidatos ao processo de Reestruturação no PB; nas seções subsequentes, analisamos esses verbos em relação às principais propriedades determinantes desse processo: alçamento do clítico, movimento longo do objeto, negação sentencial, interrupção da adjacência verbal, dependência temporal do domínio matriz e ordenamento rígido dos

verbos funcionais quando coocorrem em uma sentença. Cremos que a análise dos verbos funcionais em relação a essas propriedades nos permitirá verificar se esse fenômeno se manifesta no PB e, ainda, em que aspectos e medida difere do processo de auxiliaridade verbal.

No quarto capítulo, são apresentadas apenas as propriedades características do processo de auxiliaridade verbal. Nossa intenção é demarcar as semelhanças e diferenças entre cada um dos processos para poder, assim, investigar se os verbos de Reestruturação e os auxiliares pertencem, de fato, a classes distintas. Antes da análise dos verbos em relação às propriedades de um auxiliar, faremos uma breve abordagem sobre a hipótese inacusativa, considerando que ser inacusativo é uma propriedade necessária, embora não suficiente, de todo o verbo auxiliar. Dentre os inacusativos, os verbos candidatos a auxiliar são apenas aqueles que selecionam um VP ou um P InfP como complemento, formando uma sequência verbal na estrutura de superfície. Nossa análise irá considerar como prováveis auxiliares os modais (*poder, dever e ter de/que*), os aspectuais (*tender, começar, continuar, costumar, parar, terminar, acabar*), os verbos de movimento (*ir, vir*) e os verbos *ter, haver e estar*, que cumprem essas exigências.

Por fim, apresentamos os resultados da análise dos fenômenos de Reestruturação e auxiliaridade verbal no PB, avaliando-os em relação à nossa hipótese: os auxiliares correspondem aos verbos mais gramaticalizados, que ocupam as primeiras posições nas sequências verbais. Com base nesses resultados, organizamos uma hierarquia parcial de núcleos funcionais para o PB, a fim de contrastá-la com a apresentada por Cinque (2006, p. 12; 93) para as línguas românicas em geral, visto que não constam dados do PB nos trabalhos desse autor.

1 AS VARIAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE LOCUÇÃO VERBAL E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE AUXILIARIDADE

1.1 O CONCEITO DE LOCUÇÃO VERBAL NAS PRINCIPAIS GRAMÁTICAS E MANUAIS DO PB

O termo locução verbal não é definido da mesma forma em gramáticas e manuais da língua portuguesa. Alguns autores consideram locução verbal qualquer sequência de verbos que seja equivalente a um verbo simples; outros, por sua vez, distinguem sequências verbais que formam os tempos compostos de outras que denominam locuções. Em ambas as acepções, o termo locução verbal pode ser compreendido como sinônimo de construções perifrásticas, mas não de tempos compostos.

Nas gramáticas tradicionais, predomina a distinção entre os termos tempos compostos e construções perifrásticas. Os primeiros são apresentados como uma forma mais restrita, integrando o quadro das conjugações verbais, em que os verbos auxiliares *ter*, *haver* e, mais raramente, *ser* se combinam com um outro verbo no particípio para formar os tempos compostos; já as construções perifrásticas designam as diversas combinações de um verbo auxiliar com uma forma no infinitivo, gerúndio ou particípio de um outro verbo, denominado principal. Essa distinção suscitou críticas de renomados estudiosos da linguagem, como Pontes (1973), que propõe, ao lado de gramáticos como Said Ali¹, considerar sequências verbais formadas com particípio, gerúndio e infinitivo como construções perifrásticas, que a autora toma por sinônimo de locuções verbais. Esta é também a posição adotada por Mattoso Câmara (1991, p. 80; 162), que não diferencia locução verbal de construção perifrástica, a qual, por sua vez, associa aos tempos compostos.

¹ Said Ali, em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, deixa clara sua posição de não distinguir tempos compostos de construções perifrásticas: “Segundo praxe antiga dos gramáticos, consideram-se ‘tempos compostos’ e conjugação perifrástica como cousas distintas. Não o faremos aqui, depois de explicar, como nas páginas precedentes explicamos, que *ter andando* e *estar andando* nasceram de processos análogos. A primeira destas duas formas é linguagem antiga e comum a outros idiomas, e deve à circunstância de ser desconhecida dos primeiros gramáticos a verdadeira história das formas analíticas o ter sido encaixada como um ‘tempo composto’ especial no sistema de conjugação do verbo simples” (1964, p. 161).

Conforme observou Pontes (1973, p. 22), não há um estudo exaustivo sobre locuções verbais em língua portuguesa, uma vez que os gramáticos tratam esse assunto de forma superficial, não se preocupando em apresentar definições rigorosas nem em justificar suas posições. Para a autora, quem apresentou uma abordagem interessante e cuidadosa desse tema foi Said Ali (1965), por não distinguir entre construções perifrásticas e tempos compostos e também por caracterizar a locução verbal empregando critérios funcionais, semânticos e históricos; e Dias (1970), por investigar a questão em uma perspectiva fundamentalmente sintática.

O conceito de locução verbal é importante para a discussão em torno da noção de auxiliaridade e sua expressão na língua portuguesa; por essa razão, passamos a apresentar as definições que figuram em algumas das principais gramáticas e manuais do português.

Said Ali, na *Gramática Secundária* (1965, p. 93-94), divide os verbos em nocionais e relacionais, considerando seu significado e o papel que desempenham na sentença. Os primeiros são empregados em função predicativa, ao passo que os últimos se combinam com um adjetivo ou com um verbo nocional em sua forma finita. Um verbo relacional, quando combinado a uma forma verbal no infinitivo, gerúndio ou particípio, desempenha a função de verbo auxiliar, formando as conjugações compostas. Em *Gramática Histórica* (1964), o autor mantém essa distinção, justificando-a com o emprego de critérios funcionais e semânticos. Said Ali define verbos nocionais como aqueles “que não sofrem a influência do anexo predicativo, e vêm usados com o mesmo sentido e o mesmo ofício de predicado como se tal anexo não existisse. Verbos de função relacional, ou verbos relacionais são, pelo contrário, aqueles cuja acepção própria se apaga ou modifica por virem combinados com outro termo, originariamente anexo, ao qual transferem, ou com o qual dividem, o ofício de predicado da oração” (id., p. 158). O critério semântico é empregado para determinar a formação de locução verbal, em que ocorre a fusão semântica perfeita entre os verbos justapostos, os quais denotam um único evento. Para o autor, uma sequência de verbos não constituirá uma locução quando estes pertencerem a sentenças distintas, ou seja, quando cada verbo denotar um evento, podendo apresentar, inclusive, sujeitos diferentes.

Dias (1959, p. 247-250) apresenta uma abordagem interessante sobre construções perifrásticas ao focar esse tópico em *Sintaxe Histórica Portuguesa*, dando ao tema uma perspectiva sintática, e não morfológica, como o faz grande parte dos gramáticos.

À semelhança de Dias, Kury (1970) localiza a questão no módulo sintático. Para esse autor: “verbos ‘principais’ (intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e de ligação) podem constituir uma conjugação

composta, chamada *locução verbal*, com a participação de um (ou mais de um) verbo secundário, ‘auxiliar’, que lhe auxilia a conjugação, precisa o sentido, ou determina com mais rigor o momento do processo verbal” (p. 36). Na definição de Kury, o critério semântico prevalece na classificação de uma sequência verbal como locução, pois ao verbo principal é atribuído o sentido; e ao verbo auxiliar, o papel de precisar esse sentido e carregar informações referentes ao aspecto verbal, além, é claro, das flexões de modo-tempo e número-pessoa.

Bechara (2001) define locução verbal como “a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama principal: *hei de estudar, estou estudando, tenho estudado*. Muitas vezes o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal, dando origem aos chamados *aspectos do verbo*” (p. 230). Bechara atribui ao verbo auxiliar a contribuição semântica referente à noção aspectual, revelando semelhanças com a definição proposta por Kury. Embora o conceito de locução verbal seja abordado no módulo morfológico de sua gramática, Bechara o investiga a partir de suas relações na sentença; sua definição considera, portanto, o aspecto sintático.

Na *Nomenclatura Gramatical Brasileira*² é feita a distinção entre tempos compostos e locuções verbais. Os verbos auxiliares estão organizados em três grupos: (i) os que formam tempos compostos (*ter, haver* e, raramente, *ser*); (ii) os que formam voz passiva (*ser, estar, ir* e *vir*); e (iii) os que formam locuções verbais (*poder, costumar, ir, vir, ter, haver, viver*, etc.) (Barbosa, 1962, p. 64). A lista de auxiliares do grupo (iii) revela um problema comum nas gramáticas tradicionais, que é o de acrescentar à lista de auxiliares qualquer verbo que possa ser empregado como auxiliar em algum contexto. A consequência dessa posição é a ampliação da lista até o emprego da expressão *nada precisa etc.* Voltarei a essa questão nas seções subsequentes, em que serão apresentados alguns critérios para a determinação da noção de auxiliaridade. Locução verbal é definida na N.G.B como “o conjunto de dois ou mais verbos, com o verbo principal no infinitivo ou no gerúndio, auxiliado por outro ou outros verbos, para melhor precisar o sentido ou determinar o processo verbal” (op. cit., p. 71). Na definição de locução verbal, é levado em conta o critério semântico, pois ao auxiliar são atribuídas noções de modalidade ou de aspectualidade, precisando o sentido do verbo principal. Em nota, é observado que “Na locução verbal é condição essencial que os verbos apresentem sujeito único.” (op. cit., p. 72), refinando a definição de locução com o emprego de um critério sintático, que consiste em verificar se o verbo auxiliar e o

² Doravante N.G.B.

principal formam uma unidade ou se o verbo principal pode ser desdobrado em uma nova sentença; neste último caso, a sequência verbal não forma locução.

Rocha Lima (1972, p. 118) emprega a denominação tempos compostos para quaisquer sequências em que um verbo auxiliar acompanha uma das formas nominais para expressar certos aspectos não traduzíveis pelas formas simples. Em sua lista de verbos auxiliares, *querer, estar, ir*, seguido pela expressão *etc.* estão ao lado dos verbos *ter, haver* e *ser*. A abordagem de Rocha Lima é morfológica, uma vez que as locuções são tratadas no âmbito da flexão verbal. À semelhança de outros autores, Rocha Lima também utiliza um critério semântico na análise das locuções verbais, pois atribui ao verbo auxiliar noções aspectuais não expressas pelo uso das formas verbais simples.

Em Cunha e Cintra (1985, p. 383), os conjuntos formados de um verbo auxiliar flexionado e um verbo principal em uma das formas nominais são chamados de locuções verbais. Na sua lista de verbos auxiliares, estão apenas os mais frequentes: *ter, haver, ser* e *estar*, acompanhados de uma nota de rodapé que adverte sobre a falta de uniformidade entre os gramáticos tanto no emprego de critérios de auxiliaridade quanto nas listas de verbos auxiliares. Os autores fecham a nota com indicações aos trabalhos de Lobato (1970), Pontes (1973) e Raposo (1981), que, segundo eles, discutem mais profundamente a noção de auxiliaridade.

Luft, na *Moderna Gramática Brasileira*, define locução verbal como “a combinação de Verbo Auxiliar + Verbo Principal (no Infinitivo, Particípio, Gerúndio)” (1991, p. 136). O autor considera o termo *locução verbal* equivalente a *perífrase verbal* ou ainda *conjugações* ou *locuções perifrásticas*. A abordagem de Luft segue, portanto, a linha adotada por Said Ali e seguida por Pontes, em que não se faz a distinção entre tempos compostos e construções perifrásticas, adotando o termo locução para qualquer sequência verbal formada por um auxiliar seguido de uma forma verbal infinita. Luft emprega critérios semântico e sintático na caracterização das locuções: o semântico faz referência às ideias de modo e aspecto que podem ser expressas pelos verbos auxiliares; o sintático, por sua vez, se expressa na relação de equivalência estabelecida entre os termos locução verbal e sintagma verbal ou frase verbal, pois o autor considera a locução como um constituinte que exerce a função de predicado complexo.

Da mesma forma que Luft, Perini (2000) prioriza uma abordagem sintática, considerando os termos locução verbal e predicado complexo como equivalentes. O principal critério apresentado por esse autor para diferenciar sequências verbais que formam locuções de outras que

apresentam mais de um predicado é o da transitividade verbal. O autor afirma que em uma sentença como “*Sarita está dormindo*” há apenas um conjunto de traços de transitividade, referente ao núcleo do predicado, *dormir*; a transitividade da sequência de verbos *está dormindo* é, conseguinte, a mesma do verbo *dormir*. A presença de *estar* não faz nenhuma diferença para o acréscimo ou não de complementos verbais, constituindo, portanto, um predicado complexo. Já em uma sentença como “*Toninho apanhou lutando*”, a sequência de verbos não forma um predicado complexo, pois o verbo *apanhar* tem transitividade independente da do verbo *lutar* (op. cit., p. 73).

Mattoso Câmara, em seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, define como conjugações perifrásticas os “conjuntos de formas verbais para um dado verbo, também ditas *formas compostas*, em que esse verbo aparece numa de suas formas verbo-nominais e a parte flexional de modo, tempo e pessoa cabe a um verbo que sofreu gramaticalização (v.) e passa a auxiliar (v.)” (1991, p. 80). Mattoso considera verbo auxiliar apenas aquele que sofreu o processo de gramaticalização, que consiste sucintamente na transformação de um vocábulo lexical em um vocábulo gramatical. O critério semântico está, portanto, presente na definição de Mattoso, que caracteriza a locução verbal como a união de vocábulos que equivalem semanticamente a um único vocábulo, visto que o verbo auxiliar funciona como um morfema. O critério sintático também se expressa na definição de Mattoso, que considera locução como “um tipo de sintagma intermediário entre o sintagma lexical e o sintagma sintático” (op. cit., p. 162), uma vez que constitui uma unidade no desempenho de determinada função.

Há semelhanças em relação aos critérios empregados pelos autores na análise de sequências verbais. Estes utilizam critérios semânticos, ao atribuírem uma noção aspectual e modal ao verbo auxiliar; e sintáticos, ao perceberem a locução verbal como uma unidade no desempenho de uma função, investigando-a a partir de suas relações na sentença. Embora alguns priorizem critérios semânticos na sua definição e outros os critérios sintáticos, todos reconhecem que não se pode compreender a locução verbal como um estudo puramente semântico ou sintático, pois, conforme observam, o verbo auxiliar precisa o sentido do verbo principal e também forma com este uma unidade sintática, já que desempenham uma única função, não podendo, portanto, ser separados em sentenças diferentes. A maior discordância entre os autores está na localização desse tópico na gramática. Enquanto a maioria dos gramáticos (como Said Ali, 1964, 1965; Barbosa, 1962; Rocha Lima, 1972; Cunha e Cintra, 1985; Luft, 1991) apresenta o tema “locuções verbais” no módulo morfológico, no tópico das conjugações verbais, alguns poucos (como Dias, 1959 e Kury, 1970) o

localizam no módulo sintático, revelando, assim, maior coerência entre a definição proposta e a abordagem do fenômeno na gramática. Ao utilizarem critérios fundamentalmente sintáticos para tratar a questão da locução verbal, os gramáticos estão reconhecendo que este é um fenômeno sintático ou pelo menos morfossintático, se compreendermos, como o faz Mattoso Câmara (1991), o verbo auxiliar como um morfema gramatical, e não como um vocábulo.

Encerramos esta seção destacando que as definições de locução verbal nas gramáticas tradicionais analisadas não revelam muitas discordâncias, embora poucos autores aprofundem suficientemente esse conceito, como o fazem Said Ali (1964, 1965, 1966) e Mattoso Câmara (1991). Por essa razão, é difícil compreender o porquê das diferenças entre esses autores na lista de verbos que desempenham a função de auxiliar. Se as divergências não residem na definição de locução verbal, possivelmente decorram do emprego de critérios distintos e insuficientes na determinação da classe dos verbos auxiliares. Para examinar melhor essa questão, passamos a abordar a noção de auxiliaridade, primeiramente, entre os gramáticos tradicionais e, num segundo momento, entre alguns linguistas.

1.2 O PROCESSO DE AUXILIARIDADE VERBAL

1.2.1 ABORDAGEM TRADICIONAL

As gramáticas tradicionais e os manuais de língua portuguesa apresentam diferenças significativas ao definirem a classe dos verbos auxiliares e listarem os seus membros. Todos os autores consultados adotam a distinção entre verbos principal e auxiliar, mas divergem na lista de verbos que pertencem à classe dos auxiliares. Para gramáticos como Perini (2000), Cunha e Cintra (1985), Bechara (2001), Barbosa (1962) e Kury (1970), essa classe é composta por um número expressivo de verbos, oscilando entre 17 e 44 membros. Já Rocha Lima (1985), Mattoso (1991), Said Ali (1964, 1965), Dias (1970) e Luft (1991) incluem em sua lista de auxiliares um número mais restrito³ de verbos, que varia de 7 a 13

³ É importante observar que, embora Rocha Lima e Luft citem um número relativamente baixo de verbos em suas listas, eles não as restringem, uma vez que acrescentam a expressão latina *etc.* ou as reticências em todos os grupos de verbos que consideram auxiliares, o que não ocorre na gramática de Dias nem no dicionário de Mattoso Câmara, os quais apresentam listas fechadas dos verbos auxiliares.

membros. A tabela a seguir mostra a relação entre os autores e o número de verbos que compõem sua lista de auxiliares, não revelando as subdivisões entre os que formam voz passiva, tempos compostos ou, ainda, denotam modo ou aspecto, adotadas pela maioria deles.

Tabela 1

Kury (1970)	Dias (1970)	Barbosa (1962)	Said Ali (1965)	Said Ali (1964)	Rocha Lima (1985)	Cunha e Cintra (1985)	Luft (1991)	Perini (2000)	Mattoso (1991)	Bechara (2001)
44	12	39	8	9	7	20	13	17	7	35

Kury (1970) classifica os verbos auxiliares conforme a função que desempenham. Para esse autor, há três tipos de verbos auxiliares: (i) os que formam tempos compostos: *haver*, *ter* e, mais raramente, *ser*; (ii) os que determinam o momento do processo verbal, indicando aspecto: incoativo, iterativo ou frequentativo e progressivo ou cursivo; e (iii) os que expressam modalidade, acrescentando à locução verbal uma noção de volição, possibilidade ou capacidade, necessidade, intenção, consecução ou aparência.

Dias (1970) aponta noções de aspecto e modo como inerentes aos verbos auxiliares. Do §321 ao §324, o autor faz uma descrição pormenorizada dos aspectos verbais resultantes da combinação de um verbo auxiliar com uma forma verbal no infinitivo, no gerúndio ou no particípio. No §325, descreve situações em que perífrases com *haver*, *ter* e *dever* indicam modo, expressando necessidade imposta pelas leis da natureza ou da lógica, crença ou, ainda, certeza.

Na *Interpretação da Norma Gramatical Brasileira* (Barbosa, 1962), os auxiliares são classificados segundo a finalidade de seu emprego: (i) formar tempos compostos (*ter*, *haver*, *ser*); (ii) formar voz passiva (*ser*, *estar*, *ir*, *vir*); e (iii) formar locuções verbais, indicando (a) aspecto: início (*começar a*, *entrar a*, *principiar a* seguidos de infinitivo), progressão (*costumar a*, *andar a*, *ficar a*, seguidos de infinitivo ou *andar*, *estar*, *ficar* seguidos de gerúndio) e término da ação (*acabar de*, *cessar de* seguidos de infinitivo) e (b) modalidade: consecução (*conseguir*, *lograr*), dúvida

(*parecer*), intenção (*buscar, ousar*), necessidade (*dever, ter de*), capacidade ou possibilidade (*poder, saber*) e volição (*desejar, querer, haver de*), todos seguidos de infinitivo.

Said Ali, na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1965), apresenta *ter, haver, ser* e *estar* como os principais verbos auxiliares. Os dois primeiros, seguidos da preposição *de*, combinam-se com o infinitivo para expressar modalidade: necessidade, dever, obrigação. Esses mesmos verbos, quando seguidos por uma forma verbal no particípio, formam os tempos compostos: *tinha cantado, havia cantado, terei cantado*. O autor observa que o verbo *ser* também pode ser empregado na formação de tempos compostos quando combinado com certos verbos que não se apassivam, assumindo uma leitura semelhante à do verbo *ter*: “*Eram passadas duas horas. /É chegado o grande dia.*”. Já o verbo *estar* denota aspecto. Quando empregado com uma forma verbal no gerúndio, esse verbo indica ação durativa: *estou lendo, estava lendo*; quando, entretanto, for seguido de infinitivo mediante a preposição *a*, poderá indicar ação iminente: “*a fruta está a cair*” ou durativa: “*êles estão a gritar*”. Neste último caso, a sequência verbal adquire um significado semelhante ao da forma composta de *estar* seguido de gerúndio: “*estão gritando*” (p. 74). Na *Gramática Histórica* (1964), Said Ali indica a perda semântica como uma das principais propriedades dos verbos que pertencem à classe dos auxiliares. Em sua lista estão: *ficar, parecer, tornar-se, ser, estar* e, ainda, *andar, vir* e *ir* quando empregados com sentido equivalente ao de *estar* (op. cit., p. 157).

Rocha Lima (1985) não apresenta propriamente uma definição de verbo auxiliar, apenas observa que a combinação de um verbo auxiliar com uma das formas nominais dá origem aos tempos compostos, que expressam aspectos não obtidos pelas formas verbais simples. Entretanto, o autor afirma serem “*numerosos os auxiliares em Português: querer (quero sair), estar (estou escrevendo), ficar (fiquei a contemplá-la), ir (a tarde ia morrendo), etc...*” (op. cit., p. 118), gerando uma contradição, uma vez que esses verbos não figuram ao lado de *ter, haver* e *ser* no quadro das conjugações compostas apresentado pelo autor nas páginas que seguem.

Conforme já foi observado, Cunha e Cintra (1985) consideram os verbos *ter, haver, ser* e *estar* como os auxiliares mais frequentes. Os dois primeiros, quando combinados com o particípio do verbo principal, formam os tempos compostos da voz ativa, indicando aspecto acabado, repetido ou contínuo: “*Tenho feito exercícios. /Havíamos comprado livros*”. Com o verbo principal no infinitivo, *ter* e *haver*, antecidos da preposição *de*, expressam, respectivamente, obrigatoriedade ou intenção firme de realizar um ato: “*Tenho de fazer exercícios. /Havemos de comprar livros*”. O verbo *ser* seguido de particípio é empregado na formação da voz passiva de ação,

enquanto *estar*, acompanhado do particípio do verbo principal, forma a passiva de estado. O verbo *estar* combinado com a preposição *a* e seguido por formas verbais no gerúndio ou no infinitivo indica ação durativa: “*Estava ouvindo música./Estava a ouvir música*”; *estar para*, seguido de infinitivo, indica ação iminente ou intenção de realizar algo: “O avião *está para chegar/Há dias estou para visitá-lo*”; já *estar por*, seguido de infinitivo, indica uma ação a ser concluída: “O trabalho *está por terminar./A carta ficou por escrever*”. Os autores acrescentam ainda os verbos *ir*, *vir*, *andar*, *ficar*⁴, *acabar* à lista de auxiliares, observando que estes se combinam com as formas nominais para indicar diferentes aspectos verbais e também intenção de realizar uma ação, como no exemplo: “*Vieste interromper-me o trabalho.*” (op. cit., p. 386).

Na definição de Luft (1991), os auxiliares são verbos que, além de formar a voz passiva, exprimem noções de modo ou aspecto do processo verbal. O autor não descreve de forma pormenorizada os modos e aspectos verbais, relacionando-os com os verbos auxiliares de sua lista, mas dá uma atenção especial à ordem desses verbos quando coocorrem na locução⁵, aspecto sintático não abordado por grande parte dos gramáticos consultados.

Perini (2000) define a classe dos auxiliares como verbos que não formam predicados, pois não apresentam traços de transitividade, sendo, por essa razão, indiferentes para efeitos da escolha dos complementos verbais (p. 75). Em sua lista de auxiliares, constam os verbos *ir* acompanhado de infinitivo, *ter* e *haver* acompanhados de particípio e *estar*, *vir*, *ir* e *andar* acompanhados de gerúndio. O autor não faz, em princípio, distinção entre os tempos compostos e as demais locuções, figurando todos os auxiliares em uma mesma lista. A esta lista, são feitos alguns acréscimos, como os verbos *ser* e *estar* acompanhados de particípio, os quais formam a voz passiva. Segundo o autor, esses verbos, além de não apresentarem transitividade própria nas passivas, formam com o particípio uma sequência verbal que funciona como um único constituinte, outro indício de sua auxiliaridade. Por fim, Perini acrescenta os verbos *poder*, *dever*, *acabar de*,

⁴ Para os autores, o verbo *ficar*, além de formar a voz passiva que denota mudança de estado, indica aspecto quando se combina com formas verbais no gerúndio ou no infinitivo, seguido ou não das preposições *a* e *por*: *ficava cantando* (ação durativa costumeira)/*ficava a cantar* (ação durativa costumeira) / *O trabalho ficou por terminar* (ação a ser realizada).

⁵ Por meio da formulação de uma regra sintática, Luft (1991, p. 126) mostra que os verbos auxiliares não se distribuem de forma aleatória na sentença. Essa regra determina que, em uma locução verbal, a presença do auxiliar que carrega noções de tempo e aspecto é obrigatória, enquanto que a dos demais auxiliares é facultativa. A regra é assim expressa:

Aux → *Tempo Aspecto* (Modal) (Perfectivo) (Progressivo) (Incoativo).

Exemplo: *deve ter estado começando a...*

deixar de, começar a, continuar a, ter de/que e haver de/que todos acompanhados de infinitivo à lista de auxiliares, denominando-os como o grupo dos modais e aspectuais. Ao adotar essa classificação dos auxiliares, o autor segue uma linha de análise que ele mesmo denomina como *tradicional*⁶ (op. cit., p.74). Segundo Perini, todos os verbos listados anteriormente também podem ser empregados como núcleo do predicado em algumas construções, exigindo, portanto, uma análise cuidadosa na sua classificação. Como Luft, Perini apresenta regras sintáticas que determinam a ordem dos auxiliares na locução, contrastando sentenças bem formadas, como “*Manuel vai estar contando piadas.*”, com sentenças agramaticais, como “**Manuel tem contando piadas.*” ou “**Manuel está tendo contado piadas.*” (op. cit., p. 75). Ao calcar a classificação de um verbo como auxiliar no critério da transitividade e na noção de constituinte, o autor manifesta o forte cunho sintático de sua proposta.

Mattoso Câmara (1991) atribui aos verbos auxiliares a indicação de aspecto, modo e voz verbal. Ele os subdivide em: (1) permanentes (*ter, haver, ser, estar*) e (2) ocasionais (*ir, vir, andar*). O autor observa que tanto os do primeiro grupo quanto os do segundo funcionam também como verbos principais, conforme os exemplos: “1) *tenho um livro: tenho dito, <hei grande medo>: talvez o desgraçado se houvesse arrependido; estou em casa: estou escrevendo; 2) vai à Europa: vai crescendo; venho de casa: venho-o dizendo há muito; andam devagar: andam dizendo por aí*” (p. 64). Por fim, Mattoso classifica o verbo auxiliar como “um vocábulo de significação externa que sofreu gramaticalização em todos ou alguns de seus empregos” (p. 64).

Bechara (2001) separa os verbos auxiliares de acordo com suas aplicações. O primeiro grupo, composto pelos verbos *ter, haver* e, raramente, *ser* combinados com uma forma verbal no particípio, forma os tempos compostos. O segundo grupo é constituído pelos verbos *ser, estar* e *ficar*, também seguidos por uma forma verbal no particípio, desta vez para formar a voz passiva (de ação, de estado e de mudança de estado). O terceiro grupo é o dos verbos auxiliares acurativos (*começar a, estar para, continuar, andar, vir...*), que se combinam com infinitivo ou gerúndio para determinar o aspecto verbal. O quarto e último grupo é formado pelos auxiliares modais, que se combinam com infinitivo ou gerúndio para expressar noções de necessidade, capacidade, vontade, entre outras. O autor observa que os verbos causativos e sensitivos, embora se comportem

⁶ Essa constatação é importante, visto que Perini é conhecido como um sintaticista que apresenta propostas novas, criticando constantemente as gramáticas tradicionais em relação à sua abordagem dos fenômenos linguísticos.

sintaticamente como as locuções verbais, não integram a lista dos verbos auxiliares.

Na tabela a seguir, é apresentada a relação completa dos verbos auxiliares para cada um dos autores consultados. Os dados estão organizados conforme a metodologia adotada pela maioria dos gramáticos, segundo a qual os verbos estão separados em grupos: (i) os que formam a voz passiva, (ii) os que formam os tempos compostos, (iii) os que denotam aspecto e, por fim, (iv) os que indicam modo.

Tabela 2

Autores		Verbos										
		Kury (1970)	Dias (1970)	Barbosa (1962)	Said Ali (1965)	Said Ali (1964)	Rocha Lima (1985)	Cunha e Cintra (1985)	Luft (1991)	Perini (2000)	Mattoso (1991)	Bechara (2001)
Voz Passiva	estar+part.	x		x	x	x		x	x	x	x	x
	ficar+part.	x		x		x		x	x			x
	ir+part.			x								
	ser+part.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	tornar-se					x						
	vir+part.			x								
TC ⁷	haver+part	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x
	ser+part.	x	x	x								x
	ter+part	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x
Verbos Acurativos	acabar de+inf.	x		x				x		x		x
	andar+ger.	x		x		x		x	x	x	x	x
	andar+part.		x									
	andar a+inf.	x	x									
	cessar de+inf.	x		x								x
	começar a+inf	x		x					x	x		x
	continuar+ger.											x
	continuar a+inf.									x		x
costumar+inf.	x		x								x	

⁷ Abreviação de Tempos Compostos.

Autores		Verbos											
		Kury (1970)	Dias (1970)	Barbosa (1962)	Said Ali (1965)	Said Ali (1964)	Rocha Lima (1985)	Cunha e Cintra (1985)	Luft (1991)	Perini (2000)	Mattoso (1991)	Bechara (2001)	
Verbos Modais	atrever-se a+inf.												x
	buscar+inf.	x		x									x
	conseguir+inf.	x		x									x
	desejar+inf.	x		x									x
	dever+inf.	x	x	x						x	x		x
	dever de+inf.			x									
	haver de+inf.	x	x	x	x				x	x	x		x
	ir+inf.								x				
	lograr+inf.	x		x									x
	odiar+inf.												x
	ousar+inf.	x		x									x
	parecer+inf.	x		x									x
	pensar+inf.			x									
	poder+inf.	x		x						x	x		x
	precisar+inf.												x
	pretender+inf.	x		x									x
	querer+inf.	x		x				x					x
saber+inf.	x		x										
tentar+inf.	x											x	
ter de+inf.	x	x	x	x						x		x	
vir+inf.								x					

Uma análise geral da tabela nos revela uma certa homogeneidade entre os gramáticos na classificação dos verbos que formam a voz passiva e os tempos compostos como auxiliares. Os verbos *ser* e *estar* seguidos de particípio são os mais frequentes dentre os verbos pertencentes ao grupo (i): o primeiro aparece como auxiliar em todas as gramáticas investigadas; e o segundo, em nove delas, não figurando na lista de Dias (1970) nem na de Rocha Lima (1985). Os verbos *ir* e *vir* acompanhados de particípio e *tornar-se* são citados em apenas uma das onze listas de auxiliares. Os dois primeiros aparecem na lista de Barbosa (1962), e o último consta na de Said Ali (1964).

O grupo (ii) é composto pelos verbos *haver*, *ser* e *ter* seguidos de particípio, mas o verbo *ser* aparece apenas nas listas de Kury (1970), Barbosa (1962) e Bechara (2001), com a ressalva de que é raramente empregado na formação de tempos compostos no português atual. Dias (1970) aborda as construções com *ser* no apêndice do tópico “Conjugação perifrástica”, fazendo a seguinte descrição: “Estas combinações (as do verbo *ser* no presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito ou futuro imperfeito com o particípio passivo) representam literalmente os tempos compostos dos depoentes⁸ latinos” (p. 250). Os verbos *ter* e *haver*, por sua vez, são classificados como auxiliares do grupo (ii) em dez das onze gramáticas consultadas. Esses verbos não figuram somente na lista de auxiliares proposta por Dias (1970, p. 247-250), que considera conjugações perifrásticas apenas as construídas com os auxiliares *ir*, *vir* (*a*), *andar* (*a*), *entrar a*, *estar*, *dever*, *ter de*, *haver de* e *ser*. No tópico referente ao emprego dos modos e tempos verbais, Dias (1970, p. 183-194) apresenta exemplos de tempos compostos construídos com os verbos *ter* e *haver*, mas não faz nenhuma menção à função auxiliar que esses verbos estariam ou não desempenhando nessas construções.

A relativa concordância entre os gramáticos na lista de verbos que pertencem à classe dos auxiliares se limita aos grupos (i) e (ii). A simples visualização dos grupos (iii) e (iv) na tabela manifesta análises díspares no tratamento do fenômeno da auxiliaridade verbal nas gramáticas tradicionais.

O número de verbos que pertencem ao grupo dos auxiliares acurativos varia nas gramáticas entre dois e vinte e dois membros, apresentando índices intermediários de três, cinco, sete, nove, treze e dezesseis membros. Considerando esses números, é difícil qualquer tentativa de sistematizar os dados. Há, por exemplo, vários verbos desse

⁸ “2 gramática: que ou o que tem a forma passiva, mas sentido ativo (diz-se de verbo, frase etc.); p.ex.: *já saiu almoçado* ('tendo almoçado'), *político experimentado* ('que teve muitas experiências').” (Houaiss eletrônico).

grupo que figuram como auxiliares em apenas uma das onze gramáticas consultadas: *continuar* e *viver* acompanhados de gerúndio, *andar* acompanhado de particípio e *deitar a*, *ficar por*, *gostar de*, *passar a*, *principiar a* e *viver a* acompanhados de infinitivo. Seguindo a relação de baixa frequência nas listas de auxiliares, a tabela mostra sete verbos citados em apenas duas gramáticas: *andar a*, *continuar a*, *estar por*, *pegar a*, *pôr-se a*, *vir a* e *voltar a* acompanhados de infinitivo. São poucos os verbos acurativos que se repetem na lista de auxiliares presentes nas gramáticas. Os verbos *andar* e *ir* acompanhados de gerúndio são os mais frequentes, com oito ocorrências, seguidos pelo verbo *vir* acompanhado de gerúndio, com sete ocorrências. É importante observar ainda que há disparidades não apenas entre os autores, mas entre obras diferentes de um mesmo autor. Comparando a lista de auxiliares que Said Ali apresenta em *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1965) com a que está em *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1964), observa-se que nenhum verbo do grupo dos acurativos coincide nas diferentes obras. Em Said Ali (1965), compõem a lista dos auxiliares acurativos os verbos *entrar a* e *estar por* acompanhados de infinitivo; em Said Ali (1964), por outro lado, são listados nesse grupo os verbos *andar*, *ir* e *vir* acompanhados de gerúndio.

Os autores consultados, sem exceção, contemplam em sua definição de verbo auxiliar a noção aspectual; por essa razão, é difícil compreender tantas divergências nas listas dos auxiliares acurativos. Se o gramático define como propriedade dos auxiliares do grupo (iii) indicar aspecto, não é clara a sua posição ao considerar *acabar* como auxiliar acurativo, mas não *começar*, ambos acompanhados de gerúndio, conforme se observa em Cunha e Cintra (1985). Este é apenas um exemplo dentre muitos que poderiam ser construídos, considerando a assistemática que configura a classe dos auxiliares acurativos. Para se obter uma classificação mais precisa e, conseqüentemente, uniforme, é necessário o emprego de critérios rigorosos e possíveis de serem equiparados. A noção de aspecto é, sem dúvida, importante na classificação de um verbo como auxiliar, mas não parece suficiente para o seu acréscimo ou exclusão da classe.

A distribuição dos modais nas listas de auxiliares revela diferentes posturas dos gramáticos em relação à classificação desses verbos. Há autores que parecem considerar verbos modais como sinônimo de auxiliares, a julgar pela extensão de suas listas. Este é o caso de Bechara (2001), Barbosa (1962) e Kury (1970), que inserem no grupo (iv) dezesseis, quinze e quatorze verbos, respectivamente. Em um outro extremo estão Said Ali (1964) e Mattoso Câmara (1971), que não incluem nenhum modal na classe dos verbos auxiliares. É importante notar que Said Ali (1965, p. 94) atribui ao verbo *ter de* acompanhado de infinitivo a noção de aspecto

necessitativo, e não de modo, por isso sua lista de auxiliares modais é nula. Já Mattoso Câmara (1991, p. 64) define auxiliar como um morfema que, dentre outras noções, expressa modo. Por essa razão, é difícil compreender a ausência de auxiliares modais em sua lista, que se subdivide em auxiliares (a) permanentes (*ter, haver, ser, estar*) e (b) ocasionais (*ir, vir, andar*). Os demais gramáticos manifestam um comportamento cauteloso em relação aos modais, acrescentando não mais que quatro desses verbos às suas listas. Essa postura revela que, embora não estejam explicitados nas gramáticas, outros critérios, além da noção de modalidade, estão sendo levados em conta na classificação de um auxiliar. Desconsiderando as listas de Kury, Barbosa e Bechara, para quem praticamente todos os membros da lista de modais são auxiliares, percebe-se uma concordância entre os gramáticos, que inserem na classe dos auxiliares os verbos *dever, haver de e ter de* acompanhados de infinitivo.

A variação no número de verbos que compõem as listas de auxiliares nas gramáticas tradicionais é, provavelmente, resultado de sua abordagem superficial da noção de auxiliaridade. Primeiramente, não se encontra nas gramáticas a explicitação de todos os critérios empregados na classificação de um verbo como auxiliar, exceto na de Perini (2000), que parece centrar sua classificação unicamente nos critérios de transitividade e de unidade sintática. Em segundo lugar, há incoerências entre a definição de verbo auxiliar e os itens inseridos nessa classe, como a constatada em Said Ali (1964) e Mattoso (1991), que apontam modalidade como uma das propriedades dos auxiliares, mas não inserem nenhum verbo modal em suas listas. Por fim, muitos gramáticos, como Kury (1970), Mattoso Câmara (1991), Said Ali (1964, 1965), Barbosa (1962) e Bechara (2001), embasam sua classificação no critério da perda semântica, mas não demonstram como ela se processa, transferindo ao leitor a difícil tarefa de perceber e sistematizar as diferenças de significado de um verbo como *deixar* em: “Ele deixou o trabalho.” e “Ele deixou de trabalhar.”. O sentido de *deixar* não seria o de interromper a ação *trabalhar* em ambas as construções? Tentar pautar a classificação de um verbo como auxiliar no critério semântico deixa essa classificação um tanto subjetiva, uma vez que os falantes tendem a perceber diferentes nuances de significado. É importante ressaltar, ainda, que as listas de Kury (1970), Barbosa (1962) e Bechara (2001) destoam das demais pelo número excessivo de verbos que as compõem, não apenas no grupo (iv), como já havia sido observado, mas também no quadro geral. Esse fato deixa evidente a falta de critérios na classificação dos auxiliares à medida que esses autores parecem inserir em suas listas quaisquer verbos que, em algum contexto, se combinem com uma forma nominal de V.

De um modo geral, os gramáticos parecem compreender que os verbos de sua lista de auxiliares podem ser empregados também como núcleo do predicado, embora apenas Mattoso Câmara (1991, p. 64) e Perini (2000, p. 75) chamem a atenção para esse aspecto. É importante, entretanto, discutir se os auxiliares formam uma classe com um número determinado de membros que apresentam certas propriedades ou se constituem uma classe aberta, cujos membros são variáveis e determinados pelo contexto em que são empregados; neste último caso, não faz sentido algum elaborar listas de verbos auxiliares. Com a finalidade de buscar respostas mais precisas para essas questões e investigar outros fatores que estariam relacionados à noção de auxiliaridade, passamos a apresentar outras abordagens desse fenômeno linguístico.

1.2.2 ABORDAGEM NÃO-TRADICIONAL

Pontes (1973, p. 39) defende o emprego de critérios sintáticos em detrimento dos semânticos na classificação de um verbo como auxiliar. Para a autora, é mais objetiva a análise que considera o verbo em relação aos seus acompanhantes na sentença que aquela cujo critério principal é o seu sentido. Essa proposta de análise vai de encontro à de muitas gramáticas tradicionais, que abordam o tema locução verbal, conseqüentemente, a noção de auxiliaridade, no módulo referente ao estudo da morfologia.

Dentre os auxiliares apresentados na Tabela 2, Pontes aponta o verbo *ter* acompanhado de particípio como uma espécie de protótipo da classe⁹. A primeira diferença significativa da sua abordagem em relação à dos gramáticos é a explicitação criteriosa das propriedades determinantes para a classificação de um verbo como auxiliar.

A primeira propriedade apresentada por Pontes é a da posição fixa na sequência verbal, a qual é determinada por uma regra sintática. O auxiliar deve se posicionar depois de um verbo modal e/ou antes de *estar* acompanhado de gerúndio. Essa regra é apresentada também por Luft (1991) e Perini (2000), cujas abordagens para a análise desse fenômeno são igualmente sintáticas.

⁹ Pontes (1973, p. 50) afirma que o grupo de verbos que mais exibe propriedades da classe dos auxiliares é o formado por *haver* e *ter* acompanhados de particípio, os quais correspondem ao grupo (ii) da tabela dos auxiliares apresentada na seção anterior. Para essa autora, assim como para a maioria dos gramáticos que consultamos, o verbo *ser* acompanhado de particípio não integra esse grupo; o verbo *haver*, por sua vez, é apresentado como uma provável variante do verbo *ter*, própria da linguagem literária. Por essas razões, *ter* é considerado o protótipo dos verbos auxiliares.

Em segundo lugar, Pontes chama a atenção para o fato de o particípio que acompanha o verbo *ter* ser invariável, ou seja, não se flexionar para concordar com o sujeito da oração, o que, segundo a autora, não se verifica em perífrases com *ser*, *estar*, *ficar*, etc.

Como terceira propriedade, Pontes observa que a mudança da voz ativa para a passiva não altera a posição que o auxiliar *ter* seguido de particípio ocupa na sentença. Esse verbo continua posicionado entre o modal e o progressivo, conforme o exemplo: “João pode ter estado comprando flores./Flores podem ter estado sendo compradas por João.” (op. cit., p. 51).

Outra propriedade destacada por Pontes é a da unidade sintática, que se manifesta pelo emprego dos adjuntos temporais e das partículas de negação, que se referem à sequência como um todo, e não a somente parte dela. Os adjuntos temporais têm mobilidade, mudando sua posição sem alterar o significado da sentença; as partículas de negação, por sua vez, têm posição fixa, localizando-se sempre antes da sequência verbal.

A autora apresenta ainda o comportamento de um auxiliar referente às restrições de seleção semântica: primeiro, ela aponta que o verbo auxiliar não interfere nas restrições de seleção, as quais se estabelecem entre o sujeito e o verbo principal, como se verifica em: “A pedra quebrou./A pedra tinha quebrado./*A pedra tinha lido”; segundo, que ele pode se combinar com quaisquer verbos, inclusive, com os impessoais: “Tinha chovido./Tinha havido aula.” (op. cit., p. 52).

Pontes fecha o rol de propriedades dos auxiliares fazendo alusão à sua impossibilidade de formar imperativo: “*Tem saído todos!” (p. 65), posto que não selecionam sujeito.

Dando continuidade à análise dos auxiliares, a autora observa que *ter* e *haver* seguidos de particípio se comportam diferentemente das sequências *estar*, *ficar*, *ir*, *ser* e *vir* acompanhados de particípio, que constituem o grupo (i) da tabela de auxiliares: os que formam a voz passiva. A primeira diferença está na posição que esses verbos ocupam na locução, pois se localizam imediatamente antes do verbo principal. Em relação ao critério da concordância, o particípio se flexiona em gênero e número a fim de concordar com o sujeito. As restrições seletivas desse grupo se configuram na relação entre o verbo principal e o agente da passiva, sendo, portanto, inversas às da voz ativa, que se manifestam na relação entre o verbo principal e o sujeito.

Pontes sinaliza ainda que há diferenças entre verbos pertencentes ao mesmo grupo; este é o caso, por exemplo, de *ser* e *estar* acompanhados de particípio. Enquanto as construções passivas construídas com o verbo *ser* no presente correspondem ao presente da voz ativa (*é amado* – ama), as com o

verbo *estar* correspondem ao pretérito perfeito (*está feito – fez*). Há construções com *estar* acompanhado de particípio que não são passivas, uma vez que não aceitam agente da passiva nem apresentam uma ativa correspondente, como o exemplo: “O ar estava parado.” O verbo *ser* acompanhado de particípio também pode figurar em construções que não caracterizam voz passiva, como em: “Sou muito desconfiado”. (op. cit., p. 56). Finalizando a lista das diferenças entre construções com *ser* e *estar*, a autora discute os exemplos “João está morto/João foi morto”. A primeira construção assume uma leitura intransitiva, em que *morto* é o particípio do verbo *morrer*; a segunda consiste numa passiva, e *morto* constitui o particípio do verbo *matar*. Esta interpretação é corroborada pela possibilidade do acréscimo da função agente da passiva na segunda construção. A argumentação da autora revela que nem sempre construções com *ser* ou *estar* acompanhados de particípio configuram passivas; conseqüentemente, nem sempre esses verbos constituem auxiliares.

Os causativos e sensitivos não compõem a lista de auxiliares proposta por Pontes, uma vez que não manifestam as propriedades que a autora considera próprias dessa classe. O infinitivo que acompanha os verbos *mandar*, *deixar* e *fazer* pode ser desdobrado em uma nova sentença, ter sujeito próprio, com o qual estabelece concordância, e ainda ser negado separadamente do verbo causativo. Este, por sua vez, não se combina com qualquer verbo e admite flexão no imperativo. Além disso, é possível combinar um advérbio de tempo com o causativo e outro, diferente, com o infinitivo. Estas são apenas algumas das propriedades que levaram Pontes a classificar os causativos como transitivos, e não como auxiliares. Os sensitivos *ver*, *ouvir* e *sentir* também são considerados verbos transitivos, tendo no infinitivo o seu complemento direto. Esses verbos têm sujeito animado e admitem objeto nominal. O infinitivo que os segue tem sujeito próprio, com o qual estabelece concordância, à semelhança do que ocorre com os causativos.

Os gramáticos tradicionais não costumam inserir os causativos e os sensitivos nas suas listas de auxiliares, conforme mostram os dados da Tabela 2. Os problemas de classificação ocorrem basicamente com o grupo dos modais e dos acurativos, que parecem constituir de verbos com propriedades diferentes entre si. Pontes classifica esses verbos a partir da relação que estabelecem com os demais constituintes da sentença. Para a autora, eles podem ser organizados em dois grupos: (1) os que têm oração como objeto; e (2) os que admitem oração como sujeito.

O primeiro grupo é constituído pelo verbo *vir* e por modais que indicam vontade ou desejo (*desejar*, *odiar*, *abominar* e *querer*), esforço ou tentativa (*tentar*, *buscar*, *pretender*, *atrever-se*, *conseguir*, *lograr* e *saber*).

Estes figuram como auxiliares apenas nas listas de Kury (1970), Barbosa (1962) e Bechara (2001), exceto *querer* e *vir*, que são citados por Rocha Lima (1985) e Cunha e Cintra (1985), respectivamente. Para Pontes, os verbos transcritos acima pertencem à classe dos transitivos, uma vez que admitem sujeito animado e sintagma nominal como objeto (salvo *saber*, *ousar* e *vir*); podem ser apassivados (salvo *querer*, *saber*, *ousar* e *vir*, os três últimos em consequência da restrição anterior); admitem complemento iniciado por *que*; não se combinam com verbos impessoais e admitem imperativo. Essas propriedades, em princípio, são suficientes para a exclusão desses verbos da classe dos auxiliares.

O segundo grupo é formado por modais que indicam necessidade, obrigação, dever (*haver de*, *ter de/que*, *dever*, *precisar*), possibilidade ou capacidade (*poder*), aparência, dúvida (*parecer*), movimento para realizar um intento futuro (*ir*) e também por alguns verbos acurativos (*começar a*, *pôr-se a*, *tornar a*, *voltar a*, *costumar*, *acabar de*). Ao submeter cada um desses verbos aos testes que manifestam marcas de auxiliaridade, Pontes constatou que os modais devem ser analisados como intransitivos, visto que a oração infinitiva constitui seu sujeito. Já os acurativos, estes podem ser empregados como intransitivos ou transitivos, pois admitem oração como sujeito ou como objeto. É importante notar que a autora não considera nenhum verbo modal ou acurativo como auxiliar, embora parte deles tenha manifestado propriedades dessa classe. Alguns membros do segundo grupo se combinam com verbos impessoais, não admitem complemento iniciado por *que* nem se conjugam no imperativo; manifestam, entretanto, outras propriedades que impedem sua inserção no grupo dos auxiliares, como a dupla negação, a presença de um advérbio de tempo combinado apenas com o infinitivo e a violação da regra sintática do auxiliar.

Para Pontes, são poucos os verbos auxiliares no português. O verbo *ter* acompanhado de particípio é apresentado como protótipo da classe, exibindo todas as suas propriedades. Esse verbo pode alternar com *haver*, cujo emprego está restrito a contextos literários, segundo a autora. Os verbos *estar*, *ficar*, *ir*, *ser* e *vir* acompanhados de particípio também integram a classe dos auxiliares; não manifestam, contudo, o conjunto das propriedades características dessa classe. Pontes reconhece como auxiliares, portanto, apenas os verbos pertencentes aos grupos (i) e (ii) da Tabela 2.

A análise minuciosa dessa autora evidencia a superficialidade e a ausência de critérios com que grande parte dos gramáticos tradicionais vem tratando a auxiliaridade verbal. Além disso, revela que não há como abordar esse fenômeno linguístico senão no componente sintático da gramática.

Lobato (1975) classifica os auxiliares em português tendo em vista a manifestação parcial ou plena dos critérios determinantes dessa classe. A

autora emprega o termo auxiliar para se referir ao número restrito de verbos que exibem todas as propriedades características dessa classe. O termo “auxiliante” ou “auxiliar *lato sensu*”, por sua vez, é atribuído a todo verbo que figura em sequências verbais, não necessariamente em locuções, e manifesta apenas em parte os critérios de auxiliaridade.

Além da distinção entre auxiliares *stricto* e *lato sensu*, Lobato apresenta uma abordagem detalhada de nove critérios para a apreensão da noção de auxiliaridade, hierarquizando-os pelo seu grau de determinação desse fenômeno linguístico. Os critérios de auxiliaridade exibidos pela autora coincidem com os propostos por Pontes (1973), à exceção do da pronominalização.

Os testes aplicados por Lobato (1975) aos verbos auxiliares determinam o restrito grupo de auxiliares do português. A exigência de unidade semântica e a impossibilidade de construção com conjunção integrante *que/se* eliminam da lista de auxiliares *stricto sensu* os verbos sensitivos, causativos, *dicendi*, de suposição e de aparência (*parecer*). A aplicação do critério da incidência de um circunstante temporal exclui ainda dessa lista os volitivos, além de todos os verbos citados acima. A impossibilidade de formar imperativo ratifica a exclusão dos verbos causativos e dos *dicendi*. Os critérios de apassivação e de restrições de seleção semântica, por sua vez, confirmam a eliminação de *parecer* e ainda banem do grupo dos auxiliares muitos verbos de desenvolvimento e grande parte dos modais. Por fim, a impossibilidade de dupla negação exclui da lista de auxiliares todos os modais e os verbos de desenvolvimento, restando apenas *ser*, *ter* e *haver* acompanhados de particípio e *estar* acompanhado de gerúndio.

Segundo Lobato, o critério da pronominalização vem a confirmar os resultados obtidos com a aplicação hierárquica dos demais critérios de auxiliaridade, visto que apresenta as sequências verbais com *ser*, *ter* e *haver* acompanhados de particípio e *estar* acompanhado de gerúndio como locuções, e as demais, com *querer*, *crer*, *dever*, *poder*, *ir*, etc. acompanhados de infinitivo, como verbos independentes, ambos principais, pertencentes, portanto, a sentenças distintas.

Primeiramente, foi investigada a (im)possibilidade de pronominalização do auxiliado. Se o auxiliado pudesse ser substituído por um pronome, “os dois verbos seriam principais, sendo o infinito uma nominalização. Em caso contrário, ter-se-ia uma só oração, sendo o verbo flexionado um auxiliar.” (Lobato, 1975, p. 65). A aplicação desse critério aponta o *ser* que figura nas passivas e nas construções que marcam anterioridade como verbo principal, pois a pronominalização da forma no particípio é possível em ambos os casos, conforme mostram os exemplos:

“Se até João é respeitado por seus alunos, eu também *o* serei pelos meus./Naquele tempo, João era nascido, mas eu não *o* era.” (op. cit., p. 65). A autora, entretanto, não exclui esse verbo da sua lista de auxiliares; ao contrário, argumenta que a pronominalização do auxiliado é também possível com os verbos *ter* e *haver* acompanhados de particípio e *estar* acompanhado de gerúndio, mesmo que o resultado dessas pronominalizações seja de difícil aceitação por parte de muitos falantes.

Se a pronominalização é, de fato, um critério válido para o português, o verbo *ser* deveria ser banido da lista de auxiliares, uma vez que se comporta diferentemente dos verbos *ter*, *haver* e *estar* em relação a essa propriedade. Se Lobato não considera essa diferença suficiente para a exclusão de *ser* da classe dos auxiliares, fica estabelecido um impasse: ou não há auxiliares em português, visto que os verbos subsistentes à aplicação dos demais critérios de auxiliaridade permitem a pronominalização do auxiliado; ou esse critério não é válido para a distinção entre os auxiliares e os auxiliantes no português.

Referente ao critério da pronominalização, Lobato também analisa a cliticização do complemento do suposto verbo principal. A autora apresenta como uma característica do funcionamento pronominal do português “o fato de não ser possível transportar os clíticos da oração encaixada para a matriz através de um nóculo oração.” (Lobato, 1975, p. 70). Em relação a essa propriedade, os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver* se comportam como auxiliares, pois admitem a próclise do pronome complemento da forma infinita: “O livro foi dado *ao menino*./O livro *lhe* foi dado; Ele está dando o livro *ao menino*/Ele *lho* está dando; Eu tinha dado o livro *ao menino*/Eu *lho*-tinha dado.” (op.cit., p. 73), evidenciando que a sequência verbal constitui, de fato, uma locução.

Além dos critérios citados anteriormente, Lobato atribui à classe dos auxiliares *stricto sensu*, que constitui uma classe gramatical, propriedades como “alta frequência média de ocorrência num texto dado, passagem obrigatória e número restrito de elementos na classe, sem possibilidade de criação de outros membros por parte do falante.” (op. cit., p. 77).

Para Lobato, os modais do tipo *querer*, *permitir*, *tentar*, *julgar*, *poder* e *dever* no sentido de capacidade e necessidade são transitivos; já o verbo *poder* com sentido de possibilidade e os aspectuais são intransitivos. Essa classificação difere da de Pontes, que insere os modais *poder* e *dever* em todas as suas acepções na classe dos intransitivos, e os aspectuais na dos intransitivos ou dos transitivos, dependendo se a sentença que os acompanha está desempenhando a função de sujeito ou de complemento verbal.

Embora Pontes e Lobato tenham empregado os mesmos critérios, à exceção do da pronominalização, suas listas de auxiliares não são inteiramente coincidentes. Para Pontes, essa classe é composta pelos verbos *ter*, *haver*, *estar*, *ficar*, *ir*, *ser* e *vir* acompanhados de particípio; para Lobato, ela se constitui de apenas quatro membros: *ser*, *ter* e *haver* acompanhados de particípio e *estar* acompanhado de gerúndio.

A diferença fundamental entre as autoras é que Pontes admite como auxiliar verbos que manifestam predominantemente as propriedades dessa classe; já Lobato, por fazer a distinção entre verbos auxiliares e auxiliantes, mostra-se mais rigorosa na sua classificação, considerando auxiliar apenas os verbos que exibem plenamente os critérios de auxiliaridade.

2 A REESTRUTURAÇÃO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO DA REESTRUTURAÇÃO

A literatura linguística tem dedicado atenção especial a contextos em que sentenças que têm verbos com complemento infinitivo podem se tornar transparentes para determinados fenômenos sintáticos locais, como o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto¹⁰. Uma sentença infinitiva como *resolver esses problemas* pode ou não ser transparente para a extração de um determinado constituinte, dependendo do contexto em que ocorre. Por exemplo, se essa sentença receber uma interpretação temporal própria, puder ser negada à parte da sentença matriz e permitir extração de constituintes, constituirá um domínio funcional independente; caso contrário, formará um predicado complexo com a sentença matriz. Portanto, o comportamento da sentença infinitiva frente a essas propriedades é que determinará se essa sentença constitui um domínio independente da sentença matriz ou se foi desencadeado o processo de Reestruturação.

Alguns estudos sobre construções infinitivas (Rizzi, 1982; Aissen e Perlmutter, 1983; Burzio, 1986; Gonçalves, 1999; Wurmbrand, 2003 e Cinque, 2006) revelam que, embora aparentemente iguais, essas construções podem apresentar diferenças significativas tanto no plano sintático quanto no semântico. Há uma concordância entre os autores que investigam as construções infinitivas sobre as diferenças na representação sintática dessas construções, ou seja, defende-se que nem todos os complementos infinitivos apresentam a mesma estrutura, gerando, por consequência, diferentes interpretações semânticas. Um desafio para esses estudos é propor uma representação dessas construções que permita prever a manifestação de propriedades como a negação, a marcação temporal, o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto e que, paralelamente, explique as correlações entre diferenças sintáticas e interpretações semânticas.

Nas línguas românicas em geral, alguns verbos de controle e de alçamento têm revelado um comportamento sintático ambíguo, uma vez que, ao selecionarem um complemento infinitivo, podem exercer a função

¹⁰ O termo ‘movimento longo do objeto’ está sendo empregado neste trabalho como equivalente ao termo ‘Object Preposing’, utilizado por Rizzi (1982) para denominar o movimento do argumento interno do verbo encaixado para a posição de sujeito do verbo matriz.

de predicado lexical, atribuindo papel temático a seus argumentos, ou de predicado funcional, formando uma unidade sintática com o verbo de seu complemento. Nesse último caso, o complemento infinitivo revela efeitos de transparência para determinados fenômenos sintáticos, e a sequência verbal e torna um único domínio funcional, manifestando propriedades de um predicado verbal complexo.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais versões da hipótese da Reestruturação nas línguas românicas; sem, contudo, fazer uma resenha das ideias dos autores ou confrontar seus dados com os do português brasileiro (PB), o que será feito nos capítulos posteriores. Começamos essa abordagem com Rizzi (1982), que formulou a regra de Reestruturação para explicar certos processos linguísticos ocorridos no italiano, tais como o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto.

2.2 VERSÕES DA HIPÓTESE DA REESTRUTURAÇÃO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

2.2.1 RIZZI (1982)

Com base em dados do italiano, Rizzi (1982) verificou que um grupo de verbos modais, aspectuais e de movimento se comporta como uma unidade sintática com o verbo de seu complemento infinitivo, podendo desencadear um processo de simplificação estrutural, o qual o autor denominou Reestruturação. Nesse processo, uma configuração originalmente bi-sentencial se transforma em mono-sentencial, formando um verbo complexo a partir do verbo da sentença matriz e do seu complemento¹¹.

O processo de Reestruturação, evidenciado nas línguas românicas geralmente pelo fenômeno da subida do clítico, é exemplificado a seguir com sentenças do italiano (Rizzi, 1982, p. 4-5):

¹¹ “I will argue for the existence of a restructuring rule in Italian syntax, that is, a rule which changes the structure of a phrase marker without affecting its terminal string. This rule, governed by a restrictive but significant class of main verbs, will be shown to optionally transform an underlying bisentential structure in a simple sentence, creating a unique verbal complex consisting of the main and the embedded verb.” (Rizzi, 1982, p. 2)

VERBOS MODAIS

- (1) a. Mario vuole/sa risolvere*lo* da solo (questo problema).
(Mario quer/sabe resolvê-*lo* sozinho (este problema)).
- b. Mario *lo* vuole/sa risolvere da solo.
- (2) a. Gianni ha dovuto/ha potuto parlargli personalmente.
(Gianni tem devido/tem podido falar*lhe* pessoalmente).
- b. Gianni *gli* ha dovuto/ha potuto parlare personalmente.

VERBOS ASPECTUAIS

- (3) a. Mario comincia a/finisce di batter*la* a macchina domani (la tesi).
(Mario começa a/termina de batê-*la* à máquina amanhã (a tese)).
- b. Mario *la* comincia a/finisce di battere a macchina domani.
- (4) a. Gianni continua a/sta per raccontargli stupide storie.
(Gianni continua a/está por contar-*lhe* estúpidas estórias)
- b. Gianni *gli* continua a/sta per raccontare stupide storie.

VERBOS DE MOVIMENTO

- (5) a. Piero vènne/andò/tornò a chiamar*li* alla stazione.
(Piero veio/andou/tornou a chamá-*lo* na estação)
- b. Piero *li* vènne/andò/tornò a chiamare alla stazione.

Os exemplos anteriores sugerem que o alçamento do clítico em italiano é opcional. Em (a), o clítico permanece na sentença encaixada, adjunto ao verbo do qual é argumento. Já em (b), a subida do clítico para a sentença matriz constitui evidência da formação de predicado complexo. Uma questão que emerge da diferença entre (a) e (b) é se o alçamento do clítico pode ser empregado como o único diagnóstico da Reestruturação,

considerando que as sentenças não se distinguem por nenhum outro traço aparente.

Para Rizzi, os pares de sentenças (a) e (b) não diferem apenas na posição do clítico, mas também, e principalmente, na estrutura. O autor argumenta, por exemplo, que *risolverlo da solo* (resolvê-lo sozinho) é um constituinte em (1a), mas que *risolvere da solo* não é um constituinte em (1b). A aplicação da regra de Reestruturação em (1b), evidenciada pelo alçamento do clítico, é um processo de simplificação estrutural, o qual torna uma configuração originalmente bi-sentencial em mono-sentencial, formando um complexo verbal. Nesse caso, o verbo encaixado não forma um constituinte com seu complemento, mas sim com o verbo da sentença matriz [_V *lo vuole/sa risolvere*].

O movimento do argumento interno da sentença encaixada para a posição de sujeito da matriz em construções com *se* impessoal também constitui evidência da aplicação da regra de Reestruturação. Esse movimento só é possível quando o verbo da sentença matriz pertence à classe dos modais, dos aspectuais ou dos verbos de movimento, como mostra o contraste entre as sentenças a seguir, extraídas de Rizzi (1982, p. 1):

- (6) a. Finalmente si comincerà a costruire le nuove case popolari.
(Finalmente se começará a construir as novas casas populares)
- b. Finalmente le nuove case popolari si cominceranno a costruire.
(Finalmente as novas casas populares se começarão a construir)
- c. Finalmente si otterà di costruire le nuove case popolari.
(Finalmente se permitirá construir as novas casas populares)
- d. *Finalmente le nuove case popolari si otterranno di costruire.

Em (6a), *le nuove case popolari* constitui argumento interno do verbo encaixado; já em (6b), esse argumento se torna sujeito do verbo matriz, com o qual estabelece concordância. O movimento longo do objeto, à semelhança do alçamento do clítico, indicia a aplicação da regra de Reestruturação, pois revela ausência de barreira, presente em (6b), caso em que não se aplica tal regra, uma hipótese confirmada pela agramaticalidade de (6d).

Um outro indício do processo de Reestruturação está relacionado à seleção dos verbos auxiliares em italiano. Os verbos principais podem

selecionar *avere* ou *essere* como seus auxiliares aspectuais, como mostram os exemplos a seguir, extraídos de Rizzi (1982, p. 1-2):

- (7) a. Mario ha/*è voluto um costoso regalo di Natale.
(Mario queria um presente caro de natal)
- b. Mario è/*ha tornato a casa.
(Mario voltou para casa)

Entretanto, predicados de Reestruturação podem, mesmo selecionando *avere*, figurar opcionalmente com *essere* se o verbo encaixado requerer esse auxiliar. Já os verbos que não pertencem à classe dos modais, dos aspectuais e dos verbos de movimento não permitem essa alternância. O exemplo a seguir, extraído de Rizzi (1982, p. 20), mostra a troca do auxiliar em contexto de Reestruturação:

- (8) a. Maria ha voluto venire con noi.
(Maria queria vir conosco)
- b. Maria è voluta venire con noi.
(Maria queria vir conosco)

Conforme Rizzi, (8a) apresenta uma estrutura bi-sentencial, na qual o verbo *volere* seleciona o auxiliar aspectual *avere*. Já em (8b), por aplicação da regra de Reestruturação, obtém-se uma estrutura mono-sentencial, na qual *volere* constitui o elemento auxiliar do complexo verbal, e a forma no infinitivo (*venire*) exerce a função de predicado lexical. Por essa razão, o auxiliar aspectual da construção passa a ser *essere*, requerido pelo verbo *venire*.

O movimento *tough* também é apresentado por Rizzi (1982) como um argumento a favor da hipótese da Reestruturação. O exemplo a seguir, transcrito do autor (op.cit., p. 26), ilustra esse fenômeno linguístico:

- (9) a. È difficile risolvere questo problema.
(É difícil resolver este problema)
- b. Questo problema è difficile da risolvere.
(Este problema é difícil de resolver)

A sentença (9b) deriva de (9a) por movimento *tough*, uma operação transformacional que move o complemento do verbo encaixado para a

posição de sujeito do verbo matriz, inserindo o complementizador *da* na forma infinitiva.

De acordo com Rizzi, a aplicação da regra do movimento *tough* é restringida pela Condição de Subjacência, ou seja, o complemento só pode ser extraído do ciclo que segue imediatamente o adjetivo *difficile*. O exemplo (10) a seguir (op.cit., p. 26) ilustra essa restrição:

- (10) a. È difficile convincere Mario a finire questo libro prima di lunedì.
(É difícil convencer Mario a terminar este livro antes de segunda-feira)
- b. *Questo libro_i è difficile da convincere Mario a finire t_i prima di lunedì.

A agramaticalidade de (10b) resulta da violação da Condição de Subjacência, uma vez que o sujeito da construção corresponde ao complemento de *finire*, que não pertence ao domínio imediatamente seguinte ao adjetivo *difficile*. Entretanto, se o verbo encaixado sob o adjetivo integrar a classe dos verbos de Reestruturação, será possível mover o complemento do infinitivo através dele, como mostra o exemplo (11), também de Rizzi (op.cit., p. 26):

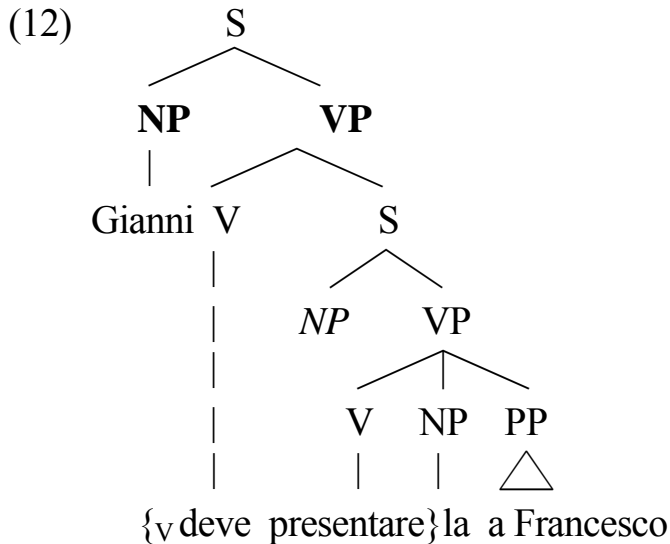
- (11) a. È facile cominciare a cantare questa canzone (ma non altrettanto continuare)
(É fácil começar a cantar esta canção (mas não tanto quanto continuar))
- b. Questa canzone è facile da cominciare a cantare (ma non altrettanto continuare)
(Esta canção é fácil de começar a cantar (mas não tanto quanto continuar))

A aplicação da regra de Reestruturação faz o adjetivo *facile* e o complemento do verbo encaixado pertencerem ao mesmo domínio funcional e formarem um complexo verbal, conforme Rizzi. Em consequência disso, não há nenhuma barreira para o movimento do complemento do verbo encaixado para a posição de sujeito da construção. O movimento *tough* em construções com verbos de Reestruturação deriva, portanto, sentenças bem-formadas, como (11b).

Rizzi (1982) observa que os processos linguísticos descritos acima, embora não estejam aparentemente relacionados, são desencadeados em

contextos semelhantes, no qual verbos modais, aspectuais ou de movimento formam um complexo verbal com a forma infinitiva.

O diagrama a seguir ilustra a aplicação da regra de Reestruturação (cf. Rizzi, 1982, p. 5):



A aplicação da regra de Reestruturação dá origem a uma estrutura simples, formando um complexo verbal a partir da união do verbo da sentença matriz com o da encaixada, sinalizado em (12) pelo uso das chaves. A formação de um único domínio funcional permite o alçamento do clítico *la*, argumento do verbo encaixado, para uma posição adjunta ao verbo matriz, visto não haver mais barreira que impeça esse movimento. O processo de Reestruturação acaba com a barreira que impediria o movimento do clítico.

A proposta de Reestruturação de Rizzi (1982) está embasada na Teoria Padrão Estendida. Para esse autor, o processo de Reestruturação transforma uma estrutura bi-sentencial em mono-sentencial pelo apagamento de categorias não-lexicais do domínio encaixado, tais como S e PRO. Essa constatação é feita a partir da aplicação de testes de constituição, tais como: movimento-wh, formação de estruturas clivadas, *Right Node Raising* (Elevação do Nó à Direita) e *Heavy NP-shift* (deslocamento do NP pesado ou complexo para a direita).

Quando um constituinte do domínio encaixado realiza um movimento-wh, acompanhado de todos os elementos que compõem o complemento infinitivo, o clítico argumento do verbo encaixado não pode figurar em uma posição adjacente ao verbo matriz, como mostra o exemplo (13), extraído de Rizzi (1982, p. 7):

- (13) a. Questi argomenti, a parlarti dei quali verrò al più presto, ...
 (Estes argumentos, a falar-te dos quais virei o mais cedo possível...)
- b. *Questi argomenti, a parlare dei quali ti verrò al più presto, ...

A sequência *a parlarti dei quali*, em (13a), é um constituinte, por isso pode ser movida, acompanhando o movimento do elemento-wh relativo. Já em (13b), em que foi aplicada a regra de Reestruturação, como sinaliza o alçamento do clítico para antes de *verrò*, a sequência *a parlare dei quali* deixa de ser um constituinte, não podendo ser movida junto com o elemento-wh, como mostra a agramaticalidade da construção. Com esse teste, Rizzi argumenta que, após a aplicação da regra de Reestruturação, o verbo *venire* forma um constituinte com o verbo *parlare*, constituindo uma forma verbal complexa. Em consequência, o verbo encaixado não forma mais um constituinte com seus complementos.

Rizzi emprega o teste da formação da sentença clivada como mais uma evidência em favor da ideia de que o verbo encaixado e seu complemento não formam um constituinte em sentenças reestruturadas, como mostra o contraste entre as construções a seguir, extraídas de Rizzi (1982, p. 9):

- (14) a. È proprio a riportargli i soldi che sto andando, stai tranquillo!
 É exatamente a trazer-te o dinheiro que estou indo, fique tranquilo!
- b. *È proprio a riportare i soldi che gli sto andando, ...

Em (14a), o clítico *gli* mantém-se adjunto ao verbo do qual é argumento, indicando que não houve Reestruturação. Nesse caso, é possível clivar o complemento infinitivo, comprovando que a sequência *a riportargli i soldi* é um constituinte. Com a aplicação da regra de Reestruturação, sinalizada pelo alçamento do clítico, *gli sto andando a riportare i soldi* passa a ser um constituinte, impossibilitando a clivagem do complemento infinitivo, como mostra a má-formação de (14b). O contraste de gramaticalidade entre as sentenças em (14) constitui, portanto, mais uma evidência a favor da hipótese de que os dois verbos formam um único constituinte em sentenças reestruturadas.

As construções *Right Node Raising* (de Elevação do Nó à Direita) resultam da aplicação de uma regra que atua em sentenças coordenadas que compartilham o constituinte mais à direita¹². De acordo com Rizzi (1982, p. 10), somente constituintes podem ser alçados para a direita. Portanto, o verbo encaixado e seu complemento podem ser alçados para a direita apenas em sentenças não-reestruturadas. As sentenças a seguir, extraídas de Rizzi (1982, p. 11), ilustram essa restrição:

- (15) a. Mario sinceramente vorrebbe – ma a mio parere non potrà mai – pagargli interamente il suo debito.
(Mario sinceramente quereria – mas a mim parece que não poderá nunca – pagar-lhe inteiramente o seu débito)
- b. *Mario sinceramente gli vorrebbe – ma a mio parere non gli potrà mai – pagare interamente il suo debito.

Em (15a), não ocorre Reestruturação, visto que o clítico mantém-se adjunto ao verbo do qual é argumento. Em consequência disso, a sequência *pagargli interamente il suo debito* pode ser deslocada para a direita, por se tratar de um constituinte. Com a aplicação da regra de Reestruturação, o infinitivo não forma mais um constituinte com o seu complemento, não podendo, portanto, ser alçado para a direita, como revela a agramaticalidade de (15b).

Uma outra regra que Rizzi considera relevante em contextos de Reestruturação é a do *Heavy NP-shift* (deslocamento do NP pesado ou complexo para a direita). Essa regra funciona igualmente como teste de constituência, uma vez que apenas constituintes podem ser movidos, como mostram as sentenças a seguir (Rizzi, 1982, p. 12):

- (16) a. Fra qualche giorno, verrò ad esporti la mia idea a Firenze.
Em alguns dias, virei expor-te minha ideia em Florença.
'Dentro de alguns dias, virei a Firenze para expor para você a minha ideia.'
- b. Fra qualche giorno, verrò a Firenze ad esporti la mia idea.

¹² “Following the account given of it by Postal (1974, section 4.8), this rule (Right Node Raising) operates on coordinate sentences whose rightmost constituents are identical [...]”. (Rizzi, 1982, p. 10)

- (17) a. Fra qualche giorno, ti verrò ad esporre la mia idea a Firenze.
 b. *Fra qualche giorno, ti verrò a Firenze ad esporre la mia idea.

Vê-se que (16b) deriva de (16a) pelo movimento do constituinte pesado *ad esporti la mia idea* para a posição à direita do PP *a Firenze*. Quando ocorre o alçamento do clítico, em (17), indiciando a aplicação da regra de Reestruturação, esse movimento não é mais possível, como mostra a má-formação de (17b). Esse teste constitui mais uma evidência de que o infinitivo não forma um constituinte com seu complemento em contextos de Reestruturação.

A hipótese de que a Reestruturação transforma o verbo matriz e o encaixado em um único constituinte é confirmada também em sentenças com movimento longo do objeto, pela aplicação dos mesmos testes de constituência (Rizzi, 1982, p. 17-18).

Para Rizzi (1982), a aplicação da regra de Reestruturação altera uma estrutura de base bi-sentencial para mono-sentencial por meio do apagamento de categorias que constituem barreiras. Nas sentenças reestruturadas, a forma verbal infinitiva se torna transparente para determinados fenômenos sintáticos, pois deixa de ser um constituinte com seu complemento para se tornar um constituinte com o verbo da sentença matriz, formando um complexo verbal.

2.2.2 AISSSEN E PERLMUTTER (1983)¹³

Para analisar sentenças em que os argumentos do verbo encaixado acabam relacionados com o verbo matriz, Aissen e Perlmutter (1983) propõem uma estrutura relacional, denominada *Clause Reduction* (Redução Sentencial). A proposta de análise desses autores difere, portanto, da de Rizzi (1982), que representa o mesmo fenômeno em uma estrutura transformacional pela aplicação da regra de Reestruturação. Para Aissen e Perlmutter, evidências de Redução Sentencial podem ocorrer também em contextos em que os verbos da sentença matriz e da encaixada não formam

¹³ Most of the discussion in this paper is couched in terms of the theoretical framework of relational grammar proposed by Perlmutter and Postal. In this framework, the structure of a sentence is regarded as a network of grammatical relations or, more simply, as a 'relational network'. For the purposes of this paper, we need only be concerned about a proper subset of the grammatical relations posited in that theory: the relations 'subject of', 'direct object of', and 'indirect object of'. Following Perlmutter and Postal, we will refer to these grammatical relations as '1', '2', and '3', respectively, and represent sentence structures as relational networks (Aissen e Perlmutter, 1983, p. 360).

um constituinte; para Rizzi (1982), entretanto, a formação de um único constituinte a partir dos verbos da sentença matriz e da encaixada é consequência da aplicação da regra de Reestruturação, que cria um único nó dominando ambos os verbos.

Aissen e Perlmutter agrupam os verbos do espanhol que selecionam complementos infinitivos em duas classes: (i) verbos *trigger*, que podem desencadear uma estrutura relacional, por meio da aplicação da regra de Redução Sentencial (*soler, acabar de, querer, tratar de, poder, deber, empezar a, terminar de, continuar, seguir, dejar de, volver a, ordenar e permitir*); e (ii) verbos não-*trigger*, que não permitem a aplicação dessa regra, impedindo o alçamento dos argumentos do verbo da sentença encaixada para a sentença matriz (*parecer, deber de (epistêmico), insistir (en), soñar (con), decidirse (a), evitar, sugerir, pedir, decir e afirmar*). Os exemplos a seguir, extraídos de Aissen e Perlmutter (1983, p. 362-363), mostram o contraste entre esses verbos em relação à aplicação da regra de Redução Sentencial, evidenciada pelo fenômeno do alçamento do clítico:

- (18) a. Luis quiere comer las manzanas amarillas.
(Luis quer comer as maçãs amarelas)
- b. Luis *las* quiere comer.
(Luis *cl.* quer comer)
- (19) a. Luis insistió en comer las manzanas amarillas.
(Luis insistiu em comer as maçãs amarelas)
- b. *Luis *las* insistió en comer.
(Luis *cl.* insistiu em comer)

Na análise desses autores, (18b) é derivada de (18a) pela aplicação da regra de Redução Sentencial. O verbo *querer* é desencadeador dessa regra, permitindo que o inicial 2 (objeto direto) do verbo encaixado em (18a) seja alçado para a sentença matriz ao assumir a forma clítica em (18b). Já em (19), *insistir en* não é desencadeador da regra de Redução Sentencial, impedindo o alçamento do clítico correspondente ao inicial 2 do verbo encaixado (*las manzanas amarillas*), como mostra a agramaticalidade de (19b). Esses exemplos revelam que, para Aissen e Perlmutter, assim como para Rizzi (1982), o alçamento do clítico é uma evidência da mudança na

estrutura da construção, resultando na unificação de duas sentenças¹⁴. Os verbos que permitem alçamento do clítico correspondem aos desencadeadores da regra de Redução Sentencial, e os que não permitem alçamento do clítico integram o grupo dos verbos não-desencadeadores.

À semelhança do italiano, o espanhol admite a formação da passiva reflexiva em contextos de Redução Sentencial (Aissen e Perlmutter, 1983, p. 369-370). Pela regra de Redução Sentencial, o complemento do verbo encaixado se torna complemento do verbo matriz, se este for do grupo dos verbos *trigger* (desencadeadores da regra). Pelas regras de formação da passiva reflexiva, o complemento do verbo matriz se torna sujeito da construção. Como resultado da aplicação dessas regras, portanto, o complemento do verbo encaixado se torna sujeito do verbo matriz, como mostra o exemplo a seguir (Aissen e Perlmutter, 1983, p. 370-371):

- (20) a. Los mapas ya se empezaron a preparar.
(Os mapas já se começaram a preparar)

O nominal *los mapas* corresponde ao inicial 2 do verbo *preparar*. Como *empezaron* desencadeia a regra de Redução Sentencial, *los mapas* torna-se seu complemento. Por fim, no processo de formação da passiva reflexiva, ele passa de complemento do verbo *empezaron* a sujeito da construção, conforme evidencia a concordância que estabelece com a forma verbal.

Conforme Aissen e Perlmutter (1983), em espanhol, é possível a formação da passiva longa¹⁵ com verbos desencadeadores da regra de Redução Sentencial, como mostram os exemplos a seguir (op. cit., p. 390-391):

- (21) a. Los obreros están terminando de pintar estas paredes.
(Os operários estão terminando de pintar estas paredes)
- b. Estas paredes están siendo terminadas de pintar (por los obreros).
(Estas paredes estão sendo terminadas de pintar (pelos operários))
- (22) a. Los obreros acabaron de pintar las casas ayer.
(Os operários acabaram de pintar as casas ontem)

¹⁴ We claim that the clitic-climbing phenomenon in any language is due to Clause Union, which unites the two clauses into a single clause (Aissen e Perlmutter, 1983, p. 382).

¹⁵ O termo *passiva longa* é empregado na literatura linguística para se referir às construções em que o complemento do verbo encaixado se transforma em sujeito da sentença quando o verbo matriz é apassivado.

- b. Las casas fueron acabadas de pintar (por los obreros).
(As casas foram acabadas de pintar (pelos operários))

As sentenças em (b) correspondem às construções passivas das sentenças em (a), pois a relação semântica presente nos pares ativa-passiva é mantida. Como é característico na transformação passiva, há inserção do verbo auxiliar (*sendo/fueron*) e flexão do verbo matriz para a forma participial (*terminadas/acabadas*). Para Aissen e Perlmutter (1983), a possibilidade de apassivar os verbos da sentença matriz em (21) e (22) está relacionada à noção aspectual que expressam, pois apenas verbos que especificam o ponto final de uma ação (télicos) permitem a formação dessa passiva. Essa restrição não é explicada pelos autores, que a consideram uma peculiaridade do espanhol, admitindo que outras línguas possam formar passivas longas com os demais verbos desencadeadores da regra de Redução Sentencial¹⁶.

Como o italiano, o espanhol também permite movimento *tough*. Quando um verbo é encaixado imediatamente abaixo de predicados como *fácil*, *difícil* e *imposible*, o seu objeto pode ser alçado para a posição de sujeito da sentença, como mostra o exemplo a seguir, extraído de Aissen e Perlmutter (1983, p. 372):

- (23) a. Es fácil entender los resultados.
(É fácil entender os resultados)
- b. Los resultados son fáciles de entender.
(Os resultados são fáceis de entender)

O objeto do verbo encaixado sob o predicado *fácil* em (23a) torna-se sujeito da sentença matriz em (23b), estabelecendo a concordância com o verbo matriz e com o adjetivo. Portanto, *son* e *fáciles* são flexionados no plural em (23b) para concordar com *los resultados*.

O movimento *tough* evidencia união sentencial quando o sujeito final corresponde ao complemento inicial de um verbo encaixado sob um predicado desencadeador da regra de Redução Sentencial. Aissen e

¹⁶ The subclass of Clause Union triggers that allow passives like (P32b) and (P33b) seems to be roughly the class that specifies the end point of an action. We have no explanation for this, which we assume to be a language-particular fact that needs to be stated in the grammar of Spanish. Thus we assume that there are languages in which Passive in Clause Union structures is not limited to a small subclass of Clause Union triggers (Aissen e Perlmutter, 1983, p. 392). (As construções passivas (P32b) e (P33b), às quais o trecho citado faz referência, correspondem, respectivamente, aos exemplos (21b) e (22b) deste trabalho).

Perlmutter (1983, p. 374) ilustram esse movimento com o verbo *empezar* (começar):

- (24) a. Será difícil *empezar* a *hacer* estos mapas.
(Será difícil começar a fazer estes mapas)
- b. Estos mapas serán difíciles de *empezar* a *hacer*.
(Estes mapas serão difíceis de começar a fazer)

Em (24a), o nominal *estos mapas* constitui complemento do verbo *hacer*. A aplicação da regra de Redução Sentencial torna o complemento do verbo encaixado dependente do verbo matriz; *estos mapas* passa a ser, conseqüentemente, o complemento do verbo *empezar*. Esse contexto permite movimento *tough*, que move para a posição de sujeito da sentença apenas o objeto do verbo localizado imediatamente abaixo do predicado adjetivo. A sentença em (24b) é, portanto, uma evidência da aplicação da regra de Redução Sentencial.

A análise proposta por Aissen e Perlmutter (1983) para explicar como complementos do verbo encaixado se comportam como complementos do verbo matriz se assemelha em muitos aspectos à proposta por Rizzi (1982). Os autores aplicam, basicamente, os mesmos testes para verificar a unidade da sentença, analisando-a à luz de fenômenos linguísticos como alçamento do clítico, passiva reflexiva e movimento *tough*. A diferença entre as propostas está na estrutura resultante da aplicação da regra de união sentencial. Para Aissen e Perlmutter, a união sentencial pode ocorrer se o verbo matriz formar ou não um constituinte com o verbo da sentença encaixada. Esses autores fundamentam sua posição com exemplos de línguas que manifestam efeitos de transparência em sentenças cujos verbos não estão adjacentes, não podendo, portanto, compor um único constituinte¹⁷. Já para Rizzi, a formação de um complexo verbal é resultado da aplicação da regra de Reestruturação e é condição para a manifestação dos fenômenos de transparência.

¹⁷ Esse fenômeno ocorre em Ancash Quechua. Nessa língua, o elemento *m(i)* se adjuge somente a termos da sentença matriz. Entretanto, nos exemplos a seguir, ele aparece adjunto ao argumento do verbo encaixado, evidenciando, assim, o fenômeno de união sentencial.

- | | | |
|---------------------------------|----------------------|--------------------|
| a. Qalla-rqo-o | kechwa-ta- <i>m</i> | yachatsi-r. |
| começar – pass – 1 ^a | Quechua – acc | ensinar – inf. |
| (Eu comecei a ensinar Quechua) | | |
| b. Noqa muna-a | Lima-chaw- <i>mi</i> | yacha-y-ta. |
| Eu querer – 1 ^a | Lima-em | viver – inf. – acc |
| (Eu quero viver em Lima) | | |

(Aissen e Perlmutter, op. cit., p. 396)

2.2.3 BURZIO (1986)

Para Burzio (1986), a Reestruturação é um processo derivacional, em que a estrutura final é obtida a partir de uma estrutura inicial por movimento de constituintes. O exemplo a seguir, extraído de Burzio (op.cit., p. 360), ilustra a aplicação da regra de Reestruturação em construções de alçamento:

- (25) a. Molti studenti_i potrebbero [S t_i risultargli [S t_i aver già terminato l'esame]]
 ‘Muitos estudantes poderiam parecer-lhe já ter terminado o exame’
- b. Molti studenti_i gli potrebbero [VP risultare [S t_i aver già terminato l'esame]] [S t_i---]

Os verbos de Reestruturação subcategorizam um complemento sentencial, derivando sentenças reestruturadas por movimento do VP para uma posição externa à sentença encaixada. A sentença (25a) corresponde à estrutura inicial, em que há dois domínios funcionais independentes. Em (25b), o alçamento do clítico sinaliza a formação de um único domínio funcional pela aplicação de regras à estrutura inicial.

Burzio (1986) utiliza as restrições de seleção semântica como um critério para argumentar que a Reestruturação é um processo derivacional. Segundo o autor, as diferenças entre as construções de alçamento e de controle quanto às propriedades semânticas do sujeito se mantêm as mesmas depois da aplicação da regra de Reestruturação¹⁸, conforme evidenciam os exemplos a seguir (op.cit., p. 329):

- (26) a. L'acqua dovrebbe scorrere.
 (A água deve escorrer)
- b. *L'acqua vuole scorrere.
 (A água quer escorrer)

¹⁸ Em nota de rodapé, Burzio enfatiza que “[...] In Control cases, just as the main subject is interpreted as subject of both verbs, so it appears linked to both in terms of selectional restrictions. In Raising cases, the main subject is interpreted as the subject of the embedded verb only, and it correspondingly responds to the selectional restrictions of that verb alone.” (Burzio, 1986, p. 387; nota 15).

Em construções de alçamento, como (26a), *L'acqua* segue as restrições de seleção impostas apenas pelo verbo encaixado *scorrere*, considerando que verbos de alçamento não atribuem papel temático à posição de sujeito. Em (26b), entretanto, o verbo *volere* forma uma estrutura de controle, sendo um atribuidor de papel temático. Para que essa sentença fosse bem formada, *L'acqua* deveria obedecer às restrições de seleção impostas não apenas pelo verbo encaixado, mas também pelo verbo da sentença matriz. Se os verbos das construções de Reestruturação fossem gerados na base como um complexo verbal, não seria possível identificar de qual verbo o sujeito matriz sofre as restrições de seleção. Portanto, para Burzio, a formação de um predicado complexo de Reestruturação não ocorre no nível de representação inicial, mas na passagem deste para o nível de representação final.

Burzio, assim como Rizzi (1982), postula que o predicado complexo é derivado pela aplicação de regras a uma estrutura originalmente bi-sentencial. Os autores diferem, contudo, quanto à estrutura que resulta da aplicação da regra de Reestruturação. Para Rizzi, as sentenças reestruturadas assumem uma forma mono-sentencial no nível de representação final, devido ao apagamento de categorias do domínio encaixado. Essa proposta é rejeitada por Burzio por ferir o Princípio de Projeção (Chomsky, 1981), que garante a preservação da estrutura, projetando os argumentos de cada núcleo lexical em todos os níveis de representação. Para Burzio (1986), a estrutura bi-sentencial inicial se mantém em todos os níveis, visto que a formação do predicado complexo ocorre por movimento, e não por apagamento de categorias.

As propostas de Burzio (1986) e Rizzi (1982) para a análise da Reestruturação diferem em alguns pontos, principalmente por estarem inseridas em quadros teóricos distintos. Para Rizzi (1982), a regra de Reestruturação afeta o nó S encaixado, o qual é apagado, promovendo, assim, a adjacência verbal. Na análise de Burzio (1986), essa regra afeta o nó VP encaixado, do qual o verbo se move para o domínio matriz. Essa diferença resulta do fato de os autores assumirem propostas teóricas distintas. Rizzi (1982) desenvolve seu trabalho no quadro da Teoria Padrão Estendida, podendo assumir, portanto, o apagamento de determinadas categorias, como S e PRO. Já Burzio (1986) investiga o fenômeno da Reestruturação no quadro da TPP, que não admite apagamento de categorias, apenas movimento. Os autores concordam, entretanto, que a estrutura final dessas construções é unificada pela atuação de regras que eliminam a barreira sentencial, tornando o verbo encaixado transparente para determinados fenômenos sintáticos, como o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto.

2.2.4 GONÇALVES (1999, 2001)

Gonçalves (1999) analisa os predicados complexos de Reestruturação, visando a encontrar as propriedades que caracterizam essas construções no português europeu (PE). A autora apresenta, em princípio, o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto como critérios determinantes na identificação desses predicados também no PE. Paralelamente a esses fenômenos, Gonçalves investiga a possibilidade de negação do domínio encaixado e de inserção de material lexical entre os verbos da sequência. Essas propriedades não atestam, por si só, a formação de um predicado complexo de Reestruturação, mas constituem importantes indicadores quando associadas a fenômenos como o alçamento do clítico e/ou o movimento longo do objeto.

O PE apresenta um comportamento semelhante ao italiano (cf. Rizzi, 1982; Burzio, 1986) e ao espanhol (cf. Aissen e Perlmutter, 1983) em relação à (im)possibilidade de alçamento do clítico do domínio infinitivo para o domínio do verbo matriz. De acordo com Gonçalves (1999, 2001), esse movimento é possível apenas quando um verbo de Reestruturação ocorre na sentença matriz. Os exemplos a seguir ilustram esse fenômeno no PE (Gonçalves, 1999, p. 131-132):

- (27) a. O João fingiu apreciá-*las* (as qualidades de Maria).
b. *O João fingiu-*as* apreciar.
c. *O João não *as* fingiu apreciar.
- (28) a. Os cientistas querem falar-*nos* das suas últimas descobertas.
b. Os cientistas querem-*nos* falar das suas últimas descobertas.
c. Os cientistas não *nos* querem falar das suas últimas descobertas.

Em (27), o verbo da sentença matriz (*fingir*) não constitui um predicado de Reestruturação, impedindo, assim, o alçamento do clítico, como mostra a agramaticalidade de (27b), mesmo nos contextos em que há um elemento desencadeador da próclise, como em (27c). Se um verbo que integra a classe dos predicados de Reestruturação ocorrer na sentença matriz, o clítico argumento da forma verbal no infinitivo poderá ou manter-se adjacente ao verbo do qual é argumento, como em (28a), ou mover-se para uma posição adjunta ao verbo matriz, como em (28b,c). Essas possibilidades sugerem que o alçamento do clítico é opcional no PE. As sentenças a seguir revelam, entretanto, que esse fenômeno é resultante da aplicação da regra de

Reestruturação, podendo ocorrer sempre que houver a formação de predicado complexo (cf. Gonçalves, 1999, p. 137):

- (29) a. O Pedro não *os* quer emprestar ao João.
 b. O Pedro não *lhe* quer emprestar os livros.
 c. O Pedro não *lhos* quer emprestar.
 d. *O Pedro não *lhe* quer emprestá-*los*.

As sentenças (29a), (29b) e (29c) constituem construções reestruturadas, conforme evidencia o alçamento do clítico. Quando ocorre, em uma mesma construção, a manutenção de um clítico na posição em que é gerado e o alçamento do outro para uma posição adjunta ao verbo matriz, como em (29d), o resultado é uma sentença agramatical. Como o alçamento do clítico é um fenômeno resultante da regra de Reestruturação, sua aplicação requer que todos os clíticos da construção realizem alçamento.

No PE, o movimento longo do objeto também revela a formação de um predicado complexo de Reestruturação. Nessas construções, o complemento do verbo encaixado se torna sujeito do verbo matriz, com o qual estabelece concordância. Os exemplos a seguir ilustram esse movimento em construções com verbos de controle e de alçamento, respectivamente (Gonçalves, 1999, p. 145):

- (30) a. No próximo ano, querem-se ver mais estudantes nesta biblioteca.
 b. *No próximo ano, querem ver-se mais estudantes nesta biblioteca.
- (31) a. No próximo ano, vão-se ver mais estudantes nesta biblioteca.
 b. No próximo ano, vão ver-se mais estudantes nesta biblioteca.

A diferença no julgamento de gramaticalidade das sentenças (30a) e (30b) mostra que o clítico passivo não pode manter-se no domínio encaixado quando o verbo matriz for de controle. Se o verbo matriz for de alçamento, como em (31), o clítico pode mover-se para o domínio matriz, como em (31a), ou manter-se adjunto ao verbo encaixado, como em (31b). O contraste de gramaticalidade entre (30b) e (31b) resulta das propriedades do verbo matriz, que diferem quanto às restrições de seleção. Na voz passiva sintética, o *-se* suspende a marcação temática da posição de sujeito. Por consequência, nas construções em que esse clítico se mantém *in situ*, o verbo encaixado não atribui papel temático externo, mas o verbo matriz sim, se este for um predicado de controle, como em (30b). A impossibilidade de mover o argumento interno do verbo encaixado para a

posição de sujeito do verbo matriz nessa construção deriva, portanto, das propriedades dos verbos de controle, que marcam tematicamente a posição de sujeito. Os verbos de alçamento, todavia, por não atribuírem papel temático à posição de sujeito, permitem o movimento do argumento interno do verbo encaixado, como ocorre em (31b), em que *mais estudantes* ocupa a posição de sujeito do verbo matriz, que passa a exibir as desinências de 3ª pessoa do plural.

Os exemplos a seguir, extraídos de Gonçalves (1999, p. 147), mostram a relação entre o movimento longo do objeto e o fenômeno do alçamento do clítico:

(32) Queriam-se-lhe apresentar os novos candidatos.

- (33) a. Vão-se-lhe apresentar os novos candidatos.
b. Vão apresentar-se-lhe os novos candidatos.

Nas propostas anteriormente abordadas (Rizzi, 1982; Aissen e Perlmutter, 1983; Burzio, 1986), o movimento longo do objeto constitui um importante diagnóstico da formação de predicado complexo. Para Gonçalves (1999), entretanto, a formação de predicado complexo é evidenciada pelo alçamento do clítico passivo, associado a esse fenômeno, e não propriamente pelo movimento do objeto. As sentenças (32) e (33a) são exemplos de construções reestruturadas, em que ocorre alçamento dos elementos clíticos, tanto do clítico passivo quanto do argumental, e movimento longo do objeto, conforme mostra a concordância entre o DP *os novos candidatos* e o verbo matriz. A sentença (33b) revela, entretanto, que pode haver movimento longo do objeto sem alçamento dos clíticos. De acordo com Gonçalves (1999, p. 148), a permanência do clítico no domínio encaixado indica que não houve Reestruturação, mesmo em construções como (33b), em que ocorre movimento longo do objeto, concluindo que o alçamento do clítico é um indicador mais forte do processo de Reestruturação que o movimento longo do objeto.

Em relação ao marcador de negação sentencial, os verbos de controle e de alçamento se comportam de forma semelhante em construções com complemento infinitivo no PE, como se verifica nas sentenças a seguir (Gonçalves, 1999, p. 152):

- (34) a. A Ana não queria ter de contar a verdade aos pais.
b. A Ana só queria não ter de contar a verdade aos pais.
c. A Ana só não queria não ter de contar a verdade aos pais.

- (35) a. O João não devia ter encontrado o livro da Ana.
b. O João devia não ter encontrado o livro da Ana.
c. O João não devia não ter encontrado o livro da Ana.

A projeção do nó NegP está condicionada à projeção de TP, uma vez que este constitui núcleo de uma projeção autônoma (cf. Gonçalves, 1999, p. 152). Seguindo essa perspectiva de análise, as sentenças (34a) e (35a) não atestam nem a favor nem contra a aplicação da regra de Reestruturação, pois o operador de negação é projetado no domínio matriz. Já a gramaticalidade das sentenças (34b,c) e (35b,c) revela que não houve Reestruturação, visto que o marcador de negação está projetado no domínio encaixado, negando-o de forma independente do domínio matriz. Gonçalves afirma, entretanto, que o operador de negação deve ser analisado paralelamente a fatores determinantes do processo de Reestruturação. Os exemplos a seguir mostram a interação entre a negação e o alçamento do clítico em construções com verbos de controle e de alçamento, respectivamente (op.cit., p. 153;155):

- (36) a. A Ana não quis contar-lhes a verdade.
b. A Ana não lhes quis contar a verdade.
c. A Ana só quis não lhes contar a verdade.
d. *A Ana quis-lhes não contar a verdade.
- (37) a. O João não pode tê-lo encontrado.
b. O João não o pode ter encontrado.
c. O João pode não o ter encontrado.
d. *A Ana pode-o não ter encontrado.

Nas sentenças (36a,c) e (37a,c), não há formação de predicado complexo, visto que o clítico se mantém adjunto ao verbo do qual é argumento. Nesses casos, o elemento de negação pode ocorrer tanto no domínio matriz quanto no encaixado, por serem independentes. As sentenças (36b) e (37b) são bem formadas por o elemento de negação ocorrer no domínio em que o nó T é projetado, independentemente da aplicação da regra de Reestruturação. A agramaticalidade das sentenças (36d) e (37d) se deve à posição do marcador de negação, que não pode ocorrer no domínio encaixado quando há alçamento do clítico.

O marcador de negação também não pode figurar no domínio encaixado em construções com movimento longo do objeto, conforme mostram os exemplos a seguir (Gonçalves, 1999, p. 155, em nota):

- (38) a. Querem-se apresentar os novos candidatos durante a reunião.
b. *Querem-se não apresentar os novos candidatos durante a reunião.
- (39) a. Podem-se apresentar os novos candidatos durante a reunião.
b. *Podem-se não apresentar os novos candidatos durante a reunião.

Os juízos de gramaticalidade das sentenças anteriores ratificam a hipótese de que a aplicação da regra de Reestruturação, sinalizada pelo movimento do objeto, impede a negação do domínio encaixado.

O domínio infinitivo não pode ser negado independentemente do domínio matriz em construções com alçamento do clítico ou com movimento longo do objeto, conforme mostram as sentenças de (36) a (39). Essa restrição sugere que a negação do domínio encaixado ocorre apenas em construção não-reestruturadas, em que há dois domínios funcionais independentes.

Na literatura linguística sobre predicados complexos, se enfatiza a união estrutural existente entre as formas verbais. Essa propriedade é testada pela (im)possibilidade de inserção de material lexical entre os verbos da sequência. Gonçalves (1999, p. 157) assinala, entretanto, que coesão estrutural não implica necessariamente adjacência absoluta. Para a autora, este é um teste interessante para tecer hipóteses sobre em que ponto da derivação¹⁹ ocorre a formação do predicado complexo.

Os predicados complexos do PE permitem a presença de elementos lexicais entre os verbos em contextos de Reestruturação. Para mostrar essa possibilidade, Gonçalves apresenta sentenças nas quais a inserção de material lexical e o alçamento do clítico são compatíveis. Para a autora, essa possibilidade revela que a união entre as formas verbais ocorre no componente fonológico, depois do *spell-out*. Como consequência, os verbos são pronunciados em posições distintas (op.cit., p. 159). O exemplo a seguir, extraído de Gonçalves (1999, p. 160), mostra a interação entre essas duas propriedades:

- (40) Os vendedores de automóveis querem-*me sempre* convencer das vantagens de um pequeno utilitário.

¹⁹ Para Gonçalves (1999), que analisa a Reestruturação no quadro teórico do Programa Minimalista, a formação de predicado complexo pode ocorrer em diferentes pontos da derivação. As hipóteses investigadas pela autora são: “(i) os verbos têm de ocupar o mesmo núcleo funcional em Sintaxe explícita, mesmo que, no nível fonológico, cada núcleo seja soletrado (“spelled out”) em posições distintas, ou (ii) os dois verbos ocupam projeções funcionais autônomas em Sintaxe explícita, sendo a unidade obtida apenas em LF.” (op. cit., p. 158).

A gramaticalidade de (40) revela que no PE a adjacência verbal pode ser rompida pela inserção de elementos lexicais em construções com alçamento do clítico; portanto, em construções reestruturadas. A partir de sentenças como (40), a autora conclui que as formas verbais que compõem um predicado complexo são morfologicamente independentes, sendo possível a ocorrência de material lexical entre elas.

A possibilidade de inserção de elementos adverbiais ou de outra natureza entre os verbos da sequência não constitui evidência contrária à formação de predicado complexo, visto que esses elementos podem ocorrer em construções com o alçamento do clítico, como em (40). Contudo, o rompimento da adjacência verbal revela que os verbos não formam uma unidade morfológica, mesmo apresentando um forte grau de coesão sintática (cf. Gonçalves, 2001, p. 4).

Nessa proposta de análise, nem o alçamento do clítico nem a aplicação da regra de Reestruturação são processos opcionais, divergindo, assim, das propostas dos autores anteriormente abordados (Rizzi, 1982; Aissen e Perlmutter, 1983; Burzio, 1986). Para Gonçalves (2001, p. 1), a formação de predicados complexos é determinada pela estrutura funcional do domínio infinitivo e pelas propriedades dos núcleos funcionais projetados nesse domínio.

Em suma, a hipótese da autora é que, em sentenças reestruturadas, o domínio encaixado projeta um T defeutivo, que não pode verificar os traços do verbo encaixado. Por essa razão, forma-se o complexo verbal, e o verbo encaixado passa a verificar seus traços no mesmo núcleo funcional que o verbo matriz. O fenômeno do alçamento do clítico tem a mesma motivação, uma vez que este não pode ser legitimado por um T defeutivo. Para as construções em que o clítico se mantém *in situ*, Gonçalves postula a presença de um T ativo no domínio encaixado. Nesses casos, não ocorre a formação de predicado complexo por não ser um processo obrigatório²⁰.

2.2.5 CINQUE (2006)

A presença de efeitos de transparência manifesta claramente a formação de predicado complexo, em que o verbo matriz é empregado

²⁰ Os princípios de economia que regem o PM consideram os movimentos de constituintes custosos para o sistema. *Move* é considerada, portanto, uma operação de último recurso. Nos contextos de Reestruturação, o verbo ou o elemento clítico são movidos para o domínio matriz quando não há como checarem seus traços no domínio encaixado.

como predicado funcional. Cinque (2006) argumenta, entretanto, que a falta desses efeitos não releva nada sobre a estrutura da construção. Para esse autor, um verbo de Reestruturação é empregado como predicado funcional mesmo quando não ocorre alçamento do clítico nem movimento longo do objeto. A proposta do autor é, portanto, que “verbos de Reestruturação são sempre funcionais, mesmo na ausência de efeitos de transparência²¹” (Cinque, 2006, p. 33, tradução nossa).

Em favor dessa hipótese, Cinque afirma que a rigidez na ordem relativa dos verbos de Reestruturação é a mesma em construções com ou sem a manifestação de efeitos de transparência, como se depreende dos exemplos a seguir (op. cit., p. 34):

- (41) a. *Suole provare a farle/provarle a fare da solo.*
 ‘Ele costuma tentar fazer isso sozinho’
- b. **Prova a soler farle/solerle fare da solo.*

Na hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006), o núcleo aspectual continuativo (*solere*) antecede o aspectual conativo (*provare*), independentemente da manifestação de fenômenos indicativos do processo de Reestruturação, como o alçamento do clítico. A sentença (41a), por exemplo, é bem formada com o clítico *le* adjunto ao verbo encaixado ou movido para o domínio matriz.

Cinque (2006, p. 82) apresenta (42) como uma proposta de ordenamento dos verbos de Reestruturação para a gramática universal (GU):

(42)

. . . Asp_{habitual} > Asp_{final} > Asp_{predisposicional} > Asp_{repetitivo(I)} > Asp_{frequentativo (I)} > Mod_{volição} > Asp_{celerativo (I)} > Asp_{terminativo} > Asp_{continuativo} > Asp_{perfect} > Asp_{retrospectivo} > Asp_{proximativo} > Asp_{durativo} > Asp_{progressivo} > Asp_{prospectivo} > Asp_{inceptivo} > Mod_{obrigação} > Mod_{habilidade} > Asp_{frustrativo/success} > Mod_{permissão} > Asp_{conativo} > Asp_{completivo (I)} > Voice > Asp_{celerativo (II)} > Asp_{inceptivo(II)} > Asp_{completivo (II)} > Asp_{repetitivo (II)} > Asp_{frequentativo (II)} . . .

²¹ “... restructuring verbs are always functional, even in the absence of transparency effects.”

Essa proposta não requer que todas as línguas tenham um verbo para representar cada núcleo funcional previsto na hierarquia, e sim que, tendo representantes para alguns núcleos, estes sigam a ordem universal em relação aos outros núcleos existentes naquela língua. É possível, ainda, que as mesmas noções aspectuais e modais sejam expressas através de outros elementos linguísticos. Por exemplo, a noção de aspecto retrospectivo, que é transmitida pelo verbo de Reestruturação *acabar de* no espanhol e no português, é expressa por um elemento adverbial no italiano.

Para Cinque (2006, p. 87), a possibilidade de formação da passiva longa está relacionada à posição do verbo de Reestruturação na hierarquia dos núcleos funcionais. Os verbos localizados acima de VoiceP resistem à passiva longa, o que é explicado na teoria de realização de movimento para baixo, impedindo, assim, a forma passiva de chegar seu traço no núcleo VoiceP. As sentenças a seguir, extraídas de Cinque (2006, p. 68-69), mostram que a formação da passiva longa ocorre no italiano, no português e no catalão com um número bem restrito de verbos de Reestruturação:

- (43) a. La casa fu *finita* di costruire il mese scorso.
 ‘A casa foi terminada de construir o último mês’
 b. Quelle case furono *iniziate* /?*cominciate* a costruire negli anni ‘20.
 ‘Aqueelas casas foram iniciadas/começadas a construir nos anos ‘20.
- (44) a. As casas foram acabadas de construir em 1950.
 b. ?As casas foram começadas a construir em 1950.
- (45) a. Aquestes parets han estat acabades de pintar pels obrers.
 ‘Essas paredes foram terminadas de pintar pelos operários’
 b. Aquestes cases van ser començades a construir el 1950.
 ‘Essas casas vão ser começadas a construir em 1950’

Cinque (2006, p. 66-69) constata que a formação da passiva longa é permitida não apenas com verbos que indicam o ponto final de uma ação, conforme sugerem Aissen e Perlmutter (1983, p. 392), mas também com aqueles que marcam seu ponto inicial, como se depreende da gramaticalidade das sentenças nos exemplos de (43) a (45).

De acordo com Cinque, os núcleos $Asp_{inceptivo}$ e $Asp_{completivo}$ ocupam duas posições na hierarquia de núcleos funcionais, manifestando diferenças semânticas. O $Asp_{inceptivo}$ localizado acima de VoiceP marca o início do

processo em um ponto arbitrário, enquanto o localizado abaixo de VoiceP marca o início do processo em seu ponto natural. O núcleo Asp que marca o término do processo em um ponto arbitrário ocupa uma posição acima de VoiceP, e o que marca o término do processo em um ponto final natural se posiciona abaixo de VoiceP. O fato de os núcleos Asp_{inceptivo} e Asp_{completivo} ocuparem duas posições distintas em relação a VoiceP lhes possibilita tanto a formação da passiva longa, como mostram os exemplos de (43) a (45), quanto o encaixe de uma sentença passiva, como mostram os exemplos a seguir, extraídos de Cinque (op. cit., p. 72):

- (46) a. Gli finironno di essere concessi prestiti.
 ‘Lhes terminaram de ser concedidos os empréstimos’
 (Os empréstimos terminaram de ser concedidos a eles)
- b. Gli cominciarono/?iniziarono ad esser inflitte delle punizioni.
 ‘Lhes começaram a ser aplicadas as punições’
 (As punições começaram a ser aplicadas a eles)

Em (46), os verbos *finire*, *cominciare* e *iniziare* marcam, respectivamente, o término e o início de uma ação em um ponto arbitrário. Esses núcleos ocupam, portanto, posições acima de VoiceP. Como consequência, permitem o encaixe de uma passiva, como mostra a boa formação das sentenças em (46a) e (46b).

Uma outra consequência do ordenamento dos predicados funcionais exibido em (42) é que, sendo inseridos em um núcleo funcional, os verbos não deveriam atribuir papel temático; não teriam, portanto, nenhum argumento próprio. Segundo Cinque (2006), esta é a razão pela qual verbos de controle do objeto não podem formar predicados complexos de Reestruturação. Entretanto, alguns desses verbos são classificados como predicados de Reestruturação por Luján (1978)²² e Suñer (1980)²³ (apud Cinque, 2006, p. 23-24):

- (47) a. *Me* permitió tocarla.
- b. *Me la* permitió tocar.
 ‘Me permitiu tocá-la’ (Luján, 1978, 123)

²² Luján, Marta. Clitic Promotion and Mood in Spanish Verbal Complements, *Montreal Working Papers in Linguistics*, n. 10. p. 103-190, 1978.

²³ Suñer, Margarita. Clitic Promotion in Spanish Revisited, in F. Neussel (ed.), *Contemporary Studies in Romance Language*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club, pp. 300-330, 1980.

- (48) a. *Nos ordenaron verla.*
 b. *Nos la ordenaron ver.*
 ‘Nos ordenaram vê-la’ (Suñer, 1980, 318)

Os verbos *permitir* e *ordenar* são considerados por esses autores como predicados de Reestruturação por permitirem alçamento do clítico, desencadeando, aparentemente, uma sequência verbal²⁴. Cinque observa, contudo, que os exemplos em (47b) e (48b) não constituem sentenças reestruturadas, e sim construções causativas, nas quais também é possível o alçamento do clítico.

A ideia de que verbos de Reestruturação não atribuem papel temático por constituírem predicados funcionais tem implicações também sobre os verbos de controle do sujeito. Na perspectiva de análise de Cinque, estes não formariam predicados complexos ao selecionarem argumento externo. O autor reconhece, contudo, que verbos como *volere* ‘querer’, *osare* ‘ousar’, *sapere* ‘saber’ e *provare* ‘tentar’ permitem a aplicação da regra de Reestruturação no italiano, mesmo impondo restrições seletivas ao sujeito, conforme mostra o contraste entre as sentenças a seguir (Cinque, 2006, p. 26):

- (49) a. *La casa gli doveva piacere.*
 ‘A casa devia lhe agradar’
 b. *La casa non gli poteva piacere.*
 ‘A casa não poderia lhe dar prazer’
 c. *La casa gli tendeva ad apparire piccola.*
 ‘A casa tendia a lhe parecer pequena’
 d. *La casa gli smise di piacere, da allora.*
 ‘A casa deixou de lhe agradar, desde então’
- (50) a. **La casa gli voleva appartenere.*
 b. **La casa non gli osava piacere.*
 c. **La casa non gli sapeva piacere.*
 d. **La casa gli provo a piacere.*

²⁴ Aissen e Perlmutter (1983, p. 364) também inserem os verbos *permitir* e *ordenar* no grupo dos predicados desencadeadores do processo de união sentencial.

Os verbos de alçamento não impõem restrições de seleção ao sujeito por não atribuírem papel temático ao argumento externo. Por essa razão, em (49) *la casa* sofre as restrições seletivas impostas apenas pelo verbo encaixado, do qual é argumento. Já em (50), *la casa* não pode ocupar a posição de sujeito da sentença por não atender as restrições de seleção do verbo matriz. A má-formação dessas sentenças sugere, portanto, que os verbos de controle do sujeito mantêm as restrições de seleção na formação de predicado complexo, evidenciada pelo alçamento do clítico *gli*. Cinque argumenta, entretanto, que os verbos de controle, quando empregados como predicados funcionais, não atribuem papel temático. As restrições de seleção associadas a esses verbos seriam, portanto, consequência de sua semântica, e não da atribuição de papel temático. O autor sugere que o emprego desses verbos é semelhante ao de alguns advérbios volicionais (*prontamente, voluntariamente*) e de modo (*cuidadosamente*), que são predicados de natureza sensível, impondo também algumas restrições de seleção semântica. Nessa perspectiva, os verbos de controle do sujeito não selecionariam necessariamente argumento externo.

Com base nas diferenças entre controle estrito e imperfeito, Cinque ratifica a hipótese de que verbos de Reestruturação são predicados exclusivamente funcionais. Nos casos de controle estrito, o sujeito da forma verbal no infinitivo deve ser estritamente idêntico ao seu controlador; já nos casos de controle imperfeito, a identidade de referência não é requerida, conforme se verifica nas sentenças a seguir (Cinque, op. cit., p. 34):

- (51) a. *(They said that) John tried to meet in front of the Post Office
'(Eles disseram que) John tentou encontrar na frente do correio'
- b. *(They said that) John managed to gather at 6
'(Eles disseram que) John tentou se reunir às 6'
- (52) a. (They said that) John had planned to meet in the castle
'(Eles disseram que) John tinha planejado se encontrar no castelo'
- b. (They said that) John had regretted meeting in the castle
'(Eles disseram que) John tinha lamentado se encontrar no castelo'

A agramaticalidade das sentenças em (51) resulta da falta de identidade de referência entre controlador e controlado, requerida em contextos de formação de predicado complexo. Os predicados de não-Reestruturação,

por sua vez, podem figurar em construções de controle imperfeito, como mostra a boa formação das sentenças em (52).

Para Cinque (2006, p. 35), a identidade referencial entre controlador e controlado, requerida com verbos de Reestruturação, resulta do fato de esses verbos serem de alçamento. O autor propõe, portanto, uma mudança na definição de controle, uma vez que verbos de controle estrito, como *querer*, *tentar*, *ousar* e *saber*, passam a ser classificados como verbos de alçamento²⁵. Nessa perspectiva de análise, o termo controle se aplica apenas aos verbos de controle imperfeito, que não permitem Reestruturação. Conforme essa proposta, a identidade referencial em contextos de Reestruturação é consequência do fato de esses verbos serem de alçamento. Como esta é requerida também em construções sem a manifestação de efeitos de transparência, Cinque argumenta que verbos de Reestruturação são predicados funcionais em qualquer construção. A sentença a seguir, extraída de Cinque (2006, p. 35), constitui aparentemente um contra-argumento a essa generalização:

- (53) Gianni vuole una bicicletta.
‘Gianni quer uma bicicleta’

O verbo *volere* pode selecionar um DP além de um complemento infinitivo, como mostra a sentença (53). Essa possibilidade revela, em princípio, que esse verbo pode ser empregado também como predicado lexical. Para Cinque, entretanto, *volere* não seleciona diretamente o DP *una bicicletta* em (53), mas um complemento verbal abstrato, conforme representado na estrutura a seguir (Cinque, 2006, p. 36):

- (54) Gianni vuole [XP HAVE [DP una bicicletta]]

A estrutura (54) mostra que o DP *una bicicletta* é complemento do predicado verbal abstrato, que nesse caso foi parafraseado por *HAVE* pelo autor. Para Cinque, *vuole* constitui um predicado funcional, mesmo quando aparentemente seleciona um DP como complemento. A possibilidade de

²⁵ Em estudos recentes, tem sido proposto analisar estruturas de controle de forma semelhante às estruturas de alçamento, ambas derivadas por movimento. Conforme Hornstein (1999), a única diferença que permanece entre essas construções é que, enquanto em estruturas de controle, o DP se move para uma posição- θ ; em estruturas de alçamento, o alvo do movimento do DP é uma posição não- θ . De acordo com essa proposta, que se insere no quadro teórico do Programa Minimalista, não se aplicam as restrições impostas pelo critério- θ , que impede um mesmo argumento de estar associado a duas posições temáticas.

alçamento do clítico em construções como (53) ratifica essa hipótese: *Gianni la vuole* (cf. Cinque, op. cit., p. 36).

Os verbos de movimento são analisados por Cinque (2006) como predicados de Reestruturação, à semelhança de Rizzi (1982), Burzio (1986), entre outros. Esses verbos não se comportam, entretanto, como predicados funcionais quando selecionam um PP direcional e um DP como complemento e impedem o alçamento do clítico. Contudo, Cinque não considera essa possibilidade incompatível com sua proposta de que verbos de Reestruturação são empregados exclusivamente como predicados funcionais. A razão para isso é a diferença de significado que o verbo apresenta quando seleciona um PP e um DP como complemento ou uma forma verbal no infinito, conforme se verifica a seguir (Cinque, op. cit., p. 36-37):

- (55) a. A: *Come verrà da te a dipingere la porta?*
 ‘Como ele virá à sua casa para pintar a porta?’
 B: *In bicicletta* ‘Com sua bicicleta’
- b. A: *Come ti verrà a dipingere la porta?*
 ‘Como ele virá pintar (= pintará) sua porta?’
 B: **In bicicletta* ‘Com sua bicicleta’

Em (55a), o verbo *verrà* seleciona um argumento interno, que se transforma em sujeito prozinho da construção, visto que se trata de um verbo inacusativo. Nesse caso, seu emprego é lexical, e seu sentido é o de locomoção. Por essa razão, *In bicicletta* constitui uma resposta aceitável à pergunta expressa em (55aA). Em (55b), entretanto, *verrà* está sendo empregado como um predicado de Reestruturação. Consequentemente, *come* pode indagar apenas sobre o modo como a casa será pintada, e não sobre o meio de transporte utilizado para o deslocamento, visto que *verrà* expressa ideia de futuridade, e não de locomoção, quando empregado como predicado funcional.

A proposta de Cinque para os verbos de movimento é que estes constituem itens distintos ao serem utilizados como predicados lexicais ou funcionais, conforme revela a mudança no seu significado. Essa análise não compromete, portanto, a generalização formulada pelo autor de que verbos de Reestruturação são empregados unicamente como predicados funcionais, mesmo nas construções em que não há indícios da formação de predicado complexo.

Diferentemente dos autores anteriormente abordados, Cinque (2006, p. 13) propõe para os predicados de Reestruturação uma estrutura em que os

verbos matriz e encaixado não formam um complexo verbal, como se verifica em (56):

- (56) [CP io [AndativeP *ti verrò* [VP a parlare [di questi problemi]]]]
(Eu virei te falar desses problemas)

A representação acima revela que o verbo no infinitivo (*parlare*) continua formando um constituinte com seu complemento em sentenças com alçamento do clítico.

Cinque (2006) argumenta que os testes de constituência apresentados por Rizzi (1982)²⁶ não provêm evidências definitivas da separação do verbo encaixado e seu complemento em constituintes diferentes. Em relação à formação da sentença clivada, Cinque reconhece que, quando há alçamento do clítico, o verbo encaixado não pode ser clivado junto com seu complemento (cf. Rizzi, 1982, p. 9). Entretanto, nos movimentos de Foco e de Topicalização, essa restrição não se manifesta, conforme se verifica nos exemplos a seguir (Cinque, op.cit., p. 14):

- (57) a. A PARLARE DEI SUOI PROBLEMI, *ti verrà!* Vedrai.
'Falando dos seus problemas (foco) (ele) virá! (Tu) verás'
- b. PORTARE A CASA, *lo voleva!*
'Levar para casa (foco) (ele) queria (fazer isso)'
- c. Leggere a tutti, non *lo potevo.*
'Ler para todos (eu) não podia (fazer isso)'

Em sentenças com alçamento do clítico, o verbo encaixado se move junto com seu complemento ao ser focalizado, como em (57a,b), ou topicalizado, como em (57c). Para Cinque, essas construções constituem evidências de que não há formação de um complexo verbal em sentenças reestruturadas. O autor sustenta ainda que a focalização e a topicalização não são testes menos válidos que a formação da sentença clivada para diagnosticar constituência, sugerindo que a impossibilidade de clivar o verbo encaixado

²⁶ Rizzi (1982) testa as construções reestruturadas em relação a fenômenos como *movimento-wh*, *formação de estruturas clivadas*, *Right Node Raising* (elevação do nó à direita) e *Heavy NP shift* (deslocamento do NP pesado para a direita), como vimos na seção 2.2.1. Para Rizzi, esses testes revelam que o verbo encaixado forma um complexo com o verbo matriz nessas construções, deixando, portanto, de ser um constituinte com seu complemento. A argumentação do autor em defesa da formação do complexo verbal está detalhada no início deste capítulo, onde também são ilustrados os testes de constituência por ele propostos (ver exemplos (13) a (17)).

com seu complemento em sentenças reestruturadas se deve a outras razões que precisam ser melhor investigadas. Para esse autor, a clivagem não pode, portanto, ser empregada como um teste definitivo de constituição.

Um outro fenômeno apresentado por Rizzi (1982) para atestar a formação de um complexo verbal em sentenças reestruturadas é *Right Node Raising*. O autor afirma que o verbo encaixado e seu complemento podem ser alçados para a direita apenas em construções não-reestruturadas, como se verifica no exemplo (15), repetido a seguir como (58):

- (58) a. Mario sinceramente vorrebbe – ma a mio parere non potrà mai – pagargli interamente il suo debito.
(Mario sinceramente vorrebbe – mas a mim parece que não poderá mais – pagar-lhe inteiramente o seu débito)
- b. *Mario sinceramente gli vorrebbe – ma a mio parere non gli potrà mai – pagare interamente il suo debito.

Rizzi (1982, p. 11)

Na sentença (58a), não foi aplicada a regra de Reestruturação, visto que o clítico se mantém no domínio encaixado. Por consequência, é possível o alçamento do infinitivo e de seu complemento para a direita, evidenciando tratar-se de um constituinte. Já nas sentenças em que ocorre alçamento do clítico, como (58b), esse movimento não é permitido. Para Rizzi, essa restrição revela que o infinitivo deixa de ser um constituinte com seu complemento para formar um constituinte com o verbo matriz com a aplicação da regra Reestruturação. Cinque (2006), por sua vez, explica a geração de sentenças como (58a) pela regra de apagamento da cópia à esquerda²⁷, que é compatível com a ideia de que o verbo encaixado continua formando um constituinte com seu complemento em sentenças reestruturadas. O exemplo a seguir ilustra a proposta desse autor (op.cit., p. 15):

- (59) Piero voleva ~~parlarne con Gianni~~ – ma francamente adesso non so se vorrà ancora – parlarne con Gianni.
'Piero queria ~~falar sobre isso com Gianni~~ – mas francamente agora não sei se ainda vai querer – falar sobre isso com Gianni'

²⁷ Com base em Kayne (1994), Cinque propõe reinterpretar o movimento à direita como uma regra de apagamento da cópia à esquerda.

Para Cinque, em sentenças não-reestruturadas, como (58a) e (59), ocorre o apagamento da cópia do complemento infinitivo, e não seu alçamento para a direita.

O teste *Heavy NP-shift* também é questionado por Cinque, por não evidenciar a formação de um complexo verbal. Rizzi (1982) afirma que o movimento do infinitivo e de seu complemento para o final da sentença é possível apenas quando formam um constituinte, ou seja, em contextos sem a manifestação de efeitos de transparência. As sentenças em (60), extraídas de Rizzi (op.cit., p.12), exemplificam essa restrição:

- (60) a. *Fra qualche giorno, ti verrò ad esporre la mia idea a Firenze.*
 ‘Em alguns dias, a ti irei expor minha ideia em Florença’
- b. **Fra qualche giorno, ti verrò a Firenze ad esporre la mia idea.*

Para Rizzi (1982), a má-formação de (60b) revela a impossibilidade de mover *ad esporre la mia idea* para o final da sentença, por não formarem um constituinte em sentenças reestruturadas, em que ocorre alçamento do clítico. Cinque (2006) argumenta, entretanto, que (60b) não constitui evidência de que o infinitivo e seu complemento deixaram de ser um constituinte. Para esse autor, (60b) é agramatical pela mesma razão que o exemplo a seguir, extraído de Cinque (op. cit., p. 16):

- (61) **Lo ho a Firenze messo al corrente della nostra decisione.*
 Cl. tenho em Florença colocado a par da nossa decisão
 ‘Eu o coloquei em Florença a par da nossa decisão’

A má-formação da sentença (61) resulta do movimento ilícito do locativo *a Firenze* para uma posição entre uma função núcleo e seu complemento. Para Cinque, essa mesma restrição opera em (60b), gerando sua agramaticalidade.

Por fim, Cinque apresenta o comportamento dos verbos de Reestruturação nas construções Aux to-COMP como mais uma evidência de que o infinitivo forma um constituinte com seu complemento, e não com o verbo matriz. O exemplo a seguir, transcrito de Cinque (2006, p. 17), mostra as possibilidades desse movimento em sentenças com alçamento do clítico:

- (62) a. *Non potendolo [egli restituire a nessuno]*
 Não podendo-cl.acc. masc. [ele devolver a ninguém]
 ‘Ele não podendo devolver isso a ninguém’

- b. *Non podendolo restituire [egli a nessuno]

O contraste de gramaticalidade entre (62a) e (62b) revela que apenas o verbo de Reestruturação pode mover-se para C em sentenças com alçamento do clítico. De acordo com Cinque, a impossibilidade de mover ambos os verbos, como em (62b), é evidência de que estes não formam um constituinte em sentenças reestruturadas.

Para Cinque, os argumentos expostos acima constituem indícios suficientes para refutar a hipótese de Rizzi (1982) de que o infinitivo encaixado deixa de ser um constituinte com seu complemento na presença de efeitos de transparência, formando um complexo verbal. É importante observar que, nesse ponto, Cinque (2006) difere de todos os autores anteriormente abordados, que propõem representações distintas para as sentenças reestruturadas, mas concordam que a aplicação da regra de Reestruturação desencadeia a formação de um complexo verbal.

2.3 VERBOS DESENCADEADORES DA REGRA DE REESTRUTURAÇÃO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Os estudos recentes sobre os predicados de Reestruturação têm procurado, fundamentalmente, determinar e caracterizar os verbos desencadeadores desse processo, depreender a estrutura de uma construção infinitiva reestruturada e descobrir suas motivações. Em grande parte desses estudos, tem sido apontado um núcleo comum de predicados de Reestruturação, podendo este sofrer pequenas variações em diferentes línguas e, até mesmo, entre falantes de uma mesma língua.

Os principais autores que investigaram esse processo nas línguas românicas (Rizzi, 1982; Aissen e Perlmutter, 1983; Burzio, 1986; Gonçalves, 1999; Cinque, 2006) classificaram como predicados de Reestruturação basicamente os verbos modais, aspectuais e de movimento. Há, entretanto, a inserção de verbos de controle, como *tentar*, *permitir*, *ousar*, *tender*, *conseguir...*, e de alçamento, como *parecer*, nessa classe, mas esses verbos não são reconhecidos como predicados de Reestruturação por todos os autores.

Os predicados que podem desencadear o processo de Reestruturação pertencem, portanto, à classe dos verbos de controle ou de alçamento. Esta não é, todavia, uma condição suficiente, visto que apenas um subgrupo de verbos dessas classes permite a formação de um predicado complexo. Na

sequência, são apresentados os principais indícios para a inserção ou exclusão desses verbos da classe dos predicados de Reestruturação.

2.3.1 VERBOS DE CONTROLE

Os trabalhos mais citados na literatura românica sobre Reestruturação reconhecem um pequeno grupo de verbos de controle como desencadeadores desse processo. Para Rizzi (1982, p. 4), os únicos verbos de controle que podem formar predicados complexos são *volere* (querer) e *sapere* (saber). Na lista de Aissen e Perlmutter (1983, p. 364) figuram, além de *querer*, os verbos *tratar de*, *ordenar* e *permitir*, os dois últimos de controle do objeto²⁸. Burzio (1986, p. 324) reconhece como verbos de controle de Reestruturação apenas *volere* e *sapere*, à semelhança de Rizzi. Gonçalves (1999) não apresenta uma lista fechada desses verbos, mas ilustra a manifestação dos efeitos de transparência em construções com *querer*, *saber*, *tentar* e *desejar* fundamentalmente. Por fim, Cinque (2006, p. 26) classifica como predicados de Reestruturação os verbos *osare* (ousar) e *conseguire* (conseguir), além dos já citados *volere*, *sapere* e *provare* (tentar).

Conforme observado nas seções anteriores, os principais diagnósticos de formação de predicado complexo nas línguas românicas são o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto, respectivamente. Empregando ambos os critérios como evidências de formação de predicado complexo, a literatura sobre o processo de Reestruturação revela que alguns verbos de controle formam predicados complexos, ao passo que outros não. Os exemplos a seguir mostram o contraste de gramaticalidade em estruturas de controle em que se aplicou o critério do alçamento do clítico no italiano, no espanhol e no PE, respectivamente:

- (63) a. Lo volevo [vedere *t* súbito] ‘(Eu) quero vê-lo imediatamente’.
 b. *Lo detesto [vedere *t* in quello stato] ‘(Eu) detesto vê-lo neste estado’.

Cinque (2002, p. 1)

²⁸ Cinque (2006, p. 24-25) afirma não haver verbos de Reestruturação de controle do objeto. Os casos aparentes, como os verbos *ordenar*, *permitir*, *ensinar*, são instâncias de construções causativas, permitindo, por essa razão, o alçamento do clítico.

- (64) a. Juan lo_i quiere comer ec_i. ‘Juan quer comê-lo.’
 b. *Juan lo_i insiste en comer ec_i. ‘Juan insiste em comê-lo’.
 Fukuda (2006, p. 1)

- (65) a. O João não os quer trazer.
 b. *O João não os decidiu trazer.
 Gonçalves (1999, p. 3-4)

Como se verifica nas sentenças anteriores, verbos de controle manifestam um comportamento diferente em relação aos diagnósticos de formação de predicado complexo. Em todos os exemplos, os verbos de controle selecionam um complemento infinitivo, mas apenas em (63a), (64a) e (65a) ocorre a formação de predicado complexo, conforme indica o alçamento do clítico. Como se depreende dos exemplos (63) a (65), a classificação de um verbo como de controle não é determinante para sua inserção na classe de predicados que desencadeiam o processo de Reestruturação. Torna-se necessário, portanto, investigar quais são as propriedades compartilhadas por um subgrupo de verbos de controle que formam predicados complexos.

Verbos de controle selecionam argumento externo²⁹, o qual preenche a posição de sujeito superficial da sentença matriz. Por essa razão, não é possível mover nenhum outro constituinte para essa posição, impedindo, assim, a transformação passiva da sentença encaixada, como se verifica no exemplo a seguir, extraído de Gonçalves (1999, p. 173):

- (66) a. O Presidente da Associação quer cumprimentar o João.
 b. O João quer ser cumprimentado pelo Presidente da Associação.

O exemplo (66) revela que verbos como *querer* permitem o encaixe de uma passiva, mas não a apassivação da sentença encaixada. Essa impossibilidade decorre das restrições de seleção impostas pelos verbos de controle, que atribuem papel temático à posição do argumento externo. O fato de o DP *o João* ocupar a posição de argumento interno do verbo encaixado em (66a) e de sujeito do verbo matriz em (66b) não constitui indício da aplicação da regra de Reestruturação em (66b), pois essa construção não corresponde à passiva da estrutura apresentada em (66a).

²⁹ Na proposta de Cinque (2006, p. 29), os verbos de controle de Reestruturação não atribuem papel temático à posição de sujeito por serem predicados exclusivamente funcionais.

2.3.2 VERBOS DE ALÇAMENTO

Há um consenso entre os principais autores que investigaram a Reestruturação nas línguas românicas quanto aos verbos de alçamento que desencadeiam esse processo. Seguindo a proposta de Rizzi (1982), Aissen e Perlmutter (1983), Burzio (1986), Gonçalves (1999) e Cinque (2006) inserem nesse grupo os verbos modais, aspectuais e de movimento. Esse grupo seria formado, portanto, por verbos como *dever, ter de, poder, tender, começar, continuar, costumar, estar por, terminar, ir, vir*, entre outros. Segundo esses autores, os verbos de alçamento que permitem Reestruturação selecionam um complemento no infinitivo, formando sequências verbais. Estas resultam do movimento do argumento externo do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença, conforme mostram os exemplos a seguir, extraídos de Rizzi (1982, p. 4-5):

- (67) a. Gianni gli *ha dovuto/ha potuto* parlare personalmente.
'Gianni lhes tem devido/tem podido falar pessoalmente'
- b. Mario la *comincia a/finisce di* battere a macchina domani (la tesi).
'Mario a começa a/termina de bater a máquina amanhã (a tese)'
- c. Piero li *venne/andò/tornò* a chiamare alla stazione.
'Piero os veio/andou/tornou a chamar para a estação'

Em construções de alçamento, o DP argumento externo do verbo encaixado se move para a posição de sujeito do verbo matriz. Esse movimento ocorre para suprir a carência de Caso do DP, que não pode receber nominativo da forma verbal no infinitivo por esta não carregar marcas flexionais, nem acusativo do verbo matriz, que não tem esse Caso disponível devido a suas propriedades inacusativas. É dessa forma que o argumento do verbo encaixado se torna o sujeito da sentença, satisfazendo, também, o EPP. Nas sentenças em (67), o alçamento do clítico revela a aplicação da regra de Reestruturação, uma vez que este é um fenômeno que opera localmente, no interior de um domínio funcional.

Além do alçamento do clítico, o movimento longo do objeto pode ser empregado como um diagnóstico de Reestruturação com verbos de alçamento por estes não selecionarem argumento externo. Esse movimento ocorre com a apassivação do verbo matriz ou encaixado. Gonçalves (1999, p. 71) apresenta sentenças do PE em que os verbos de alçamento *poder* e

dever permitem o encaixe de passivas, manifestando, por consequência, o movimento longo do objeto, como se verifica a seguir:

- (68) a. Meus irmãos não podiam/deviam apresentar *o Pedro* à Maria nessa noite.
b. *O Pedro* não lhe podia/devia ser apresentado nessa noite.

Em (68b) ocorre o movimento longo do objeto, pois o DP *o Pedro*, argumento interno do verbo *apresentar*, é alçado para a posição de sujeito da sentença, desencadeando a concordância com o verbo matriz *poder/dever*. A possibilidade de mover o objeto do verbo encaixado para a posição de sujeito do verbo matriz evidencia a formação de predicado complexo, uma vez que revela a presença de um único domínio funcional. Essa hipótese é corroborada pelo alçamento do clítico *lhe* para a posição à esquerda do verbo matriz. O PE apresenta evidências claras de que os verbos de alçamento *poder/dever* constituem, de fato, predicados de Reestruturação, pois esses dois verbos permitem movimento longo do objeto na apassivação da sentença encaixada e alçamento do clítico.

3 A REESTRUTURAÇÃO NO PB

3.1 VERBOS CANDIDATOS A PREDICADOS DE REESTRUTURAÇÃO NO PB

A lista de verbos do PB que será submetida aos testes das propriedades indicadoras de Reestruturação corresponde à lista desses predicados em línguas como o italiano (cf. Rizzi, 1982; Burzio, 1986; Cinque, 2006), o espanhol (cf. Aissen e Perlmutter, 1983) e o PE (cf. Gonçalves, 1999; 2001). Considerando que não há completa identidade entre os elementos que integram a lista dos verbos de Reestruturação entre os autores abordados, fizemos a opção por submeter aos testes os verbos classificados como predicados de Reestruturação por pelo menos dois desses autores. Como resultado, chega-se a uma lista de verbos modais, aspectuais e de movimento semelhante à lista de auxiliares proposta por importantes gramáticos, como Kury (1970), Cunha e Cintra (1985), Luft (1991), Perini (2000) e Bechara (2001), conforme Tabela 2, apresentada no primeiro capítulo.

Diferentemente dos trabalhos sobre Reestruturação nas línguas românicas, a lista de verbos desencadeadores de predicado complexo proposta pelos gramáticos não é formada apenas por verbos com complementos no infinitivo, mas também por aqueles que selecionam complementos no gerúndio e no particípio, formando construções bastante produtivas no PB. Na tabela a seguir, são apresentados os verbos que serão submetidos aos testes indicadores de Reestruturação no PB:

Tabela 3

Verbos de controle	<i>tentar, ousar, conseguir, querer, tratar de, desejar.</i>
Verbos de alçamento	<i>dever, poder, ter de, tender a, andar, vir, costumar, estar por, começar a, continuar a, voltar a, tornar a, acabar de, terminar de, ir, vir.</i>

O principal objetivo deste capítulo é averiguar se a Reestruturação se aplica no PB e, em caso afirmativo, descobrir os verbos que a desencadeiam. Inicialmente, são analisados os fenômenos do alçamento do clítico e do movimento longo do objeto por serem os principais meios de

diagnosticar esse processo. Na sequência, são investigados fatores como a negação sentencial, a possibilidade de interrupção da adjacência verbal pela inserção de itens lexicais entre os verbos adjacentes e a presença de marcas temporais próprias no domínio encaixado. Estes não constituem isoladamente indicadores determinantes da formação de um predicado complexo, mas revelam propriedades importantes dessas construções e, ainda, podem constituir indícios de Reestruturação em línguas que não manifestam o fenômeno do alçamento do clítico e/ou do movimento longo do objeto.

3.2 FATORES DETERMINANTES DA REESTRUTURAÇÃO E SUA MANIFESTAÇÃO NO PB

3.2.1 ALÇAMENTO DO CLÍTICO

Conforme já foi observado no capítulo anterior, o alçamento do clítico é apontado na literatura linguística como o principal diagnóstico da Reestruturação nas línguas românicas. Nos estudos sobre esse processo, constatou-se que a presença de um verbo de Reestruturação no domínio matriz possibilita o alçamento do clítico argumento interno do verbo encaixado para esse domínio. Com a aplicação da regra de Reestruturação, a forma infinitiva se torna transparente para esse movimento, que revela a ausência de barreira entre os dois verbos e, portanto, a formação de um único domínio funcional.

No italiano, no espanhol e no PE, os clíticos realizam alçamento para o domínio matriz em sentenças reestruturadas com verbos de controle e de alçamento, conforme mostram os exemplos retomados a seguir:

- (1) a. Mario vuole risolverlo da solo (questo problema).
‘Mario quer resolvê-lo sozinho (este problema)’
b. Mario *lo* vuole risolvere da solo.
- (2) a. Gianni ha potuto parlargli personalmente.
‘Gianni tem podido falar-lhe pessoalmente’
b. Gianni *gli* ha potuto parlare personalmente.

(Rizzi, 1982, p. 4)

- (3) a. Quiero permitirtelo hacer.
‘Quero permitir a ti fazer isso’
- b. *Te lo* quiero permitir hacer.
(Aissen e Perlmutter, 1983, p. 366)
- (4) a. O João não quer conhecê-la.
b. O João não *a* quer conhecer.
- (5) a. O navio não pode afundar-se.
b. O navio não *se* pode afundar.
(Gonçalves, 1999, p. 37; 137)

Em construções com verbos de Reestruturação, o clítico argumento do verbo infinitivo pode permanecer no domínio encaixado, como nas sentenças em (a), ou se mover para uma posição adjunta ao verbo matriz, indicando a formação de predicado complexo, como ocorre nos exemplos em (b).

Nas construções em que os predicados de Reestruturação selecionam como complemento uma forma no gerúndio, também pode ocorrer a formação de predicado complexo, evidenciado pelo alçamento do clítico. A seguir, são transcritos exemplos de construções reestruturadas no PE e no castelhano, apresentados por Zagona (1988, p. 136)³⁰ (apud Gonçalves, 1999, p. 54, em nota de rodapé):

- (6) a. *O João estava dando-lhe notícias do pai.
b. O João estava-lhe dando notícias do pai.
- (7) a. Estábamos cantándolo.
b. *Lo* estábamos cantando.

As sentenças em (6) manifestam que, no PE, o alçamento do clítico é obrigatório quando o complemento verbal assume a forma de gerúndio, revelando a formação de predicado complexo. No castelhano, pode ou não haver a formação de predicado complexo, visto que o pronome pode ou permanecer no domínio encaixado, ou se alçar para a posição adjunta ao

³⁰ Zagona, K. *Verb Phrase Syntax: a Parametric Study of English and Spanish*. Kluwer: Dordrecht, 1988.

verbo matriz, conforme os exemplos em (7). Gonçalves observa, entretanto, que as construções com complemento no gerúndio não são empregadas na variedade padrão do PE, sendo características do PB.

Em relação aos complementos verbais no particípio, as línguas românicas parecem apresentar um comportamento bem mais uniforme. Nessas construções, o alçamento do clítico para o domínio matriz é uma condição *sine qua non* para a boa formação da sentença. Gonçalves (1999) exhibe exemplos do PE, do francês, do castelhano, do catalão e do italiano em que o alçamento do clítico é obrigatório, evidenciando que construções com particípio sempre formam predicados complexos nas línguas românicas. Essa generalização é, provavelmente, consequência das propriedades do verbo *ter*, que o seleciona. A seguir, são transcritos exemplos apresentados pela autora (op. cit., p. 55):

- (8) a. A Maria não tinha lido o livro.
b. A Maria não o tinha lido.
c. *A Maria não tinha lido-o.
- (9) a. Marie a lu le livre.
b. Marie l'a lu.
c. *Marie a le lu.
- (10) a. Maria ha leído el libro.
b. Maria lo ha leído.
c. *Maria ha lo leído.
- (11) a. La Maria ha comprat la casa.
b. La Maria la ha comprat.
c. *La Maria ha comprat-la.
- (12) a. Maria ha letto il libro.
b. Maria lo ha letto.
c. *Maria ha lettolo.

Nos exemplos em (8b), (9b), (10b), (11b) e (12b), ocorre o alçamento do clítico argumento do verbo encaixado para o domínio matriz, revelando a formação de predicado complexo. Nos exemplos em (c), o clítico permanece adjunto ao verbo do qual é argumento, provocando a agramaticalidade das sentenças. A exigência de alçamento do clítico

manifestada nos exemplos (b) e (c) indica a presença de um único domínio funcional em sentenças com o verbo *ter* seguido de uma forma participial³¹. Nesse contexto, a formação de um predicado complexo não parece ser um processo opcional nas línguas românicas, diferentemente do que ocorre nas construções com verbos modais, aspectuais e de movimento que selecionam infinitivo³². É interessante, portanto, investigar o que determina a obrigatoriedade de formação de predicado complexo apenas no contexto de complemento participial.

Quando se trata de aplicar o teste do alçamento do clítico no PB, algumas questões se impõem. A primeira delas é que o paradigma de clíticos no PB não é tão rico como o das outras línguas românicas. Por exemplo, o clítico acusativo de terceira pessoa *o*, que é aquele cujo comportamento mais se aproxima do dos clíticos das outras línguas românicas para efeitos de testar se existe Reestruturação, não é natural na fala (cf. Kanthack, 2002, p. 99; Pereira, 2006, p. 22; 179). Isto enfraquece consideravelmente a credibilidade do teste.

Veja que o PB parece comportar-se como as demais línguas românicas, requerendo o alçamento do clítico em construções com complemento no participípio, como se verifica a seguir:

- (13) a. A Maria não tinha lido o livro.
b. A Maria não *o* tinha lido.
c. *A Maria não tinha *o* lido.
d. *A Maria não tinha lido-*o*.

O exemplo (13b) revela a possibilidade de alçamento do clítico de terceira pessoa no PB. O clítico *o* ocupa a posição à esquerda do verbo matriz, evidenciando a formação de um único domínio funcional através da manifestação de efeitos de transparência da forma verbal no participípio. Em construções com *ter* seguido de participípio, o clítico não pode ficar proclítico nem enclítico ao verbo encaixado, como mostram as sentenças (13c) e

³¹ É importante ressaltar que o alçamento do clítico nessa construção é obrigatório também no francês, que não admite esse movimento em sentenças com predicados de Reestruturação.

³² Os autores que investigaram a Reestruturação nas línguas românicas, em geral, concordam com a opcionalidade da aplicação dessa regra, exceto Gonçalves (1999). Para essa autora, a Reestruturação é um processo motivado, que ocorre quando o complemento infinitivo é temporalmente dependente do domínio matriz e defectivo em relação às categorias funcionais. Nessa proposta, a formação do predicado complexo resulta do movimento dos traços do verbo encaixado para o domínio matriz pela impossibilidade de checar seus traços no domínio infinitivo.

(13d), respectivamente. O alçamento do clítico de terceira pessoa nesse contexto é, portanto, obrigatório também no PB³³.

Em construções com complemento no gerúndio, a distribuição do clítico é semelhante à verificada nos exemplos com complemento no particípio, conforme mostram as sentenças a seguir:

- (14) a. Marta estava querendo esse livro.
 b. Marta o estava querendo.
 c. *Marta estava o querendo.
 d. *Marta estava querendo-o.

A boa formação da sentença (14b) em contraste com a agramaticalidade de (14c) e (14d) revela que o clítico *o* deve mover-se para o domínio matriz nas construções em que o verbo *estar* seleciona um complemento no gerúndio. Esse movimento obrigatório indica que, no PB, há formação de predicado complexo nessas construções, à semelhança do que ocorre no PE³⁴, conforme as sentenças em (6a,b).

Nas sequências em que o verbo encaixado assume a forma infinitiva, o clítico *o* apresenta uma distribuição diferente da verificada nas construções com particípio e gerúndio. O exemplo a seguir ilustra esse emprego:

- (15) a. Pedro pode/deve comprar esse carro.
 b. ?Pedro o pode/deve comprar.
 c. *Pedro pode/deve o comprar.
 d. Pedro pode/deve comprá-lo.

A baixa aceitabilidade da sentença (15b) revela que as construções com complemento infinitivo não favorecem o alçamento do clítico *o* como aquelas com complemento no particípio e no gerúndio. A sentença (15c) é

³³ Nas sequências verbais em que *ter* assume a forma infinitiva, o clítico *o* pode se adjungir à sua direita, como mostra o exemplo em (ia):

- (i) a. ??A Maria não devia tê-lo comprado.
 b. *A Maria não devia ter comprado-o.

A diferença de gramaticalidade entre (ia) e (ib) revela que o clítico *o* pode ficar posposto ao verbo no infinitivo, mas não à forma verbal no particípio. Nos contextos com formas infinitivas adjacentes, o clítico *o* ficará enclítico ao verbo infinitivo mais baixo, como se verifica em (ii):

- (ii) a. *A Maria não ia/devia/podia querê-lo encontrar.
 b. A Maria não ia/devia/podia querer encontrá-lo.

A posição enclítica a um verbo no infinitivo favorece a expressão do *onset* do clítico, que, por essa razão, assume a forma superficial *-lo*. O *-r* final da forma infinitiva desaparece, sendo assimilado aos traços apresentados pelo *onset* da sílaba do clítico (cf. Pereira, 2006, p. 55).

³⁴ É importante notar, entretanto, que essa construção é produtiva e natural no PE.

agramatical, indicando a impossibilidade de próclise à forma verbal encaixada também nas construções infinitivas. Por fim, a boa formação de (15d) aponta a ênclise ao verbo mais baixo como a posição preferencial do clítico *o* em sequências com complemento no infinitivo, diferenciando-se, assim, das construções com particípio e gerúndio.

Os exemplos (13b), (14b) e (15b) revelam a possibilidade de alçamento do clítico no PB. É importante observar, entretanto, que esse fenômeno está restrito aos clíticos acusativos de terceira pessoa, que apresentam baixa frequência de uso na língua³⁵, manifestando, por consequência, algumas peculiaridades. Empregam-se os clíticos *o/a* apenas em contextos formais de comunicação, sendo utilizados especialmente por falantes com escolaridade média ou alta.

A segunda questão que se impõe a respeito do teste dos clíticos brasileiros é que aqueles que ainda são ativos, *me, te, se, lhe*, têm um comportamento diferenciado do das outras línguas românicas no que diz respeito à sua colocação. As sentenças a seguir ilustram sua disposição nas construções em que o verbo matriz seleciona como complemento uma forma verbal no infinitivo, no gerúndio e no particípio, respectivamente:

- (16) a. A Maria conseguiu *me/te* encontrar.
 b. ??A Maria conseguiu encontrar-*me/te*.
 c. *A Maria *me/te* conseguiu encontrar.
- (17) a. Pedro está *me/te* analisando.
 b. ??Pedro está analisando-*me/te*.
 c. ??Pedro *me/te* está analisando.
- (18) a. Marta tem *me/te* consultado atualmente.
 b. ??Marta tem consultado-*me/te* atualmente.
 c. ??Marta *me/te* tem consultado atualmente.

A diferença no grau de aceitabilidade entre as sentenças (16a,b), (17a,b) e (18a,b) sugere que o PB manifesta claramente uma preferência pela próclise ao verbo encaixado em contexto de formação de predicado complexo³⁶.

³⁵ Pereira (2006, p. 39; 51) afirma, inclusive, que a incidência dos clíticos *nos, vos, o/a/os/as* e *lhe* (na terceira pessoa) é muito baixa no PB atual. Segundo a autora, esta é uma das diferenças mais significativas entre o PB e o PE.

³⁶ De acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 308), Kanthack (2002, p. 125) e Pereira (2006, p. 61), a próclise ao verbo encaixado é a posição canônica dos clíticos em contexto de formação de predicado complexo no PB.

Nos contextos de adjacência de formas verbais no infinitivo, a posição dos clíticos *me*, *te*, *se* e *lhe* apresenta um comportamento semelhante ao das construções com um único verbo no domínio encaixado. O exemplo a seguir ilustra a distribuição dos clíticos nessas construções:

- (19) a. A Maria pode conseguir *me/te* encontrar.
 b. ??A Maria pode conseguir encontrar-*me/te*.
 c. *A Maria pode *me/te* conseguir encontrar.
 d. *A Maria *me/te* pode conseguir encontrar.

As diferenças de aceitabilidade/gramaticalidade das sentenças em (19) confirmam a próclise ao verbo mais baixo como a posição preferencial dos clíticos no PB. Kanthack (2002, p. 122) comprova essa ligação com o teste da inserção de itens lexicais entre os verbos da sequência, como mostrado em (20):

- (20) a. A Maria consegue raramente *me/te* encontrar.
 b. *A Maria consegue-*me/te* raramente encontrar.

A presença do advérbio *raramente* entre *conseguir* e *encontrar* permite a identificação do verbo ao qual o clítico está adjungido. O contraste de gramaticalidade entre as sentenças em (20) dá indícios claros de que, no PB, ocorre a próclise ao verbo encaixado em contextos de formação de predicado complexo.

As construções com os verbos *poder*, *dever*, *conseguir*, *estar* não se comportam diferentemente daquelas com verbos como *decidir*, *afirmar* ou *evitar*. O exemplo a seguir mostra a posição dos clíticos em sequências verbais com o predicado *decidir*:

- (21) a. Pedro decidiu *te* ajudar.
 b. ??Pedro decidiu ajudar-*te*.
 c. *Pedro *te* decidiu ajudar.

As sentenças em (21) apresentam uma diferença no grau de aceitabilidade quando o clítico se posiciona à esquerda ou à direita do verbo encaixado, como ocorre nas sentenças de (16) a (19). Essa semelhança revela que a próclise ao verbo encaixado é a posição canônica dos clíticos no PB tanto em contextos de Reestruturação quanto em contextos de não-Reestruturação. Por essa razão, parece não ser possível empregar o alçamento do clítico como um critério para a identificação de predicados complexos no PB.

Em suma, em construções com sequências verbais, os pronomes *me/te/se/lhes* podem ocupar a posição proclítica ou enclítica ao verbo mais baixo. Já o clítico acusativo de terceira pessoa pode ficar proclítico ao verbo finito ou enclítico ao verbo infinitivo mais baixo, como mostram os exemplos de (13) a (15). Esse resultado permite concluir que, à exceção dos clíticos *o/a*, cujo emprego se restringe a contextos estritamente formais, o PB não admite alçamento, diferenciando-se, assim, das demais línguas românicas³⁷. Contudo, não se pode inferir a ausência do fenômeno de Reestruturação no PB, que pode manifestar outros efeitos de transparência nas construções em que verbos modais, aspectuais e de movimento selecionam uma forma verbal como complemento.

3.2.2 MOVIMENTO LONGO DO OBJETO

Uma outra propriedade igualmente importante na identificação de predicados de Reestruturação é o movimento longo do objeto. Esse movimento também revela uma estrutura mono-sentencial, uma vez que o objeto do verbo da sentença encaixada se superficializa como sujeito da construção, estabelecendo a concordância com o verbo da sentença matriz e sendo marcado com Caso nominativo. A seguir, são apresentados exemplos em que o fenômeno de Reestruturação é manifesto pelo movimento longo do objeto no italiano e no PE, respectivamente:

- (22) Queste case si vogliono vendere a caro prezzo.
 ‘Estas casas se querem vender a alto preço’

(Rizzi, 1982, p.16)

³⁷ Como já foi mencionado, o alçamento do clítico constitui um fenômeno importante na identificação do processo de formação de um predicado complexo em línguas como o italiano, o espanhol, o PE e o castelhano. Já o francês não permite esse movimento (cf. Gonçalves, 1999; Cinque, 2006), comportando-se de forma semelhante ao PB, como mostram os exemplos a seguir:

PB:

- (i) Marta_i pode [t_i me_j encontrar t_j].
 *Marta_i me_j pode [t_i encontrar t_j].

Fr.:

- (ii) Marta peut me rencontrer.
 ‘Marta pode me encontrar’
 *Marta me peut rencontrer.

- (23) No próximo ano, vão ver-se mais estudantes nesta biblioteca.
(Gonçalves, 1999, p. 146)

A sentença (22) ilustra o movimento longo do objeto em italiano através da formação da voz passiva sintética. Nessa construção, o argumento interno do verbo encaixado é marcado com Caso nominativo pela flexão da sentença matriz, que, por sua vez, recebe do objeto movido suas marcas flexionais de número e pessoa. O exemplo (23) mostra a passiva sintética no PE. Diferentemente do que ocorre no italiano, o objeto do verbo encaixado se posiciona no final da sentença. O movimento longo do objeto é manifesto pela concordância do DP objeto de *ver* com o verbo mais alto. Nesses exemplos, ocorre movimento de constituintes da sentença encaixada para a matriz, evidenciando, portanto, a formação de predicado complexo.

No PB, Nunes (1991) classifica o *-se* em apassivador e indeterminador, utilizando critérios como atribuição de papel- θ e marcação Casual. Nessa proposta, o *-se* apassivador retoma o argumento externo não expresso na construção, absorvendo seu papel- θ ; o *-se* indeterminador, por sua vez, constitui um vestígio do elemento que ocupa a posição de sujeito na SS. Logo, a formação da passiva sintética só ocorre com verbos que selecionam argumento externo e interno, ou seja, com verbos transitivos. Com base nesse autor, o *-se* em construções intransitivas e inacusativas seria classificado como indeterminador, visto que verbos intransitivos não selecionam argumento interno, e inacusativos não selecionam argumento externo. Essa classificação vai ao encontro da proposta pelas gramáticas tradicionais, que classificam o *-se* empregado com verbos transitivos como partícula apassivadora e com intransitivos como índice de indeterminação do sujeito, conforme ilustram respectivamente as sentenças a seguir:

- (24) a. Pedro aluga casas.
b. Alugam-se casas.
- (25) a. Os funcionários trabalham muito nessa empresa.
b. Trabalha-se muito nessa empresa.

A sentença (24b) corresponde à passiva sintética. Na voz ativa, o verbo *alugar* seleciona argumento externo (*Pedro*) e interno (*casas*), como em (24a); já na voz passiva sintética, apenas o argumento interno é requerido, transformando-se no sujeito da construção, como evidencia a concordância estabelecida com o verbo *alugar* em (24b). Em (25), o verbo (*trabalhar*) seleciona apenas argumento externo. Este é expresso, em (25a), por um DP (*os funcionários*), que exerce a função de sujeito superficial, desencadeando

a concordância com o verbo. Em (25b), a partícula *-se* constitui um vestígio do argumento externo, indeterminando-o. A diferença entre (25a) e (25b) está, portanto, na expressão do argumento externo.

No PB, é comum a falta de concordância em construções com *-se* associado a verbos transitivos, conforme mostra a boa formação da sentença a seguir:

(26) Aluga-se casas.

A ausência de concordância entre o verbo e o DP *casas* sugere que a partícula *-se* constitui um resquício do argumento externo também em construções com verbos transitivos. A flexão plural do verbo indicaria a formação da passiva sintética, revelando *casas* como sujeito da construção. Essa flexão, entretanto, não é comum em construções como (26), por estar restrita ao padrão culto escrito, consistindo numa imposição gramatical, e não numa propriedade reveladora do sujeito. A recorrência de sentenças como (26) permite inferir que a formação da passiva sintética não é um processo natural nem produtivo no PB atual.

Para investigar o fenômeno da Reestruturação no PB, faz-se necessário, portanto, descobrir manifestações de efeitos de transparência nessa língua, visto que ela não permite alçamento do clítico nem apresenta de forma produtiva a concordância verbal na voz passiva sintética. Além disso, a formação dessa passiva com verbos de controle só é possível em línguas com alçamento do clítico (cf. Gonçalves, 1999, p. 147). No PB, os verbos de controle impedem a formação da passiva sintética por selecionarem argumento externo, inviabilizando o movimento do objeto do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença. Já nas línguas que permitem alçamento do clítico, o *-se* apassivador pode se mover para o domínio matriz, suspendendo a atribuição de papel temático dos verbos de controle empregados como predicados de Reestruturação. Por consequência, o objeto do verbo encaixado pode ser alçado para a posição de sujeito da sentença, evidenciando Reestruturação pela formação da passiva sintética.

O movimento longo do objeto também ocorre como consequência do processo de apassivação do verbo matriz ou do encaixado, conforme mostram os exemplos do espanhol e do PE a seguir:

(27) *Estas casas_i fueron empezadas a pintar t_i.*
'Estas casas foram começadas a pintar'

(Fukuda, 2006, p. 1)

- (28) a. A Maria deve cantar *a Aida*.
 b. *A Aida* deve ser cantada por Maria.

(Gonçalves, 1999, p. 172)

Em (27), ocorre o processo de apassivação do verbo matriz (*empezar*) ou a formação da passiva longa, conforme denominado na literatura linguística. De acordo com Cinque (2006, p. 68), esse fenômeno só é possível em construções com verbos de Reestruturação que indicam o ponto inicial de um evento ou o seu ponto final. Em (28), é o verbo encaixado (*cantar*) que sofre o processo de apassivação. Ambas as construções constituem evidências de Reestruturação por permitirem o movimento do objeto do verbo encaixado para o domínio matriz, revelando a formação de um único domínio funcional.

Diferentemente do espanhol e do italiano, o PB não permite a formação da passiva longa com os verbos que marcam o início de uma ação, como *começar*, nem com os verbos *terminar* e *acabar*, que marcam o seu ponto final. Os exemplos a seguir mostram essa restrição:

- (29) a. Os operários finalmente começaram a construir as casas.
 b. *As casas finalmente foram começadas a construir.
- (30) a. Os operários finalmente terminaram/ acabaram de construir as casas.
 b. *As casas finalmente foram terminadas/acabadas de construir.

A agramaticalidade das sentenças (29b) e (30b) revelam que esse processo não é possível no PB. A apassivação do verbo encaixado, por sua vez, é um processo natural, como se verifica nos exemplos a seguir:

- (31) a. Pedro deve/pode/tem que³⁸ concluir *esses projetos*.
 b. *Esses projetos* devem/podem/têm que ser concluídos (por Pedro).
- (32) a. O consumo excessivo de álcool anda/vem causando muitos acidentes.
 b. Muitos acidentes andam/vêm sendo causados pelo consumo excessivo de álcool.

³⁸ Na acepção de obrigação, *ter de* e *ter que* são equivalentes no PB. A segunda forma não é recomendada pelos gramáticos, mas constitui uma expressão bastante usual na língua, sendo, inclusive, mais frequente que a primeira.

- (33) a. O professor tende a/começa a/continua a/costuma/acaba de valorizar *as produções originais*.
 b. *As produções originais* tendem a/começam a/continuam a/costumam/ acabam de ser valorizadas (pelo professor).
- (34) a. Meu irmão vai comprar *os dois terrenos*.
 b. *Os dois terrenos* vão ser comprados (por meu irmão).

As sentenças acima ilustram a formação da passiva com verbos modais, aspectuais e de movimento, respectivamente. Nessas construções, o argumento interno do verbo encaixado é alçado para a posição de sujeito da sentença. É importante salientar outra vez que, no PB, a apassivação do verbo encaixado só é possível em construções com verbos de alçamento, que não selecionam argumento externo, deixando livre a posição do sujeito. Com a finalidade de identificar a formação de predicado complexo, a apassivação do verbo encaixado é um diagnóstico tão confiável quanto a apassivação do verbo matriz, pois ambos os processos evidenciam ausência de barreira sentencial.

Em contexto de Reestruturação, o movimento-*tough* também indica a formação de um único domínio funcional. Fukuda (2006, p. 2) ilustra esse movimento com sentenças do espanhol:

- (35) Estas casas_i son fáciles de empezar a pintar ec_i.
 ‘Estas casas são fáceis de começar a pintar’.

Em (35), o argumento interno do verbo encaixado é alçado para a posição de sujeito da construção. Por consequência, suas marcas flexionais de número e pessoa são transmitidas ao verbo *ser* e ao adjetivo *fácil* ou *easy-adjectives*, como referidos na literatura. Esse movimento evidencia a formação de predicado complexo por ocorrer apenas na ausência de barreira entre os verbos matriz e encaixado. O PB também permite esse movimento em contexto de formação de predicado complexo, como se verifica nas sentenças a seguir:

- (36) a. Pedro tenta/consegue/quer/trata de/deseja ajudar *essas crianças*.
 b. *Essas crianças* são fáceis de tentar/conseguir/querer/tratar de/desejar ajudar.
- (37) a. As pessoas devem/podem/têm que praticar *atividade física*.
 b. *Atividade física* é difícil de *dever/poder/ter que praticar.

- (38) a. Marta tende a/começa a/continua a/costuma/acaba de *cometer erros*.
 b. *Erros* são fáceis de tender a/começar a/continuar a/costumar/cometer.
 c. *Erros* são fáceis de acabar cometendo.
- (39) a. As escolas vão mudar *o sistema de avaliação*.
 b. *O sistema de avaliação* é difícil de vir a mudar.

Nos exemplos anteriores, o objeto do verbo encaixado passa para o domínio matriz, tornando-se o sujeito da construção. Esse movimento revela a presença de um único domínio funcional, evidenciando a formação de predicado complexo em construções com verbos de controle e de alçamento que expressam modalidade, aspecto e movimento, exceto com o modal de obrigação *dever*. Verifica-se, nos exemplos de (36) a (39), que a maioria dos verbos classificados como predicados de Reestruturação nas línguas românicas possibilita o movimento-*tough* no PB. A importância da análise desse fenômeno no PB está em poder ser testado com verbos de controle, que selecionam argumento para a posição de sujeito superficial, impedindo, assim, o movimento longo do objeto pela apassivação do verbo matriz ou encaixado.

Conforme foi abordado nesta seção, o movimento longo do objeto ocorre no processo de formação da passiva sintética, da passiva longa, na apassivação da sentença encaixada e nas construções *tough*. Destes, apenas os dois últimos constituem diagnósticos da formação de predicado complexo no PB. A apassivação da sentença encaixada por se aplicar de forma generalizada aos verbos de alçamento que constituem predicados de Reestruturação; já o movimento- *tough* por poder ser testado não apenas com verbos de alçamento, mas também com predicados de controle.

3.2.3 NEGAÇÃO SENTENCIAL

Conforme Gonçalves (1999, p. 152), “o nó NegP deve ocorrer tantas vezes quantas o nó TP [...]”, ou seja, NegP pode aparecer na sentença apenas quando TP estiver presente. A autora explica essa generalização assumindo que NegP seleciona um TP como seu complemento. Em predicados de Reestruturação, o domínio encaixado é temporalmente dependente do domínio matriz, não apresentando marca temporal própria. Essa construção requer, portanto, um único nó TP e, conseqüentemente,

deve admitir o emprego de um único operador de negação, que o seleciona. Nessa proposta, a impossibilidade de negar o domínio encaixado independentemente do matriz em predicados de Reestruturação revela que o nó TP é projetado somente no domínio matriz. As sentenças a seguir mostram o emprego do marcador de negação sentencial em construções com os verbos de controle listados na Tabela 3:

- (40) a. Marta *tenta/ousa/consegue/quer/trata de/deseja* revelar os seus segredos.
b. Marta *não tenta/ousa/consegue/quer/trata de/deseja* revelar os seus segredos.
c. Marta *tenta/ousa/consegue/quer/trata de/deseja não* revelar os seus segredos.
d. Marta *não tenta/ousa/consegue/quer/trata de/deseja não* revelar os seus segredos.

As sentenças acima mostram que se pode inserir um operador de negação sentencial no domínio matriz, como em (40b), no domínio encaixado, como em (40c), ou em ambos os domínios simultaneamente, como em (40d). Esse teste revela que os verbos de controle classificados como predicados de Reestrutuação nas línguas românicas admitem a negação do domínio encaixado no PB, sugerindo a presença de dois domínios funcionais nessas construções, visto que a negação está atrelada à projeção do nó TP.

À semelhança dos trabalhos sobre Reestruturação nas línguas românicas, os verbos de alçamento serão analisados em subgrupos de acordo com a noção semântica que expressam. Pretende-se, assim, verificar se há diferenças no comportamento desses verbos em relação à manifestação de efeitos de transparência. Os exemplos a seguir revelam a atuação do fator negação sentencial em construções com os modais *poder*, *dever* e *ter de/que*:

- (41) a. Marta *pode/deve/tem que* responder suas perguntas.
b. Marta *não pode/deve/tem que* responder suas perguntas.
c. Marta *pode/deve/tem que não* responder suas perguntas.
d. Marta *não pode/deve/tem que não* responder suas perguntas.

Os verbos *poder*, *dever* e *ter de/que* revelam um comportamento semelhante ao dos verbos de controle do exemplo (40), pois também admitem a negação dos dois domínios de forma independente ou simultânea, como mostram, respectivamente, as sentenças (41b-c) e (41d). É interessante observar, ainda, que a presença da preposição não interfere

no resultado dos testes da negação em construções modais, uma vez que *ter de/que* apresenta o mesmo comportamento dos verbos *dever* e *poder* em relação a esse fator. Em princípio, os modais parecem constituir predicados de não-Reestruturação, pois admitem a negação do domínio encaixado, evidenciando a projeção de um nó TP e, conseqüentemente, a presença de dois domínios funcionais independentes.

Os verbos aspectuais do PB se distinguem por serem empregados com ou sem preposição e, ainda, por selecionarem complementos verbais no gerúndio e no infinitivo. Considerando que essas diferenças possam interferir no comportamento desses verbos em relação aos fatores determinantes de Reestruturação, optou-se por subdividi-los a partir dessas propriedades. As sentenças a seguir mostram a atuação do fator negação sentencial nas construções com verbos aspectuais (i) não-preposicionados com complemento no gerúndio; (ii) não-preposicionados com complemento no infinitivo e, por fim, (iii) preposicionados com complemento no infinitivo:

- (42) a. Marta anda/vem estudando matemática ultimamente.
b. Marta não anda/vem estudando matemática ultimamente.
c. Marta anda/vem não estudando matemática ultimamente.
d. Marta não anda/vem não estudando matemática ultimamente.
- (43) a. Pedro costuma sair aos sábados.
b. Pedro não costuma sair aos sábados.
c. Pedro costuma não sair aos sábados.
d. Pedro não costuma não sair aos sábados.
- (44) a. Pedro tende a/começa a/continua a/acaba de obedecer aos pais.
b. Pedro não tende a/começa a/continua a/acaba de obedecer aos pais.
c. Pedro tende a/começa a/continua a/acaba de não obedecer aos pais.
d. *Pedro não tende a/começa a/continua a/acaba de não obedecer aos pais.³⁹

A agramaticalidade da sentença (44d) em contraste com a boa formação das sentenças (42d) e (43d) revela que, em construções com verbos aspectuais

³⁹ Os verbos aspectuais *tornar a*, *voltar a* e *terminar de* se comportam como os demais aspectuais preposicionados do exemplo (46).

preposicionados, não é possível negar os dois domínios simultaneamente, mesmo que estes possam ser negados de forma independente, como mostram as sentenças (44b) e (44c). O resultado desse teste sugere a presença de dois domínios funcionais em construções com verbos aspectuais, pois estes admitem a negação do domínio encaixado com complemento no gerúndio e no infinitivo, estando ou não regidos de preposição, como mostram as sentenças em (42c), (43c) e (44c).

Conforme argumentado na seção anterior, o movimento do objeto do domínio encaixado para o domínio matriz constitui um efeito de transparência com verbos de alçamento no PB, revelando a formação de um predicado complexo. Nas construções passivas, em que ocorre esse movimento, não deveria, portanto, ser possível a negação do domínio encaixado. Os exemplos a seguir mostram o emprego do marcador de negação sentencial em construções com efeitos de transparência no PB:

- (45) a. Pedro pode/deve não alugar essas casas.
b. Essas casas podem/devem não ser alugadas (por Pedro).
c. Podem-se/Devem-se não alugar essas casas.
- (46) a. O correio começou a/terminou por/continuou a/costuma não despachar as encomendas.
b. As encomendas começaram a/terminaram por/continuaram a/costumam não ser despachadas (pelo correio).
c. Começaram-se a/ Terminaram-se por/ Continuaram-se a/Costumam-se não despachar as encomendas.

Os exemplos anteriores mostram a possibilidade de negar apenas o domínio encaixado em construções sem a manifestação de efeitos de transparência, como em (45a) e (46a), e em construções com movimento do objeto, como em (45b,c) e (46b,c). No PB, é possível, portanto, negar o complemento infinitivo em predicados complexos com verbos modais, como em (45b,c), e aspectuais, como em (46b,c). Essa possibilidade sugere que, no PB, há a projeção de um nó TP no domínio encaixado das construções reestruturadas⁴⁰. O PB contrasta com o PE em relação ao emprego do

⁴⁰ Segundo Gonçalves (2001, p. 7), que analisa o fenômeno da Reestruturação no PM, é possível a projeção de um T no domínio encaixado de sentenças reestruturadas. A autora salienta, entretanto, que esse T, além de ser temporalmente dependente do domínio matriz, é defeitivo, não podendo verificar os traços-V do verbo encaixado. De acordo com essa proposta, o infinitivo alça se para o domínio matriz a fim de checar seus traços-V. Consequentemente, o verbo encaixado e o matriz formam uma unidade sintática, checando seus traços no mesmo núcleo funcional.

operador de negação em contextos de Reestruturação, como mostram os exemplos de Gonçalves (1999, p. 155):

- (47) a. O João pode não o ter encontrado.
b. *O João pode-o não ter encontrado.
- (48) a. Podem-se apresentar os novos candidatos durante a reunião.
b. *Podem-se não apresentar os novos candidatos durante a reunião.

As sentenças em (47b) e (48b) revelam que o PE não admite a negação do domínio encaixado quando a construção manifesta algum efeito de transparência. Na sentença (47a), é possível inserir um operador de negação no domínio infinitivo, pois não há indicador de formação de predicado complexo. Em (47b), entretanto, ocorre o alçamento do clítico, fenômeno incompatível com a negação do domínio encaixado, pois indica o processo de Reestruturação. A diferença de gramaticalidade entre as sentenças em (48) também resulta da impossibilidade de negar o domínio infinitivo em construções com efeitos de transparência. Nesse caso, ocorre o movimento longo do objeto pela formação da passiva sintética.

Dos autores abordados neste trabalho, apenas Gonçalves (1999, 2001) considera a negação sentencial como um diagnóstico de Reestruturação⁴¹. A autora observa, entretanto, que esse fator não é determinante na depreensão de predicados complexos, devendo ser testado paralelamente a fenômenos como o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto. Portanto, o fato de o PB permitir a negação do domínio encaixado na presença de efeitos de transparência, conforme (45) e (46), não implica necessariamente ausência de Reestruturação nessa língua. No PB, há também predicados de Reestruturação que não permitem a negação de seu complemento, mesmo em construções sem efeitos de transparência, como se verifica a seguir:

- (49) a. Pedro não vai consertar essas peças.
b. *Pedro vai não consertar essas peças.

⁴¹ Cinque (2006, p. 43-44) apresenta a relação entre o fenômeno da Reestruturação e a negação como uma questão residual. Para esse autor, a (im)possibilidade de inserir o marcador de negação no domínio encaixado não dá indícios de Reestruturação, mesmo porque, em sua proposta, os verbos de Reestruturação são empregados sempre como predicados funcionais. Os dados apresentados por Cinque revelam que, no italiano, é possível negar o domínio encaixado com modais, como *dovere* (dever) e *potere* (poder), mas não com verbos aspectuais, como *smettere di* (parar de), *stare per* (estar por), *tornare a* (tornar a). A explicação para essa diferença está, segundo o autor, na posição que o operador de negação ocupa em relação aos modais e aspectuais na hierarquia dos núcleos funcionais.

- c. Essas peças não vão ser consertadas (por Pedro).
 - d. *Essas peças vão não ser consertadas (por Pedro).
 - e. Não se vão consertar essas peças.
 - f. *Vão-se não consertar essas peças.
- (50)
- a. Essa criança não vinha comendo as verduras.
 - b. *Essa criança vinha não comendo as verduras.
 - c. As verduras não vinham sendo comidas (por essa criança).
 - d. *As verduras vinham não sendo comidas (por essa criança).
 - e. Não se vinham comendo as verduras.
 - f. *Vinham-se não comendo as verduras.

Os exemplos mostram que os verbos de Reestruturação *ir* e *vir* se comportam de forma semelhante em relação ao emprego do marcador de negação sentencial. O contraste de gramaticalidade entre os pares de sentenças em (49) e (50) revela a impossibilidade de negar o domínio encaixado, mesmo na ausência de efeitos de transparência, como ocorre em (49a,b) e (50a,b). Esse resultado sugere que os verbos de movimento *ir* e *vir* empregados como predicados de Reestruturação apresentam uma relação diferente com o seu complemento da que os verbos modais e aspectuais apresentam. Essa hipótese é corroborada pelos exemplos em (51) e (52):

- (51)
- a. O Pedro não *vai reformar* a casa.
 - b. O Pedro não *reformulará* a casa.
- (52)
- a. Essa criança não *vinha comendo* as verduras.
 - b. Essa criança não *comia* as verduras.

A correlação entre os pares (51a,b) e (52a,b) revela que os verbos *ir* e *vir* em contextos de Reestruturação assumem um forma afixal, correspondendo a um morfema do verbo encaixado. Em PB, esses verbos parecem se comportar bem diferente dos modais e aspectuais, pois não admitem a negação do domínio encaixado e parecem formar uma unidade, não apenas semântica e sintática mas também morfológica, com seu complemento, como indica a equivalência entre os pares (51a-b) e (52a-b). Esses fatores revelam diferenças entre os predicados de Reestruturação no PB, sugerindo que *ir* e *vir* estão em um estágio avançado de gramaticalização, manifestando mais propriedades de item funcional que os modais e aspectuais. Estes admitem a negação do domínio encaixado, mesmo na presença de efeitos de transparência, conforme (45) e (46), e não assumem valor de afixo, como indicam os exemplos a seguir:

- (53) a. O Pedro não deverá/poderá reformar a casa.
b. O Pedro não reformará a casa.
- (54) a. Essa criança não começou a/terminou de comer as verduras.
b. Essa criança não comeu as verduras.

Os pares de sentenças dos exemplos (53) e (54) são gramaticais, mas não equivalentes. A diferença entre seus significados indica que modais e aspectuais não correspondem a morfemas do verbo encaixado.

Ao longo desta seção, foi apresentado o comportamento do marcador de negação sentencial em construções com verbos modais, aspectuais e de movimento no PB. Constatamos que o domínio encaixado pode ser negado independentemente do domínio matriz mesmo em construções com movimento do objeto, que revela a formação de predicado complexo. Em princípio, a impossibilidade de negar o domínio encaixado, manifestada em construções com verbos de movimento, pode ser considerada um indício de Reestruturação, mas o contrário não se pode afirmar. Portanto, o fenômeno da negação sentencial, embora constitua um critério válido, não é determinante na identificação de predicados complexos no PB.

3.2.4 INTERRUPÇÃO DA ADJACÊNCIA VERBAL

Em um processo de formação de predicado complexo, é esperado que os verbos apresentem um grau de coesão estrutural que impeça a inserção de material lexical entre eles. Por essa razão, a (im)possibilidade de romper a adjacência verbal tem sido investigada como um fator relacionado ao processo de Reestruturação, indicando se os verbos ocupam o mesmo núcleo funcional ou se constituem núcleos funcionais autônomos. A impossibilidade de inserção de itens lexicais permite identificar uma sequência como um constituinte. A possibilidade de inserir material léxico entre os verbos em contexto de Reestruturação não atestaria, necessariamente, contra a formação de predicado complexo, mas sim contra a proposta de que o verbo matriz forma um constituinte com o verbo

encaixado em sentenças reestruturadas⁴². Os exemplos a seguir mostram a inserção de itens lexicais em sentenças reestruturadas do italiano e do PE respectivamente:

- (55) a. Lo verrò *subito* a scrivere.
 ‘(Eu) virei logo a escrever-te’
- b. Gli stessi errori si continuano *stupidamente* a commettere.
 ‘Os mesmos erros se continuam estupidamente a cometer’
 (Rizzi, 1982, p. 38)
- (56) a. Todos o querem *só* cumprimentar (não lhe querem pedir um autógrafo)
- b. Quando o vêem na rua, todos lhe querem *sempre* falar.
 (Gonçalves, 2001, p. 4)

As sentenças acima revelam que é possível inserir material lexical entre os verbos da sequência em construções de Reestruturação tanto no italiano quanto no PE. Nas construções em (55) e (56), ocorre a inserção de elementos em sentenças em que se aplicou a regra de Reestruturação, conforme evidencia o alçamento do clítico. No PB, também é possível inserir itens lexicais entre os verbos, mesmo em construções que manifestam efeitos de transparência, como se verifica a seguir:

- (57) a. Pedro pode/deve ainda hoje entregar essas encomendas.
 b. Essas encomendas podem/devem ainda hoje ser entregues (por Pedro).
 c. Podem-se/Devem-se ainda hoje entregar essas encomendas.
 d. Essas encomendas são difíceis de poder ainda hoje ser entregues.
- (58) a. A construtora começou agora mesmo a edificar essas casas.
 b. Essas casas começaram agora mesmo a ser edificadas (pela construtora).

⁴² Conforme Rizzi (1982, p. 6-13), com a aplicação da regra de Reestruturação, o verbo encaixado deixa de ser um constituinte com seu complemento para unir-se ao verbo matriz, como atestam os testes de constituência aplicados pelo autor (movimento-wh, formação de estruturas clivadas, elevação do nó à direita e deslocamento do NP pesado ou complexo para a direita). Já Cinque (2006, p. 13-16) defende a tese de que o verbo encaixado continua formando um constituinte com seu complemento em sentenças reestruturadas. De acordo com essa proposta, seria possível inserir itens lexicais entre os verbos de um predicado complexo, pois eles não formariam um constituinte.

- c. Começaram-se agora mesmo a edificar essas casas.
 - d. Essas casas são fáceis de começar agora mesmo a edificar.
- (59)
- a. Os alunos vão este ano projetar dois carros.
 - b. Dois carros vão este ano ser projetados (pelos alunos).
 - c. Vão-se este ano projetar dois carros.
 - d. Dois carros são difíceis de vir este ano a serem projetados (pelos alunos).

Os exemplos acima ilustram a possibilidade de inserir itens lexicais entre os verbos em contextos de Reestruturação em que o predicado matriz é um modal, como em (57), um aspectual, como em (58), ou um verbo de movimento, como em (59). Nas sentenças em (57a), (58a) e (59a) não ocorre manifestação de efeitos de transparência; não há, portanto, razões para a proibição de itens lexicais entre os verbos, visto que estes pertencem a domínios funcionais independentes. Já em (57b,c,d), (58b,c,d) e (59b,c,d), ocorre movimento do objeto pela apassivação do verbo encaixado, pela formação da passiva sintética e pelo movimento *tough*, respectivamente. Nessas construções, há evidências da formação de predicado complexo e, mesmo assim, é possível o rompimento da adjacência verbal, à semelhança do que ocorre no italiano e no PE, conforme os exemplos (55) e (56).

É possível ainda interromper a adjacência verbal em contextos de Reestruturação com elementos focalizadores, como mostram os exemplos a seguir:

- (60)
- a. Os bancos podem/devem *até(mesmo)/inclusive* aumentar as tarifas.
 - b. As tarifas podem/devem *até (mesmo)/inclusive* ser aumentadas (pelos bancos).
 - c. Devem-se/Podem-se *até (mesmo)/inclusive* aumentar as tarifas.
- (61)
- a. Os alunos começaram a *inclusive* fazer os temas.
 - b. Os temas começaram a *inclusive* ser feitos (pelos alunos).
 - c. Começaram-se a *inclusive* fazer os temas.
- (62)
- a. O jornal vai *até (mesmo)/inclusive* publicar as fotos.
 - b. As fotos vão *até (mesmo)/inclusive* ser publicadas (pelo jornal).
 - c. Vão-se *até (mesmo)/inclusive* publicar as fotos.

A boa formação das sentenças anteriores mostra que os elementos focalizadores *até (mesmo)* e *inclusive* podem romper a adjacência verbal

tanto na ausência de efeitos de transparência, como em (60a), (61a) e (62a), quanto em construções com movimento do objeto, como em (60b,c), (61b,c) e (62b,c). Esses resultados ratificam a hipótese de que os verbos que compõem um predicado complexo ocupam posições autônomas.

Nas construções em que o predicado matriz seleciona como complemento uma forma verbal no gerúndio ou no particípio também é possível a inserção de expressões adverbiais e de elementos focalizadores entre os verbos. As sentenças a seguir ilustram essas possibilidades:

- (63) a. Os professores têm *frequentemente/inclusive* recomendado esses livros.
b. Esses livros têm *frequentemente/inclusive* sido recomendados (pelos professores).
- (64) a. Pedro está *sempre/até (mesmo)* ameaçando os alunos.
b. Os alunos estão *sempre/até (mesmo)* sendo ameaçadas (por Pedro).

Os exemplos acima mostram que as construções com *ter/estar* admitem a inserção de material lexical entre esses verbos e seus complementos. É importante ainda observar que há uma diferença entre os advérbios e os elementos focalizadores quanto às relações de escopo que estabelecem nessa posição. As expressões adverbiais (*frequentemente* e *sempre*) remetem ao complexo verbal; já os elementos focalizadores (*inclusive* e *até (mesmo)*) têm escopo somente sobre o verbo encaixado. As continuações propostas para a sentença (63a) mostram essa diferença:

- (65) a. ... , mas não (têm os recomendado) sempre.
b. ..., e não (têm) apenas comprado (esses livros).

Em (65a,b), são apresentadas possíveis continuações para a sentença (63a), em que a sequência verbal é rompida por um advérbio e por um elemento focalizador, respectivamente. Em (65a), é negado o advérbio *sempre*, que tem escopo sobre o complexo verbal (*ter recomendado*). Já o termo *inclusive*, em (63a), tem escopo apenas sobre o verbo encaixado (*recomendar*), como sugere a sequência proposta em (65b), em que o verbo matriz (*ter*) pode ser omitido. Os focalizadores têm escopo somente sobre o constituinte focalizado, exercendo a função de adjunto desse termo.

Dos exemplos (57) a (64), depreende-se que a adjacência verbal pode ser interrompida nos predicados complexos do PB. A inserção de material léxico entre os verbos adjacentes não constitui, portanto, evidência

de não-Reestruturação, mas sugere que os verbos da sequência não formam um único constituinte.

3.2.5 DEPENDÊNCIA TEMPORAL DO DOMÍNIO MATRIZ

Nesta seção, serão investigadas as propriedades temporais do domínio infinitivo em contextos de Reestruturação. A literatura linguística sobre esse processo aponta que o complemento infinitivo não apresenta uma especificação temporal interna nos predicados complexos, sugerindo a ausência da projeção T no domínio encaixado. Como consequência, esse domínio torna-se transparente para determinados fenômenos linguísticos, como o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto, característicos das construções de Reestruturação.

A hipótese associada à análise desse fator é a de que são as propriedades temporais do domínio encaixado que determinam a formação de predicado complexo. Confirmada essa hipótese para o PB, torna-se possível testar os predicados de Reestruturação com verbos de controle, visto que estes não permitem o movimento longo do objeto nem ocorre nessa língua o alçamento do clítico. Se a formação de predicados complexos estiver, de fato, condicionada à ausência de marcação temporal no domínio encaixado, se obtém uma importante generalização na análise desses predicados.

Wurmbrand (2003) analisa as propriedades temporais das construções de Reestruturação no alemão, constatando que o predicado encaixado não pode apresentar uma marca temporal independente da presente no domínio matriz. Os exemplos a seguir, extraídos da autora (op. cit., p. 70-71), mostram as diferenças na marcação temporal do domínio infinitivo em construções com verbos de não-Reestruturação e de Reestruturação, respectivamente:

- (66) a. Hans beschloß Maria in zwei Monaten zu besuchen.
‘João decidiu visitar Maria em dois meses’
- b. *Hans versuchte Maria in zwei Monaten zu besuchen.
‘João tentou visitar Maria em dois meses’

O contraste de gramaticalidade entre as construções acima deriva, segundo a autora, das propriedades do domínio infinitivo. Em (66a), o verbo matriz não constitui um predicado de Reestruturação, selecionando, portanto, um

domínio infinitivo que projeta um nó TP. Como consequência, é possível a ocorrência de uma expressão adverbial com orientação de futuro, em desacordo com o tempo indicado pelo verbo mais alto. Para Wurmbrand, a má-formação da sentença (66b) resulta da impossibilidade de o infinitivo carregar uma referência temporal diferente da presente no domínio matriz em contextos de Reestruturação. É esperado que, nesses contextos, o domínio infinitivo não apresente marcas temporais próprias, sendo, portanto, dependente temporalmente do domínio mais alto.

Com base em Wurmbrand (1998), Gonçalves (1999) investiga a dependência temporal do domínio infinitivo em contextos de Reestruturação, verificando que este é um critério relevante para a identificação dos predicados complexos também no PE. Para essa autora, os predicados de Reestruturação, tanto com verbos de controle quanto com verbos de alçamento, se comportam de forma semelhante em relação à seleção de um complemento com dependência temporal do domínio mais alto, não podendo, portanto, exibir marcas temporais independentes e conflitantes com as desse domínio. Gonçalves (op. cit., p. 223) observa, ainda, que alguns verbos de controle de Reestruturação, como *conseguir* e *querer*, podem selecionar um complemento com marcação temporal própria se estiverem no tempo imperfeito, atribuindo ao enunciado uma leitura contrafactual. Os exemplos a seguir, extraídos de Gonçalves (op. cit., p. 221; 223), mostram o comportamento dos verbos de não-Reestruturação e de Reestruturação em relação ao fator dependência temporal no PE:

- (67) a. O João ontem decidiu oferecer o disco à Ana no próximo Natal.
b. *O João ontem quis oferecer o disco à Ana no próximo Natal.
- (68) a. O João conseguia/queria ir a Paris no próximo Natal.
b. *O João ontem conseguia/queria ir a Paris no próximo Natal.

O exemplo (67) revela um resultado semelhante ao do alemão, mostrado em (66). No PE, os verbos de não-Reestruturação, como *decidir*, selecionam um complemento infinitivo com marcação temporal própria, como em (67a). Os predicados de Reestruturação, como *querer*, não admitem um complemento com referência de tempo conflitante com a indicada no domínio matriz, como revela a agramaticalidade de (67b). A sentença (68a) parece contradizer essa afirmação, pois mostra verbos de Reestruturação com marcação temporal de passado e um complemento com referência futura. Já a sentença (68b) é agramatical, embora apresente a mesma oposição temporal entre os domínios matriz e encaixado. Segundo Gonçalves (1999, p. 223), o imperfeito não localiza o evento descrito no

domínio matriz do exemplo (68) no passado, é apenas a expressão adverbial *ontem*, em (68b), que expressa essa referência. Por essa razão, (68a) é bem formada, ao passo que (68b) é agramatical. A explicação da autora para o fato de o imperfeito não indicar referência passada nesse caso é que esse tempo localiza “o evento num intervalo de tempo fechado à esquerda mas aberto à direita, o que pode incluir qualquer intervalo de tempo.” (Gonçalves, 1999, p. 223).

A dependência temporal do domínio infinitivo em contextos de Reestruturação parece um fator relevante para a investigação dos predicados complexos também no PB. As sentenças a seguir mostram o comportamento dos predicados de Reestruturação em estruturas de controle em contraste com os predicados de não-Reestruturação em relação à ocorrência de marcas temporais distintas nos domínios matriz e encaixado:

- (69) a. *Marta tentou *no dia das mães* viajar para a Itália *no próximo verão*.
b. *Marta conseguiu *na semana passada* encontrar com Pedro *amanhã*.
- (70) a. Marta decidiu *no dia das mães* viajar para a Itália *no próximo verão*.
b. Marta prometeu *na semana passada* encontrar com Pedro *amanhã*.

Os exemplos acima revelam o mesmo contraste de gramaticalidade apresentado por Wurmbrand (2003) para o alemão e por Gonçalves (1999) para o PE. Os verbos *tentar* e *conseguir*, classificados na literatura como predicados de Reestruturação, exibem um comportamento diferente dos verbos *decidir* e *prometer*, que não desencadeiam o processo de formação de predicado complexo. As sentenças em (69) são agramaticais por o domínio encaixado apresentar uma referência temporal de futuro, entrando em conflito com a indicada no domínio matriz. Já em (70), é possível a ocorrência de expressões adverbiais remetendo a tempos distintos, indicando a presença de dois domínios funcionais independentes.

Os verbos de alçamento apresentam um comportamento semelhante ao dos verbos de controle em relação à dependência temporal do infinitivo em contextos de Reestruturação. As sentenças a seguir ilustram essa propriedade em construções com verbos modais, aspectuais e de movimento, respectivamente:

- (71) a. *As crianças não puderam/deveram vê-lo amanhã.
b. *Minha amiga começou a/continuou a/terminou de/esteve por escrever sua tese na próxima semana.
c. *As crianças vieram/foram almoçar em minha casa no próximo feriado.

A má-formação das sentenças acima deriva da ocorrência de marcas temporais em conflito nos domínios matriz e encaixado. Em (71), os verbos do domínio matriz, por estarem flexionados no pretérito perfeito, são incompatíveis com o emprego das expressões adverbiais com noção de futuro no domínio encaixado. Esses exemplos mostram que, em contextos de Reestruturação com verbos de alçamento, o domínio encaixado não pode apresentar uma marca temporal em conflito com a do domínio matriz, mesmo na ausência de efeitos de transparência, como o movimento do objeto. Esse fato sugere a falta de um nó TP no domínio encaixado dos verbos de alçamento que constituem predicados de Reestruturação, o que o impede de carregar uma marca temporal própria, independente da presente no domínio matriz.

A dependência temporal do domínio encaixado parece constituir um importante critério para a identificação de predicados de Reestruturação no PB. A ocorrência de uma marca temporal própria no domínio infinitivo é possível apenas em construções com verbos de não-Reestruturação, como mostra o exemplo (70). A presença de um verbo de Reestruturação no domínio matriz parece impedir uma marcação temporal independente no domínio encaixado, como revela a má-formação das sentenças (69) e (71). Os exemplos de (67) a (70) sugerem uma estreita relação entre as propriedades temporais do domínio infinitivo e a ocorrência ou não do processo de Reestruturação. Em princípio, pode-se supor que os predicados de Reestruturação selecionam um complemento sem marcação temporal própria.

A impossibilidade de ocorrer marcações temporais conflitantes nos domínios matriz e encaixado em contextos de Reestruturação está, provavelmente, relacionada ao domínio de modificação do advérbio. Em predicados de Reestruturação, a marcação temporal do domínio encaixado deve ser compatível com a do domínio matriz por o advérbio ter escopo sobre toda a construção, e não apenas sobre o domínio no qual está inserido. Nessa perspectiva, investigar o alcance do advérbio em construções com complemento infinitivo torna-se importante para determinar o grupo de verbos desencadeadores do processo de Reestruturação no PB, e não necessariamente para identificar um predicado complexo.

Conforme mostrado no exemplo (69), os verbos *tentar* e *conseguir* se comportam como predicados de Reestruturação em relação à dependência temporal do domínio encaixado, não admitindo, nesse domínio, uma expressão adverbial conflitante com o tempo indicado no domínio matriz. As sentenças a seguir mostram como se comporta o complemento do verbo *querer*, classificado nas línguas românicas como um predicado de Reestruturação, em relação à dependência temporal do domínio matriz:

- (72) a. * Pedro não quis sair com Marta amanhã à noite.
b. Pedro prometeu/decidiu sair com Marta amanhã à noite.

O contraste de gramaticalidade entre as sentenças (72a) e (72b) revela que *querer* apresenta um comportamento semelhante ao dos verbos *tentar* e *conseguir*, selecionando um complemento dependente temporalmente do domínio mais alto. Esse verbo distingue-se, portanto, de predicados como *prometer* e *decidir*, que não desencadeiam o processo de Reestruturação. A má-formação de (72a) resulta da ocorrência de marcações temporais incompatíveis nos domínios matriz e encaixado. Esse impedimento sugere a presença de um único domínio funcional em construções com o verbo *querer*. A sentença (72b), por sua vez, é bem formada, mesmo apresentando marcações temporais conflitantes nos domínios matriz e encaixado. Esse fato indica a presença de dois domínios funcionais independentes, sendo admitidas, portanto, duas orientações temporais distintas. O verbo *querer* permite, entretanto, um complemento com marcação temporal própria quando empregado no tempo imperfeito, conforme se verifica no exemplo a seguir:

- (73) Pedro não queria ir com Marta na festa amanhã.

Em princípio, a sentença (73) constitui um contra-argumento para a classificação de *querer* como um predicado de Reestruturação, visto que esse verbo pode selecionar um complemento com orientação temporal distinta da indicada no domínio matriz. É importante, contudo, observar que o verbo *querer* está sendo empregado no tempo imperfeito nessa construção, atribuindo ao enunciado uma leitura de oposição, que admite sequências como a proposta em (74):

- (74) ..., mas vai.

O contraste de gramaticalidade entre as sentenças (72a) e (73) pode ser explicado pelo emprego de *querer* como um verbo perfectivo ou imperfectivo. Como perfectivo, esse verbo seleciona um complemento infinitivo com uma interpretação temporal dependente da indicada no domínio matriz, apresentando propriedades de um predicado de Reestruturação, como em (72a). Como imperfectivo, entretanto, *querer* atribui ao enunciado uma leitura de suposição, admitindo uma sequência de oposição, como (74). Em (73), *querer* se comporta como um predicado de não-Reestruturação, admitindo um complemento com marcação temporal própria (*amanhã*), o que sugere a projeção de um nó TP no domínio encaixado. O acréscimo de um advérbio indicador de tempo passado no domínio matriz tornaria uma sentença como esta agramatical no PE, conforme revela o exemplo (68b) de Gonçalves, repetido a seguir como (75):

(75) *O João ontem conseguia/queria ir a Paris no próximo Natal.

No PB, entretanto, (75) é perfeitamente aceitável com o verbo *querer*, que atribui ao enunciado uma leitura de oposição. Com o verbo *conseguir*, (75) é agramatical também no PB, mas esse resultado independe da presença do advérbio *ontem*, pois a sentença é mal-formada mesmo sem o seu emprego, diferentemente do que ocorre no PE. Em princípio, parece que, dentre os verbos de controle, apenas *querer* no tempo imperfeito pode selecionar um complemento com marcação temporal própria no domínio encaixado, permitindo, inclusive, a ocorrência de um advérbio com referência temporal distinta no domínio matriz. O verbo *querer* no presente do indicativo também admite um complemento infinitivo com marcação temporal própria. Esse comportamento se verifica igualmente em outros verbos de controle de Reestruturação, como *tentar* e *conseguir*, conforme mostra o exemplo (76):

- (76) a. O Pedro quer viajar na próxima semana.
b. O Pedro tenta/consegue viajar na próxima semana.

As sentenças (76a) e (76b) revelam que tanto o verbo *querer* quanto os verbos *tentar* e *conseguir*, ao indicarem tempo presente, podem figurar com um complemento infinitivo com referência futura. Segundo Gonçalves (1999, p. 225), essas sentenças não constituem contra-argumento para a classificação desses verbos como predicados de Reestruturação, pois, para a autora, o presente não corresponde a um momento determinado nesses casos, sendo, antes, empregado para expressar uma noção temporal sem

limite específico. Nessa perspectiva de análise, não haveria conflito entre as indicações temporais do domínio matriz e encaixado. Para corroborar essa hipótese, Gonçalves (op. cit., p. 225) apresenta exemplos de períodos simples em que o verbo no presente coocorre com expressões adverbiais com noção de futuro:

- (77) a. Vou a Paris amanhã.
b. Só faço esse trabalho amanhã.

As sentenças em (77) são gramaticais, pois os verbos flexionados no presente do indicativo não expressam ações ocorridas no momento da fala, mas ações futuras, não havendo, portanto, marcações temporais conflitantes nessas sentenças. Conforme argumentação de Gonçalves, para a maioria dos falantes, sentenças como as do exemplo (76) seriam agramaticais com o emprego de um advérbio indicador de tempo presente no domínio matriz, conforme mostra o exemplo a seguir, extraído da autora (op. cit., p. 226):

- (78) a. #/*O João quer hoje ir ao cinema amanhã.
b. *O João consegue hoje ir ao cinema amanhã.

Embora Gonçalves considere as sentenças em (78) mal-formadas, existe uma diferença no seu julgamento de gramaticalidade. Essa diferença sugere que o verbo *querer* não se comporta como os demais predicados de controle de Reestruturação, como *conseguir*, em (78b). No PB, construções como (78a) são gramaticais, apresentando, entretanto, uma leitura de contraste. Já (78b) não é bem formada, apontando uma diferença entre o verbo *querer* e os demais predicados de controle de Reestruturação. O exemplo a seguir mostra julgamentos distintos de gramaticalidade entre construções com *querer*, em (79a), e com *tentar* e *conseguir*, em (79b):

- (79) a. #Hoje, o Pedro quer viajar na próxima semana.
b. *Hoje, o Pedro tenta/consegue viajar na próxima semana.

A sentença (79a) é bem formada, expressando que, no momento presente, Pedro quer realizar a viagem na próxima semana, mas poderá mudar de ideia a qualquer momento, ou seja, o enunciado assume uma interpretação contrastiva, admitindo uma sequência como a proposta em (80):

- (80) ..., mas amanhã poderá não querer mais.

Já a sentença (79b) não permite essa interpretação, sendo agramatical em qualquer contexto.

Em relação ao fator dependência temporal, o verbo *querer* se distingue em alguns pontos de outros verbos de controle de Reestruturação, como *tentar* e *conseguir*. Quando flexionado no pretérito perfeito, *querer* não admite marcação temporal independente no seu complemento, como mostra o exemplo (72a), comportando-se de forma semelhante aos demais verbos de Reestruturação. Já no imperfeito, esse verbo atribui ao enunciado uma interpretação contrastiva, como em (73), licenciando uma marcação temporal própria no domínio encaixado, o que parece não ocorrer com outros verbos de Reestruturação no PB. Por fim, o verbo *querer* no tempo presente admite um complemento com marcação temporal de futuro, mesmo em construções com advérbios como *hoje* ou *agora* empregados no domínio matriz, como mostram os exemplos (78a) e (79a). Já os verbos *tentar* e *conseguir* não admitem complemento com marcação temporal de futuro se houver expressões adverbiais indicadoras de tempo presente no domínio matriz, conforme revela a agramaticalidade de (79b).

A importância de examinar o fenômeno dependência temporal do domínio matriz advém da ausência de propriedades reveladoras do processo de Reestruturação no PB, que não permite alçamento do clítico nem manifesta de forma produtiva a concordância verbal na voz passiva sintética, impedindo, assim, a análise do movimento longo do objeto, outro indicador importante do processo de Reestruturação.

3.2.6 A ORDEM RELATIVA DOS PREDICADOS DE REESTRUTURAÇÃO

Cinque (2006) propõe que os vários núcleos funcionais da oração estão rigidamente ordenados. Em análises do italiano, o autor constatou que a ordem relativa dos predicados de Reestruturação não se altera. Para o autor, esse ordenamento ocorre com verbos de Reestruturação por estes serem predicados funcionais, inseridos diretamente em um núcleo funcional correspondente. Se essa afirmação for, de fato, verdadeira para as línguas românicas em geral, é esperado que, em contextos de formação de predicado complexo, os verbos de Reestruturação sigam um ordenamento rígido também no PB.

Cinque (2006, p. 12; 93) apresenta o seguinte ordenamento para as línguas românicas:

(81)

MoodP_{speech act} > MoodP_{evaluative} > MoodP_{evidential} > Mod_{epistemic} > TP(Past) > TP(Future) > MoodP_{irrealis} > ModP_{alethic} > Asp_{habitual} > Asp_{finally} > Asp_{prepositional} > Asp_{repetitive(I)} > Asp_{frequentative(I)} > Mod_{volitional} > Asp_{celerative (I)} > TP (Anterior) > Asp_{terminative} > Asp_{continuative} > Asp_{perfect} > Asp_{retrospective} > Asp_{proximative} > Asp_{durative} > Asp_{generic/progressive} > Asp_{prospective} > Asp_{inceptive} > ModP_{obligation} > ModP_{ability} > Asp_{frustrative/success} > ModP_{permission} > Asp_{conative} > Asp_{completive(I)} > VoiceP > Asp_{celerative (II)} > Asp_{inceptive(II)} > Asp_{completive (II)} > Asp_{repetitive (II)} > Asp_{frequentative(II)}...

Uma consequência direta do ordenamento dos predicados funcionais exibidos acima é que, sendo inseridos em um núcleo funcional, os verbos não deveriam atribuir papel temático; não teriam, portanto, nenhum argumento próprio. Segundo Cinque (2006), esta é a razão pela qual verbos de controle do objeto não podem formar predicados complexos de Reestruturação, pois o uso de um verbo como um predicado de Reestruturação deve ocasionar a formação de uma sequência verbal.

A ordem apresentada por Cinque, transcrita em (81), aplica-se em parte ao PB, como se verifica nos exemplos a seguir:

- (82) Ele quer estar viajando no próximo verão.
(Volitivo) (Progressivo)
- (83) João começou a querer estudar.
(Inceptivo) (Volitivo)
- (84) Ele deve ter estado querendo começar a estudar.
(Modal) (Perfectivo) (Progressivo) (Volitivo) (Inceptivo)
- (85) a. Eu quero continuar falando sobre isso com vocês.
(Volitivo) (Continuativo)
- b. Eu continuo querendo falar sobre isso com vocês.
(Continuativo) (Volitivo)

O ordenamento dos verbos no PB parece seguir a hierarquia proposta por Cinque, exceto pela posição ocupada pelo núcleo Mod_{volitivo}. Pela boa formação da sentença (82), depreende-se que o Mod_{volitivo} ocupa uma posição anterior à do Asp_{progressivo} no PB, à semelhança do que ocorre nas

demais línguas românicas. No entanto, em (83), o $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ não segue a hierarquia representada em (81). Na ordem proposta por Cinque, o $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ antecede os dois núcleos $\text{Asp}_{\text{inceptivo}}$; no PB, ocupa uma posição posterior à do primeiro núcleo $\text{Asp}_{\text{inceptivo}}$, como se depreende da boa formação da sentença (83). Em (84), o $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ é o único núcleo que não segue a hierarquia proposta por Cinque, posicionando-se entre o $\text{Asp}_{\text{progressivo}}$ e o $\text{Asp}_{\text{inceptivo}}$. Por fim, o par de sentenças em (85) mostra que o verbo *querer* pode se posicionar antes ou depois do verbo *continuar* no PB, não seguindo rigidamente a sequência $\text{Mod}_{\text{volitivo}} > \text{Asp}_{\text{continuativo}}$, representada em (81).

A boa formação das sentenças de (83) a (85) levanta pelo menos três hipóteses: (i) o $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ ocupa mais de uma posição na hierarquia dos núcleos funcionais; (ii) a posição do núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ na hierarquia é diferente no PB e no italiano; (iii) o verbo representante do núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ (*querer*) não constitui um núcleo funcional no PB, por isso não segue um ordenamento rígido em relação a outros núcleos funcionais. A primeira hipótese não se sustenta, uma vez que o verbo *querer* não apresenta mudança no sentido quando ocorre antes ou depois dos núcleos $\text{Asp}_{\text{progressivo}}$, $\text{Asp}_{\text{inceptivo}}$ e $\text{Asp}_{\text{continuativo}}$. Um mesmo verbo pode ocupar mais de uma posição na hierarquia transcrita em (81); é necessário, entretanto, que manifeste diferenças semânticas. A segunda hipótese também deve ser descartada, pois Cinque propõe uma única hierarquia de núcleos funcionais para as línguas românicas em geral. A terceira hipótese parece a mais provável, porque um núcleo funcional pode ser expresso por verbos não-correspondentes nas diferentes línguas.

Na proposta de Cinque (2006), o $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ corresponde a um único núcleo funcional, localizando-se acima de VoiceP , entre os núcleos $\text{Asp}_{\text{frequentativo}}$ e $\text{Asp}_{\text{terminativo}}$, como mostrado em (81). Os exemplos a seguir, transcritos do autor (op.cit., p. 92), constituem evidências do italiano para a localização do núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$:

- (86) a. Non gli soleva voler dare i suoi appunti.
 ‘Não lhe costumava querer dar seus apontamentos’
- b. *Non gli voleva soler dare i suoi appunti.
 ‘Não lhe queria costumar dar seus apontamentos’
- (87) a. ?Gli tornò a voler dare il suo appoggio.
 ‘A ele (ele) voltou a querer dar o seu apoio’

- b. Gli volle tornare a dare il suo appoggio.
‘A ele (ele) quis voltar a dar o seu apoio’
- (88) a. Gli vorrebbe smettere di parlare.
A ele (ele) queria parar de falar.
- b. *Gli smetterebbe di voler parlare.
‘A ele (ele) pararia de querer falar’
- (89) a. Gliene voglio continuare a parlare.
‘A ele disto eu quero continuar a falar’
- b. *Gliene continuo a voler parlare.
‘A ele disto eu continuo a querer falar’

O contraste de gramaticalidade entre as sentenças em (86) revela que o núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$, representado pelo verbo *volere* (querer), ocupa uma posição mais baixa que a do núcleo $\text{Asp}_{\text{frequentativo}}$, representado por *solere* (costumar). Os exemplos em (87) mostram que o núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ pode se posicionar antes ou depois do núcleo $\text{Asp}_{\text{repetitivo}}$, representado pelo verbo *tornare* (voltar a), embora a sequência $\text{Mod}_{\text{volitivo}} > \text{Asp}_{\text{repetitivo}}$ seja preferida, como sugere a diferença no grau de aceitabilidade dessas sentenças. Essa alternância não constitui, entretanto, um contra-argumento à proposta de Cinque, por haver na hierarquia duas posições distintas para o núcleo $\text{Asp}_{\text{repetitivo}}$, uma antes do núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$, conseqüentemente, antes de VoiceP , e outra depois de VoiceP . A existência desses dois núcleos em posições distintas explicaria as possibilidades de ordenamento ilustradas em (87). As sentenças em (88) mostram uma única possibilidade combinatória para os verbos *volere* (querer) e *smettere* (parar de). É importante observar que *smettere* nesse contexto está marcando a interrupção do evento em um ponto arbitrário, correspondendo, provavelmente, ao $\text{Asp}_{\text{terminativo}}$, que ocupa uma única posição na hierarquia, depois do núcleo $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$. Por fim, os exemplos em (89) mostram que o $\text{Mod}_{\text{volitivo}}$ precede o $\text{Asp}_{\text{continuativo}}$, visto que (89a) é possível em italiano, e (89b) não.

Nesta seção, pretende-se buscar evidências do PB para ordenar os núcleos funcionais em uma hierarquia a fim de compará-la com a apresentada em (81). Segundo a argumentação de Cinque, essa hierarquia não tem validade apenas para o italiano, mas se estende às línguas românicas em geral. Por essa razão, constitui também objetivo deste trabalho investigar a ordem proposta por Cinque no PB.

Além disso, a literatura sobre o fenômeno de Reestruturação não oferece uma explicação plausível para esse processo ser desencadeado pelos verbos de controle e de alçamento que expressam noções de modalidade, aspecto e movimento. As análises, de forma geral, atribuem essa restrição a propriedades semânticas desses verbos. Para Cinque, entretanto, esse fato pode ser explicado pela proposta da hierarquia dos núcleos funcionais, pois os verbos modais, aspectuais e de movimento abrigam um significado correspondente a um núcleo funcional específico, independentemente da ocorrência do processo de Reestruturação.

Para investigar a proposta de Cinque no PB, seguiremos a mesma sistemática adotada pelo autor, que inicia a análise pelos testes de ordenamento entre os núcleos funcionais $Asp_{habitual}$ e $Asp_{predisposicional}$, cujos verbos representativos são *solere* (costumar) e *tendere* (tender a), respectivamente. Em (90) e (91), são mostrados exemplos do ordenamento desses verbos no italiano, conforme dados de Cinque (2006, p. 83):

- (90) a. ?Certe cose le si suole tendere a fare subito.
 ‘Certas coisas eles (próprios) costumam tender a fazer imediatamente’
- b. *Certe cose le si tende a soler fare subito.
 ‘Certas coisas eles (próprios) tendem a costumar fazer imediatamente’
- (91) a. (?) Certe cose si sogliono tendere a fare in vecchiaia.
 ‘Certas coisas se costuma tender a fazer na velhice’
- b. *Certe cose si tendono a soler fare in vecchiaia.
 ‘Certas coisas se tende a costumar a fazer na velhice’

Os exemplos acima constituem evidências em favor da ordem $Asp_{habitual} > Asp_{predisposicional}$, pois as construções em (90a) e (91a), embora constituam sentenças questionáveis para alguns falantes, são consideradas gramaticais em italiano. Já os exemplos em (90b) e (91b), em que o $Asp_{predisposicional}$ precede o $Asp_{habitual}$, são agramaticais nessa língua. É importante observar ainda que esses verbos estão sendo empregados como predicados de Reestruturação, conforme evidenciado pelo alçamento do clítico e movimento longo do objeto. No PB, a ordem correspondente a esses núcleos parece ser a mesma do italiano, como mostrado a seguir:

- (92) a. ?Ele costuma tender a falar sobre poesia.
 b. *Ele tende a costumar falar sobre poesia.

O núcleo $Asp_{habitual}$ no PB corresponde aos verbos *costumar* e *usar*, que remetem à ideia de hábito ou repetição de uma ação. Já o $Asp_{predisposicional}$ está correlacionado ao verbo *tender a*, cujo significado é o de pretender fazer algo. O PB apresenta resultados semelhantes aos do italiano para a ordem desses núcleos funcionais, visto que a única possibilidade de ordenamento é aquela em que o $Asp_{habitual}$ precede o $Asp_{predisposicional}$, exemplificada em (92a).

No italiano, o núcleo $Asp_{predisposicional}$ segue o $Asp_{habitual}$, mas precede o $Asp_{repetitivo}$, como mostra o exemplo (93), extraído de Cinque (op. cit., p. 83):

- (93) a. Certe cose si tendono a tornare a fare da vecchi.
 ‘Certas coisas se tendem a voltar a fazer quando velho’.
- b. *Certe cose si tornano a tendere a fare da vecchi.
 ‘Certas coisas se voltam a tender a fazer quando velho’

O verbo *tornare*, em italiano, corresponde ao núcleo $Asp_{repetitivo}$. Quando este se combina com o núcleo $Asp_{predisposicional}$, o único ordenamento possível é $Asp_{predisposicional} > Asp_{repetitivo}$, como revela o contraste de gramaticalidade entre (93a) e (93b). O PB se comporta de modo semelhante ao italiano também em relação à ordem desses núcleos, como mostram as diferenças de gramaticalidade em (94):

- (94) a. Ele tende a voltar a falar sobre esse assunto.
 b. *Ele volta a tender a falar sobre esse assunto.

O exemplo acima reafirma a existência de uma hierarquia para os predicados funcionais no PB, pois o verbo *tender a*, que corresponde ao núcleo $Asp_{predisposicional}$, pode ser empregado antes do verbo *voltar a*, correspondente ao núcleo $Asp_{repetitivo}$, mas não o contrário.

Os contrastes de gramaticalidade mostrados nos exemplos de (90) a (94) permitem um ordenamento parcial dos predicados funcionais no PB:

- (95) ... $Asp_{habitual} > Asp_{predisposicional} > Asp_{repetitivo}$

A ordem mostrada em (95) é a mesma proposta por Cinque para as línguas românicas, exibida em (81). Há, entretanto, alguns núcleos funcionais que apresentam um ordenamento hierárquico diferente no PB e no italiano. Este é o caso, por exemplo, dos núcleos $Asp_{\text{frustrativo/de sucesso}}$ e Asp_{conativo} . No italiano, o núcleo Asp_{conativo} precede o $Asp_{\text{frustrativo/de sucesso}}$, como mostram os exemplos a seguir, transcritos de Cinque (op. cit., p. 85):

- (96) a. Certe cose non si riescono nemmeno a provare a fare.
 ‘Certas coisas não se conseguem nem ao menos tentar fazer’
- b. *?Certe cose non si provano nemmeno a riuscire a fare.
 ‘Certas coisas não se tentam nem ao menos conseguir fazer’
- (97) a. Le riuscirai almeno a provare a telefonare?
 ‘Você conseguirá ao menos tentar telefonar para ela?’
- b. *Le proverai almeno a riuscire a telefonare?
 ‘Você tentará ao menos conseguir telefonar para ela?’

Os verbos de Reestruturação que expressam o $Asp_{\text{frustrativo/de sucesso}}$ e o Asp_{conativo} no italiano são, respectivamente, *(non)riuscire* (a) ((não) conseguir) e *provare* (tentar). Os dados apresentados anteriormente revelam que o único ordenamento possível desses núcleos em italiano é $Asp_{\text{frustrativo/de sucesso}} > Asp_{\text{conativo}}$. O PB permite, entretanto, as duas possibilidades de ordenamento, como se verifica a seguir:

- (98) a. Ele não conseguiu nem ao menos tentar falar com os patrocinadores.
- b. ?Ele tentou conseguir falar com os patrocinadores.

A gramaticalidade das sentenças acima revela que o núcleo $Asp_{\text{frustrativo/de sucesso}}$ pode preceder o núcleo Asp_{conativo} , como em (98a), ou segui-lo, como em (98b). A dupla possibilidade de ordenamento desses núcleos constitui, em princípio, um contra-argumento à proposta de Cinque, uma vez que o autor não prevê duas posições distintas para nenhum dos núcleos em questão. É importante observar, entretanto, que a ordem preferida para esses núcleos no PB é a proposta em (81), em que o $Asp_{\text{frustrativo/de sucesso}}$ antecede o

$Asp_{conativo}$, como se depreende da diferença no grau de aceitabilidade das sentenças (98a) e (98b).

Uma outra distinção na ordem hierárquica dos núcleos funcionais do italiano para o PB se manifesta com os verbos *smettere di* (parar de) e *riuscire a* (tentar), que remetem, respectivamente, aos núcleos $Asp_{terminativo}$ e $Asp_{conativo}$. Para ilustrar essa diferença, contrastamos um exemplo do italiano, extraído de Cinque (op. cit., p. 86), com um exemplo do PB:

- (99) a. ?Gianni la smise di provare a riparare.
 ‘Gianni a (clítico) parou de tentar consertar’
- b. *Gianni la provo a smettere di riparare.
 ‘Gianni a (clítico) tentou parar de consertar’
- (100) a. João parou de tentar fumar.
 b. João tentou parar de fumar.

O exemplo (99) revela que a ordem desses núcleos na hierarquia, tendo por base o italiano, é $Asp_{terminativo} > Asp_{conativo}$, mesmo levando-se em conta a baixa aceitabilidade da sentença (99a). O PB, entretanto, permite a dupla possibilidade de ordenamento, com o núcleo funcional $Asp_{terminativo}$ antecedendo ou seguindo o núcleo $Asp_{conativo}$, como mostra a boa formação das sentenças em (100a,b). É importante observar que a sequência $Asp_{terminativo} > Asp_{conativo}$, exemplificada nas sentenças em (99a) e (100a), não requer contextos tão restritos, pois ela indica que o sujeito da construção finalizou suas tentativas de realizar algo. Já a combinação inversa exige um contexto bem mais restrito para seu emprego, pois se torna aceitável apenas quando o término da ação não depende unicamente do sujeito, e isso ocorre em casos de dependência química, por exemplo, como o ilustrado em (100b). Nesse caso, entretanto, a possibilidade de alternância dos núcleos funcionais pode ser explicada pela proposta de Cinque, que postula a existência de dois núcleos que marcam o final de um evento: o $Asp_{terminativo}$, que se localiza acima do núcleo VoiceP e marca a interrupção do evento em um ponto arbitrário, e o $Asp_{completivo}$, localizado abaixo de VoiceP, que marca o término do evento em seu ponto final natural.

A localização de um verbo em relação ao núcleo VoiceP se refletirá também no seu comportamento em relação à formação da passiva longa ou da passiva encaixada. Conforme Cinque (2006, p. 87), os núcleos funcionais acima de VoiceP resistem à passiva longa pela impossibilidade na teoria de realização de movimento para baixo, impedindo, assim, a forma passiva de chegar seu traço no núcleo VoiceP. Como é possível observar em

(81), os núcleos que ocupam mais de uma posição na hierarquia proposta por Cinque são $Asp_{inceptivo}$, $Asp_{celerativo}$, $Asp_{completivo}$, $Asp_{repetitivo}$ e $Asp_{frequentativo}$. É esperado, portanto, que os verbos que expressam esses aspectos permitam tanto a formação de uma passiva longa quanto o encaixe de uma sentença passiva.

Uma das propostas deste trabalho é testar pormenorizadamente a hierarquia dos núcleos funcionais apresentada por Cinque (2006), por esta permitir explicar alguns processos relacionados ao fenômeno da Reestruturação, como a formação da passiva longa e o encaixe de uma passiva, e, ainda, auxiliar na identificação dos verbos que desencadeiam a formação de um predicado complexo. É possível também que a estrutura envolvendo verbos de Reestruturação e auxiliares seja consequência da posição que estes ocupam na hierarquia dos núcleos funcionais.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foram apresentados os principais fatores determinantes do processo de Reestruturação nas línguas românicas e sua possível manifestação no PB. Conforme assinalado ao longo das seções, algumas propriedades importantes na identificação dos predicados complexos não podem ser testadas no PB. Este é o caso do fenômeno do alçamento do clítico e do movimento longo do objeto em estruturas de controle.

Em relação aos fenômenos da negação sentencial, da dependência temporal do domínio encaixado e da ordem relativa dos verbos de Reestruturação, o PB parece comportar-se de modo semelhante às demais línguas românicas, permitindo, assim, a realização de testes que revelem a formação de predicado complexo. A possibilidade de inserção de material lexical entre os verbos da sequência, constatada no PB, não constitui, entretanto, evidência contrária à Reestruturação, pois a maioria das línguas em que ocorre esse processo também admite a interrupção da adjacência verbal.

Na sequência do trabalho, os verbos classificados como predicados de Reestruturação serão submetidos a testes indicadores do processo de auxiliaridade verbal. É provável que apenas um pequeno grupo desses predicados se comporte como um verbo auxiliar genuíno, uma vez que este se caracteriza por apresentar, dentre outras propriedades, a perda de conteúdo lexical, podendo combinar-se com diferentes sujeitos e verbos. Com base na proposta de Cinque (2006) e sua manifestação no PB, é

possível formular a seguinte hipótese: o grau de auxiliaridade de um núcleo funcional está diretamente relacionado à sua posição na hierarquia transcrita em (81), sendo mais auxiliares aqueles que ocupam as mais altas posições. É esperado, portanto, que o primeiro verbo em um grupo verbal apresente mais propriedades de um auxiliar que os demais verbos da sequência.

4 O PROCESSO DE AUXILIARIDADE VERBAL NO PB

4.1 O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE

Antes da análise das propriedades de um auxiliar, será feita, na seção 4.1.1, uma breve exposição sobre a hipótese inacusativa. O aspecto determinante para que um verbo constitua um auxiliar é a sua c-seleção; por isso são apresentados, na seção 4.1.2, os possíveis complementos de cada grupo de verbos que compõe a classe inacusativa. Por fim, na seção 4.1.3, se apresenta a classe dos auxiliares como uma subclasse dos inacusativos, restringindo-se, em uma primeira instância, aos grupos que selecionam VP/infinitivo, gerúndio ou particípio como seu complemento.

4.1.1 A HIPÓTESE INACUSATIVA

Essa hipótese foi formulada por Perlmutter (1978) e adaptada por Burzio (1986) ao modelo de Princípios e Parâmetros (P&P). Ela foi inspirada nas línguas ergativas, que apresentam construções em que o sujeito de alguns verbos intransitivos das línguas nominativas se alinha morfologicamente ao objeto de verbos transitivos, sendo empregado o mesmo Caso morfológico para as duas funções sintáticas. A hipótese inacusativa postula que a classe de verbos intransitivos consiste de duas subclasses: a dos verbos inacusativos e a dos verbos inergativos, cada uma delas associada a uma configuração sintática distinta. Um verbo inacusativo se caracteriza por selecionar apenas argumento interno, não projetando a posição do argumento externo. Os verbos inergativos, por outro lado, selecionam argumento externo, mas não argumento interno. A configuração sintática associada aos membros dessas classes poderia ser representada conforme (1):

- (1) a. inacusativos: _____ [VP [V' V DP]]
 b. inergativos: [VP DP [V' V]]

A estrutura sintática representada em (1a) apresenta os inacusativos como um grupo de verbos que seleciona apenas argumento interno. Os verbos

inergativos, por sua vez, selecionam apenas o argumento externo, como mostra a representação em (1b).

O que torna as duas classes de verbos semelhantes na superfície é que o DP argumento desses verbos vai acabar sendo o sujeito da sentença, produzindo em línguas como o português brasileiro a ordem $DP_{\text{suj}} V^{43}$. O que motiva essa unificação de ordem é, de acordo com o modelo GB, a marcação casual do DP. Em ambas as construções, o DP é gerado em posição sem caso, quer seja a posição de argumento externo, quer seja a posição de argumento interno de um inacusativo (note que um inacusativo é incapaz de atribuir caso). Nas duas situações, o DP deve ser movido para Spec/IP para ser marcado com caso nominativo.

Existem várias maneiras para reconhecer se uma sentença $[DP_{\text{suj}} V]$ contém um verbo inergativo ou inacusativo. Para este trabalho, recorreremos a uma: o DP argumento dos inergativos tem propriedades prototípicas de agente; o dos inacusativos tem propriedades de tema.

A (im)possibilidade de acréscimo de um sufixo agentivo à forma verbal explicita essa diferença. Os verbos inergativos e muitos transitivos selecionam um DP com traços agentivos como argumento externo. É esperado, portanto, que esses verbos aceitem sufixos agentivos, como [-or] ou [-nte], no processo de nominalização. Os verbos inacusativos, por sua vez, não selecionam DPs com traço agentivo. Como consequência, estes não devem se combinar com sufixos agentivos⁴⁴. O exemplo a seguir mostra os resultados das nominalizações em [-or] para os verbos inergativos, transitivos e inacusativos, respectivamente:

- (2) a. trabalhador
 b. demolidor
 c. *surgidor

A boa formação dos nomes em (2a) e (2b) revela que o acréscimo do sufixo [-or] é possível em formas verbais inergativas e transitivas, revelando que estas atribuem papel temático de agente ao seu argumento DP. Já a má-formação de (2c) manifesta a impossibilidade de nominalização em [-or] a partir de verbos inacusativos, indicando que estes selecionam um DP com

⁴³ Estamos deixando de lado questões como aquelas envolvidas na focalização, de que pode resultar a ordem $V DP_{\text{suj}}$.

⁴⁴ Quando acontece de um verbo prototipicamente inacusativo figurar em uma derivação desviante com sufixo agentivo, a interpretação do derivado implica uma certa mudança na grade temática da base verbal, com acréscimo de traços agentivos. Isto é o que se observa em *chegador* (aquele que mete a lenha na fomalha).

propriedades de argumento interno, cujo papel temático é, prototipicamente, o de tema.

4.1.2 COMPLEMENTOS SELECIONADOS PELOS INACUSATIVOS

Nesta seção, vamos estender a noção de inacusatividade, com base em Miotto et al. (2004), a todos os verbos que não selecionam um argumento externo e que selecionam um complemento. Assim, serão concebidos como inacusativos os verbos que subcategorizam, além de DP, uma *small clause* (SC), um CP, um VP/infinitivo, gerúndio ou participípio ativo ou passivo.

Começando por verbos que subcategorizam um DP, a noção clássica de inacusativo, observemos o exemplo em (3):

- (3) a. [apareceu [_{DP} a Marta]]
 b. [_{IP} A Marta_i apareceu_v [_{VP} t_v t_i]]

O inacusativo *aparecer* seleciona o DP *a Marta* como seu complemento e atribui-lhe o papel- θ de tema. Esse DP é gerado na posição de argumento interno do verbo e alçado para a posição Spec/IP para receber caso, conforme mostra (3b). Os verbos *nascer*, *morrer*, *surgir*, *crescer*, entre outros se comportam como *aparecer* em relação à c-seleção.

Um verbo inacusativo pode selecionar também como seu complemento uma SC. Esta pode ter como núcleo do seu predicado um DP, um sintagma adjetival (AP) ou, ainda, um sintagma preposicional (PP). As sentenças em (4) ilustram essas possibilidades:

- (4) a. A Marta é uma criança.
 a'. é [_{SC} a Marta [_{DP} uma criança]]
 b. A Marta é carinhosa.
 b'. é [_{SC} a Marta [_{AP} carinhosa]]
 c. A Marta é de fibra.
 c'. é [_{SC} a Marta [_{AP} de fibra]]

O DP *a Marta*, que aparece na posição de sujeito do inacusativo *ser* em (4a), (4b) e (4c), é, na verdade, sujeito da SC. Como o predicado da SC, em todas as sentenças em (4), é preenchido por um elemento incapaz de atribuir caso, há o alçamento do DP para Spec/IP, posição em que recebe nominativo.

Os inacusativos selecionam também um CP como seu complemento. Este é o caso dos verbos *parecer*, *constar*, *obstar*, *convir*. A sentença a seguir ilustra essa construção com *parecer*:

- (5) a. Parece [_{CP} que esse robô dança]
 b. [_{IP} pro_{expl} parece_v [_{VP} t_v [_{CP} que [_{IP} esse robô_i dança_k [_{VP} t_i t_k]]]]]]

O DP *esse robô* não se move para Spec/IP matriz para ser marcado com caso, pois recebe nominativo na sentença encaixada⁴⁵. Na posição de sujeito da sentença matriz, temos um expletivo nulo.

Os tipos de verbo exemplificados em (4) e (5) apresentam complementos idênticos no que diz respeito a comporem um ambiente inacusativo, mas que se opõem por um aspecto especial: o complemento CP dos verbos em (5) está dotado de todas as condições para prover o caso de um DP interno a ele, enquanto o complemento SC não está. Essa distinção explica a configuração da sentença resultante (ver Miotto e Foltran, 2007). Se o alçamento de DP está envolvido (veja também quando o verbo subcategoriza um DP complemento), então o caso do DP não está disponível dentro do complemento, como ilustramos em (6a).

- (6) a. V_{inacc} [_{SC} DP] → [_{IP} DP_i V_{inacc} [_{SC} t_i]]
 b. V_{inacc} [_{CP} que DP] → [_{IP} pro_{expl} V_{inacc} [_{CP} que DP]]

Se o alçamento do DP para o IP matriz não está envolvido, como ilustramos em (6b), então o caso para ele está disponível dentro do CP encaixado.

Em ambiente acusativo, um DP desprovido de caso nunca é alçado para Spec/IP, como ilustramos em (7). Na situação (7a), em que o DP não pode ser marcado por caso dentro da SC, o verbo lhe atribui excepcionalmente caso.

- (7) a. V_{acc} [_{SC} DP_{acc}] → João considera a Marta inteligente
 b. V_{acc} [_{CP} que DP] → João considera que a Marta é inteligente

Em (7b), como em (6b), o caso do DP é provido dentro do CP. As sentenças em (7) podem ser apassivadas, conforme mostrado em (8):

⁴⁵ O verbo *parecer* em particular permite um tipo de ‘superalçamento’ que leva o sujeito encaixado de uma posição marcada por nominativo para outra posição marcada por nominativo, produzindo uma cadeia excepcional marcada por dois casos (nominativos):

(1) Os robôs_i parecem que t_i dançam.

- (8) a. A Marta é considerada inteligente.
 a'. [_{IP} A Marta_i é_v [_{VP} [_{V'} t_v [_{PartP} considerada_k [_{VP} t_k [_{SC} t_i inteligente]]]]]]]
 b. É considerado que a Marta é inteligente.

O efeito principal da apassivação é que ela cria, por assim dizer, um ambiente inacusativo. Por figurar agora em um ambiente inacusativo, o complemento de *considerar* passa pelas mesmas transformações descritas em (6): o sujeito da SC é alçado para o Spec/IP matriz em (8a), mas não em (8b).

Outros verbos têm um complemento parecido com uma SC no que diz respeito a não disponibilizar caso para DPs, que, por isso, devem ser alçados para Spec/IP. São verbos como *dever* ou *parecer*, que subcategorizam um complemento infinitivo:

- (9) a. Maria deve sorrir.
 b. Maria parece sorrir.

No português, não conseguimos apontar diferenças entre os infinitivos subcategorizados por esses verbos. A observação de línguas como o inglês, entretanto, permite concluir que se trata de complementos diferentes:

- (10) a. Mary must laugh
 b. Mary seems to laugh.

O que parece a mesma coisa em português, em inglês, aparece como duas construções distintas: com ou sem a partícula *to*, que denota infinitivo. Por isso, afirma-se que, em inglês, verbos como *must* têm um VP como complemento, conclusão sustentada pela forma nua do verbo que encabeça o complemento. Por outro lado, verbos como *seem* têm um infinitivo como complemento.

Podemos estender as observações sobre o inglês para o português, afirmando que a forma verbal do infinitivo (sem contar o infinitivo pessoal) é ambígua: o afixo de infinitivo expressa a forma verbal nua, digamos em estado de dicionário; ou expressa realmente um infinitivo, isto é, uma forma verbal que sofreu algum tipo de flexão: afixação do /-r/ marcador de infinitivo. Por isso, dizemos que o complemento infinitivo de *dever*, *poder*, *ir*, na acepção que nos interessa, é um VP. O complemento infinitivo de

parecer, costumar, por outro lado, é um InfP (ou um CP transparente para o alçamento de um DP para a posição A de sujeito)⁴⁶.

Outros verbos inacusativos têm ainda um complemento encabeçado por uma preposição: *começar, continuar, terminar, acabar, vir*:

- (11) a. Pedro começou a correr.
 b. Marta continua a cantar.
 c. Maria terminou de traduzir o texto.
 d. Pedro acabou de/por lutar.
 e. Muitos alunos vieram a questionar nossa avaliação.

A preposição, que é nitidamente funcional, é regida pelo verbo e é seguida obrigatoriamente de um infinitivo. Nessas construções, o argumento externo do verbo no infinitivo não é marcado por caso no complemento, devendo ser alçado para o Spec/IP matriz, como ilustramos com *começar* em (12):

- (12) a. [_{IP} começou [_a Pedro correr]]
 b. [_{IP} Pedro_i começou [_a t_i correr]]

Ao contrário do que acontece com outras preposições, a que encabeça o complemento desses verbos não barra a subida do argumento externo do verbo encaixado.

Os verbos *estar, andar, vir, ficar, permanecer e continuar* são inacusativos que selecionam como complemento um GerP:

- (13) a. Marta está contando piadas.
 b. Pedro anda trabalhando muito.
 c. Maria vem superando suas dificuldades.
 d. Os convidados ficaram aguardando o aniversariante por horas.
 e. Os alunos permaneceram trabalhando em silêncio.
 f. Os integrantes do MST continuam reivindicando seus direitos.

O complemento desses verbos também constitui um ambiente inacusativo, resultando que, se o complemento contém um DP desprovido de caso, ele vai ser alçado para Spec/IP. O complemento gerúndio pode ser parafraseado muitas vezes por um complemento encabeçado pela preposição *a*, conforme o exemplo a seguir:

⁴⁶ O complemento infinitivo de *desejar* deve ser diferente do de *parecer* já que, sob a concepção clássica, o domínio encaixado está protegido da regência e atribuição de Caso do verbo matriz: a proteção é exercida por um CP invisível.

- (14) a. Pedro continuou fazendo o trabalho árduo.
b. Pedro continuou a fazer o trabalho árduo.

As paráfrases indicam (ver Gonçalves (1999, p. 478)) que a preposição *a* tem valor aspectual equivalente àquele que é expresso pelo gerúndio. O fato de a preposição não barrar o alçamento do DP para Spec/IP pode ser associado ao valor aspectual que a preposição tem.

Por fim, os inacusativos ainda podem subcategorizar como complemento um PartP, conforme mostra o exemplo a seguir:

- (15) Tem [_{PartP} Marta cantado nas festas]

Os verbos representantes desse grupo são *ter* e *haver*⁴⁷. A construção em (15) é semelhante às exemplificadas em (9), (11) e (13), em que os inacusativos também selecionam como seu complemento uma forma nominal, incapaz de atribuir caso ao argumento externo do verbo encaixado que, como em todos os outros casos, é alçado para Spec de IP.

A extensão da hipótese inacusativa realizada nesta seção permite unificar o tratamento dos verbos que vimos discutindo: todos são verbos inacusativos. O que os distingue são as propriedades de subcategorização. Apesar de os complementos poderem ser de diversas categorias, eles constituem domínios idênticos, de onde DPs desprovidos de caso podem/devem ser movidos para (a posição A de) Spec/IP. Estendendo a hipótese inacusativa a esse conjunto de verbos, vamos realçar que ser inacusativo é uma propriedade necessária de todo verbo auxiliar.

4.1.3 AUXILIARES COMO UMA SUBCLASSE DOS INACUSATIVOS

Nesta seção, vamos mostrar que os auxiliares constituem uma subclasse dos verbos inacusativos. O fato de que ser inacusativo é uma propriedade necessária de um verbo auxiliar permite excluir os verbos de controle desta classe. Mesmo que verbos de controle como *querer* formem predicado complexo, o fato de selecionarem argumento externo os exclui da classe dos auxiliares. Em consequência, o complemento dos auxiliares não pode ser encabeçado por um PRO. Como são verbos de alçamento, seu complemento deve conter um vestígio.

⁴⁷ O verbo *ter* inacusativo é equivalente ao verbo *haver*. Este apresenta, entretanto, uma baixa frequência de uso no PB atual, estando restrito a situações formais de comunicação.

Porém, nem todo verbo de alçamento é auxiliar. Um verbo de alçamento que parece não ser auxiliar é *parecer*, que não passa no teste tradicional da “sentença desenvolvida”:

- (16) a. Maria parece estar feliz.
b. Parece que Maria está feliz.

(16b) mostra que o complemento de *parecer* pode ser um CP pleno. Um auxiliar tem que ser um verbo que, pelo menos, deve estar em processo de gramaticalização, isto é, tem que ser um verbo com alguma propriedade funcional⁴⁸. Essa exigência exclui os inacusativos lexicais da classe dos auxiliares. Se concebemos que existe uma “escala de auxiliaridade”, podemos dizer que ela abrange os verbos que em uma ponta são os mais e na outra ponta os menos gramaticalizados. Nossa ideia é que os mais gramaticalizados ocupam posição mais alta na hierarquia de Cinque (2006).

Independentemente do grau de gramaticalização, nenhum auxiliar seleciona propriamente argumentos, do que se deduz que eles são incapazes de atribuir papel temático. O que eles fazem, como os demais núcleos funcionais, é subcategorizar complementos. Portanto, dos complementos subcategorizados pelos auxiliares estão excluídos os DPs e os CPs (mesmo os CPs infinitivos encabeçados por um PRO), sintagmas que funcionam prototipicamente como argumentos. Assim, os inacusativos exemplificados em (17) não são auxiliares:

- (17) a. A encomenda chegou.
b. Parece que Maria cantou.

Este apontamento permite entender o teste tradicional de auxiliaridade que diagnostica como auxiliar o verbo que não pode ter seu complemento infinitivo desenvolvido em um CP encabeçado pelo complementizador *que*, como exemplificamos em (18):

- (18) a. *João deve que Maria venha.
b. João quer que Maria venha.

⁴⁸ Note que um verbo pode estar mais gramaticalizado em uma língua do que na outra, o que quer dizer que a escala de gramaticalização está sujeita a variações paramétricas. Veja o caso do modal *can* em inglês, que parece ter passado por um processo de gramaticalização mais profundo do que o que sofreu o modal *poder* em português.

O verbo *dever* reage ao teste da sentença desenvolvida enquanto o verbo *querer* (e *parecer*, ver (16b)) não reage.

Apesar de serem incapazes de atribuir papel temático, os auxiliares podem impor restrições semânticas de peso variável sobre seu complemento. Assim, por exemplo, o aspectual *começar* não combina com um complemento encabeçado por *estar*; em (19a), e o auxiliar de futuro *ir* pode ser seguido pelo de anterioridade *ter*, em (19b), mas não o inverso em (19c).

- (19) a. *Maria começou a estar doente.
b. Maria vai ter cantado quando João chegar.
c. *Maria tem ido cantar quando João chegar.

Quanto mais gramaticalizado se apresenta um auxiliar, menos restrições semânticas ele impõe. Por isso, o auxiliar *ir* de futuro parece ser o mais gramaticalizado de todos.

Lunguinho (2009) caracteriza os auxiliares como tendo um traço [V] que deve ser checado contra um traço compatível presente do seu complemento. Ao mesmo tempo em que esta caracterização descarta que os auxiliares possam ter argumentos (DPs e CPs), ela levanta uma discussão interessante. Primeiramente, ela nos leva a perguntar se os chamados copulativos são auxiliares. A nossa resposta a esta pergunta é que um verbo auxiliar não pode ser o único verbo da predicação, nem o último do grupo verbal. Se é o único ou o último verbo da predicação, seu complemento não vai apresentar o traço [V] que permite a checagem do traço [V] não interpretável do auxiliar.

Assim, pelo menos eliminamos o incômodo enfrentado na análise de um verbo como *estar*:

- (20) a. Maria está feliz.
b. Maria deve estar feliz.
c. Maria está sorrindo.

A análise tradicional é que em (20a) e (20b) *estar* é um verbo de ligação e que em (20c) é um auxiliar. O problema é que não se consegue detectar se *estar* é menos gramaticalizado em (20a) do que em (20b). Nem mesmo temos evidências de que o sentido de *estar* muda de uma sentença para outra: parece que *estar* expressa aspecto durativo em todas as sentenças de (20). Por isso, juntar à definição de auxiliar traços formais (isto é, não ser o único nem o último) elimina o incômodo de afirmar que *estar* ora é auxiliar

ora não é: ele é auxiliar quando faz parte de um grupo verbal e não é o último da sequência.

Em segundo lugar, o traço [V] do auxiliar permite averiguar com mais segurança o que é o complemento infinitivo de um auxiliar. Como afirmamos na seção 4.1.2, a forma do infinitivo pode ser considerada ou um infinitivo de fato ou um verbo em estado de dicionário. O infinitivo é tradicionalmente reconhecido como uma forma nominal do verbo. A partir dos exemplos em (21), observamos que o infinitivo está relacionado a posições casuais, ou seja, precisa ser marcado por caso:

- (21) a. [Escrever cartas] é uma arte. (Nominativo)
 b. João gosta de [escrever cartas]. (Oblíquo)
 c. João quer [escrever cartas]. (Acusativo)

Observe, em especial, o contraste abaixo apontado por Miotto et al. (2004):

- (22) a. João gosta que Maria escreva cartas.
 b. *João gosta escrever cartas.
 c. *João gosta cartas.

A preposição funcional *de* pode ser suprimida quando temos um CP como complemento do verbo *gostar*; entretanto, se o complemento do verbo é um DP, que precisa ser marcado por caso, ou um infinitivo, a ausência da preposição faz a sentença ficar agramatical. Por isso, podemos afirmar que o verdadeiro infinitivo precisa ser marcado por caso.

Quanto aos verbos auxiliares, seu complemento ocorre em um ambiente inacusativo. Por isso, o complemento infinitivo dos verbos auxiliares não deve ser um verdadeiro infinitivo, mas um VP (vP?): um VP não precisa ser marcado por caso.

O ambiente inacusativo do complemento permite entender também por que certos auxiliares subcategorizam um infinitivo preposicionado. Neste caso, podemos conceber que temos de fato um infinitivo e que a preposição é obrigatória para marcar o infinitivo com caso. Assim, o complemento subcategorizado por um auxiliar pode ser esquematizado como (23):

- (23) a. aux [VP]
 b. ... aux [PP[InfP]]

Estas conclusões são compatíveis com a postulação de Lunguinho (2009) de que o auxiliar tem um traço [V]. Este traço vai ser checado

naturalmente contra o complemento VP, como em (23a). Para que possa ser checado também contra o complemento PP, podemos pensar que a preposição funcional seria o preenchimento de um núcleo aspectual, portanto [V], subcategorizado pelo auxiliar.

4.2 ANÁLISE

Em nossa análise, vamos considerar auxiliar todo verbo que passou ou está passando por um processo de gramaticalização, manifestando propriedades de item gramatical. Mattoso (1979) define gramaticalização como um processo no qual um item lexical ou uma construção se torna um item gramatical ou, então, quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais, recebendo propriedades funcionais na sentença, sofrendo perda gradativa de seu significado lexical.

O processo de gramaticalização apresenta diferentes estágios. Nos estágios iniciais, é comum a permanência de propriedades lexicais nas formas gramaticalizadas. Ao longo do processo, os itens lexicais começam a ser utilizados com função gramatical específica, seu uso passa, então, a ser sistemático. Como consequência, ocorre sua cristalização morfológica e a perda gradual de sua mobilidade sintática: sua ordem torna-se mais rígida, resistindo a inversões ou intercalações de elementos. Estas são propriedades características do processo de gramaticalização que tomaremos por base para a classificação e hierarquização de um verbo na escala de auxiliaridade.

Os verbos candidatos a auxiliares no PB são os modais (*poder, dever, ter de/que*), os aspectuais (*tender, começar, continuar, costumar, parar, terminar, acabar*) e os verbos de movimento (*ir, vir*). Esses verbos podem desencadear a formação de um predicado complexo quando selecionam um complemento VP ou P InfP.

Nesta seção, pretende-se depreender o comportamento desses verbos em relação às restrições de seleção (θ -seleção e c-seleção). Paralelamente a essa análise, será examinada a passiva, que está intimamente relacionada à seleção temática por requerer argumento interno, que tanto pode assumir a forma de um DP quanto de um CP, como mostram as sentenças a seguir, respectivamente:

- (24) a. Marta vendeu meu carro.
b. Foi vendido [_{DP} meu carro].

- (25) a. Pedro disse que o João beijou a Maria.
b. Foi dito [_{CP} que o João beijou a Maria].

A possibilidade de formar passiva está relacionada à seleção de argumento interno. Se um verbo seleciona DP, como em (24a), ou CP, como em (25a), como argumento interno, pode ser apassivado, conforme indica a boa formação das sentenças passivas correspondentes em (24b) e (25b). Um verbo auxiliar, por sua vez, não seleciona argumentos, devendo, portanto, oferecer restrições à voz passiva.

A análise desses fatores permite explorar as possibilidades de complemento de cada verbo e sua relação semântica com o sujeito da sentença e com o verbo encaixado. Esperamos que esses resultados auxiliem na depreensão e hierarquização dos núcleos funcionais no PB, permitindo, assim, a investigação de nossa hipótese: a de que os verbos auxiliares correspondem aos núcleos mais altos na hierarquia proposta por Cinque (2006, p. 12; 93).

Primeiramente, examinamos a manifestação dos fatores acima citados nos verbos modais (seção 4.2.1). A seguir, abordamos os verbos indicadores de diferentes noções aspectuais (seção 4.2.2). Passamos, então, à análise dos verbos de movimento (seção 4.2.3) e, por fim, à análise dos verbos *ter* e *haver* (seção 4.2.4).

4.2.1 VERBOS MODAIS

Os modais *poder* e *dever* integram a lista dos predicados de Reestruturação de autores como Rizzi (1982), Aissen e Perlmutter (1983), Burzio (1986), Gonçalves (1999), Fukuda (2006) e Cinque (2006), constituindo, portanto, predicados funcionais em línguas como o italiano, o espanhol e o PE. Esses verbos manifestam várias propriedades características dos predicados de Reestruturação também no PB (ver capítulo 3). Para inseri-los na classe dos auxiliares, entretanto, é necessário observar seu comportamento em relação a fatores mais específicos dessa classe, como as restrições de seleção.

Conforme argumentado na seção 4.1.3, os verbos que podem desempenhar a função de um auxiliar selecionam um complemento VP, formando, assim, uma sequência verbal na estrutura de superfície. Para que essa sequência constitua um predicado complexo, não pode haver marcação temporal própria no domínio encaixado, sendo este temporalmente dependente do domínio matriz (ver capítulo 3, seção 3.2.5). Além disso, os

verbos auxiliares não selecionam argumentos, não admitindo, portanto, CPs na posição de complemento. Essas restrições impedem o desenvolvimento da sentença encaixada pelo acréscimo do complementizador *que*, como se verifica no exemplo (26b) a seguir:

- (26) a. Marta pode/deve/tem de estudar.
 b. *Marta pode/deve/tem de que estude.

A má-formação da sentença (26b) revela a impossibilidade de um CP figurar na posição de complemento dos modais. Esse resultado vai ao encontro da classificação dos modais como auxiliares, uma vez que rejeitam CPs, que constituem argumentos, na posição de complemento verbal.

Um outro traço característico dos verbos auxiliares é a restrição a DPs na posição de complemento. A presença de um DP, assim como de um CP, nessa posição revela traços de predicado lexical no verbo. Um auxiliar, por não dispor de papel- θ para atribuir, não seleciona nenhum argumento, apenas subcategoriza complemento. Os verbos *poder*, *dever* e *ter de/que*, embora rejeitem CPs na posição de complemento, parecem diferir quanto à (im)possibilidade de figurarem com um DP nessa posição. Por essa razão, esses verbos serão examinados separadamente em relação a este e a outros fatores ligados à auxiliaridade verbal.

4.2.1.1 *PODER*

Nossa análise começa com *poder*, que, aparentemente, admite um DP como complemento, como se verifica na sentença a seguir:

- (27) Deus pode [_{DP} tudo]

Contudo, há evidências de que o verbo *poder* esteja desempenhando a função de auxiliar em (27), selecionando um complemento VP, como *fazer*, na estrutura de base, como mostrado em (28):

- (28) Deus pode [_{VP} *fazer* tudo]

Um dos indicativos da presença de um VP na posição de complemento do verbo *poder* é a impossibilidade de formar passiva a partir de (27), conforme mostra o exemplo a seguir:

(29) *Tudo é podido por Deus.

A agramaticalidade de (29) corrobora a hipótese de que o DP *tudo* não constitui argumento interno de *poder*, visto que esse verbo não permite apassivação. O argumento interno é *fazer*. É possível que os auxiliares não admitam a passiva por ocuparem as posições anteriores a VoiceP na hierarquia de núcleos funcionais (Cinque, 2006, p. 87). Esses verbos são, entretanto, suscetíveis de ocorrer com um verbo apassivável, como *fazer*, havendo correspondência entre a sentença ativa em (28) e a passiva em (30):

(30) Tudo pode ser feito por Deus.

Uma outra evidência para a postulação de um verbo na posição de complemento de *poder* é a impossibilidade de substituir um DP agente, como *Deus*, em (27), por um DP inanimado, como *a pedra*, conforme mostra a agramaticalidade de (31a):

(31) a. *A pedra pode tudo.
b. *A pedra pode [_{VP} FAZER tudo]

A má-formação da sentença (31a) pode ser explicada pelas restrições de seleção. O DP *a pedra* é rejeitado na posição de sujeito em (31a), possivelmente, por ser incompatível com o verbo encaixado (*fazer*), que estabelece as restrições de seleção ao sujeito da sentença, como representado em (31b). Nos exemplos (27), (28) e (30), *poder* foi empregado com o sentido de *capacidade/habilidade* (*poder₁*)⁴⁹. Com esse sentido, *poder* não se combina com verbos impessoais, como se verifica nas sentenças a seguir:

(32) a. Pode nevar em Gramado.
b. Pode haver erros no projeto.

As sentenças (32a) e (32b) são possíveis com o verbo *poder* significando *possibilidade*, mas não *capacidade/habilidade*. Esse resultado, aliado à agramaticalidade das sentenças em (31), sugere que *poder₁* subcategoriza

⁴⁹ À semelhança de Pontes (1973, p. 98), associamos o sentido de *capacidade/habilidade* a *poder₁*; o sentido de *permissão*, a *poder₂*; e o sentido de *possibilidade*, a *poder₃*. Essa distinção permite apresentar os dados de forma mais clara. É importante observar, contudo, que, ao utilizarmos a mesma metodologia de análise de Pontes, não estamos, em princípio, nos comprometendo com sua proposta, em que *poder* é classificado como um verbo homônimo.

um VP cujo núcleo seleciona argumento externo agente/causador. *Poder₁* parece, portanto, manifestar restrições de seleção ao seu complemento. Como consequência, figura quase sempre em construções com sujeitos animados⁵⁰, mas parece não sofrer a flexão no imperativo, como mostram os exemplos a seguir:

- (33) a. Carlos pode₁ me contratar na empresa.
b. *Possa₁ me contratar na empresa.
- (34) a. O chimpanzé pode₁ comunicar suas necessidades básicas.
b. *Possa₁ comunicar suas necessidades básicas.

A má-formação das sentenças (33b) e (34b) revela que *poder₁* não pode ser flexionado no modo imperativo. Para expressar ideia de ordem a partir de sentenças como (33a), é preciso eliminar o modal e flexionar o verbo encaixado, como em (35):

- (35) Contrate-me na empresa, Carlos!

A incapacidade de encaixar *poder₁* em uma sentença com *mandar* ratifica sua restrição à flexão no imperativo (cf. Pontes, 1973, p. 105). As sentenças a seguir ilustram essa propriedade:

- (36) a. *Pedro mandou Carlos poder₁ me contratar na empresa.
b. Pedro mandou Carlos me contratar na empresa.

O contraste de gramaticalidade entre as sentenças (36a) e (36b) mostra que *poder₁* não admite imperativo; já o verbo *contratar*, sim. Esse resultado sinaliza que o sujeito da sentença encaixada (*Carlos*) constitui o argumento externo do verbo *contratar*, e não do verbo *poder₁*. Portanto, embora *poder₁* se combine, preferencialmente, com sujeitos animados, não parece oferecer restrições de seleção ao sujeito, que constitui o argumento externo do verbo encaixado.

É importante notar, contudo, que a flexão no imperativo por si só não representa um teste decisivo para excluir um verbo da classe dos auxiliares, não constituindo evidência da seleção de argumento externo. Prova disto é

⁵⁰ É possível *poder₁* se combinar também com DPs abstratos, como *o medo* em: “O medo não pode₁ me deter.” Nesse caso, entretanto, o DP sujeito parece carregar traços agentivos/causador (=agentes não-animados), como se estivesse em luta com o DP argumento interno do verbo encaixado.

que há verbos inacusativos com complemento DP e verbos copulativos que admitem essa flexão⁵¹.

O verbo *poder* expressa ainda uma ideia de (*ter*) *permissão/permissibilidade*, além da já abordada noção de *capacidade/habilidade*. Para facilitar a análise, associamos esse novo sentido ao item *poder*₂, cujo emprego é ilustrado em (37):

- (37) a. Pedro pode sair.
 b. O nome dessa testemunha pode aparecer no processo.
 c. O julgamento pode prosseguir sem a presença do réu.
 d. Pode haver reuniões na minha sala.

Em (37a), *poder* tem o sentido de (*ter*) *permissão* (e de possibilidade). Com o sentido de (*ter*) *permissão*, *poder* subcategoriza um VP cujo núcleo seleciona argumento externo com o traço [humano], o qual se tornará o sujeito da sentença. Em (37b-d), *poder* significa *permissibilidade*. Com esse sentido, *poder* não oferece restrições ao complemento, subcategorizando verbos inacusativos, como em (37b) e (37c), ou impessoais, como em (37d). Como consequência, pode figurar em sentenças cujo sujeito não é, necessariamente, humano, como em (37b) e (37c), ou ainda em sentenças sem sujeito, como em (37d).

Há, ainda, casos em que o sujeito da sentença exibe o traço [humano], mas *poder* não é associado ao sentido de (*ter*) *permissão*, como se verifica no exemplo a seguir:

- (38) a. Pedro pode morrer a qualquer momento.
 b. Maria pode cair da árvore.

Para que *poder* signifique (*ter*) *permissão*, é necessário não apenas que o sujeito da sentença seja humano, mas também que exiba marcação- θ de agente. Isso não ocorre nas sentenças em (38), pois os verbos subcategorizados por *poder* (*morrer* e *cair*) são inacusativos e marcam o DP que se tornará o sujeito da sentença com papel- θ de paciente. Nas

⁵¹ Alguns exemplos de verbos inacusativos que selecionam DP e admitem flexão no imperativo são *sair*, (*sobre*)*viver*, *morrer*, *cair*, *crescer*, (*des*)*aparecer*, *cessar*, *chegar*, *desmaiar*, *emagrecer*, *evoluir* e *partir*. Quanto aos verbos copulativos, é possível a forma imperativa com *ser*, *estar*, *ficar* e *permanecer*, conforme mostram as sentenças a seguir, extraídas de Lunguinho (2009, p. 93):

- (16) Esteja trabalhando quando eu voltar!
 (17) a. Seja educado com os convidados!
 b. Fique bonita para a festa!
 c. Permaneçam calados!

construções passivas, como (39b) a seguir, *poder* também não expressa uma noção de (*ter*) *permissão*:

- (39) a. Carlos pode assinar os projetos estruturais.
b. Os projetos estruturais podem ser assinados por Carlos.

Na sentença (39a), *poder* significa (*ter*) *permissão*. Neste caso, subcategoriza um VP cujo núcleo seleciona argumento externo agente/humano (*Carlos*). Na sentença (39b), *poder* subcategoriza um complemento passivo, passando a expressar uma noção de *permissibilidade*. Essa mudança de sentido revela que *poder* correspondente a (*ter*) *permissão* não admite a apassivação da sentença encaixada, manifestando um comportamento diferente do esperado para um verbo auxiliar.

*Poder*₂ parece, ainda, oferecer restrições ao tempo do verbo encaixado, subcategorizando apenas VPs que implicam futuridade, como em (40a):

- (40) a. Maria pode viajar sozinha.
b. Maria pode ter viajado sozinha.

Na sentença (40a), o verbo *poder* é ambíguo entre os sentidos (*ter*) *permissão* e *possibilidade*. Em (40b), entretanto, pode ser associado apenas ao sentido de *possibilidade*. Esse exemplo revela que *poder* com o sentido de (*ter*) *permissão* oferece restrições de natureza temporal ao seu complemento, admitindo nesta posição apenas verbos que implicam futuridade. Já *poder* com o sentido de *possibilidade* não impõe essa restrição ao complemento, combinando-se também com verbos que remetem ao passado, como em (40b).

A seguir, analisamos o comportamento do verbo *poder* com ideia de *possibilidade/probabilidade* (*poder*₃) em relação às restrições de seleção:

- (41) a. O Pedro pode₃ gritar.
b. *A pedra pode₃ gritar.
c. A pedra pode₃ cair.

A diferença de gramaticalidade das sentenças em (41) revela que as restrições de seleção são estabelecidas entre o sujeito e o verbo encaixado. Em (41a) e (41b), o sujeito deve ser animado, uma vez que o verbo *gritar* seleciona argumento externo, atribuindo-lhe o papel- θ de agente. Já a sentença (41c) admite um DP inanimado na posição de sujeito, atendendo

as restrições de seleção do verbo inacusativo *cair*, que seleciona apenas argumento interno, atribuindo-lhe, preferencialmente, o papel- θ de tema.

O verbo *poder*₃ se combina, ainda, com sujeitos expletivos, como mostra o exemplo a seguir:

(42) Pode₃ chover à noite.

Na sentença (42), *poder*₃ forma sequência com um verbo impessoal (*chover*), admitindo, conseqüentemente, um elemento expletivo na posição de sujeito. Conforme se depreende dos exemplos (41) e (42), *poder*₃ constitui um candidato a verbo auxiliar, uma vez que pode se combinar com quaisquer sujeitos ou verbos, não interferindo, portanto, nas restrições de seleção. A impossibilidade de flexionar *poder*₃ no modo imperativo ratifica suas propriedades auxiliares:

(43) a. Pedro pode₃ gritar.
b. *Pode₃/*Poss₃ gritar!

A sentença (43a) significa que *é possível que Pedro grite*. Com esse sentido, *poder* não admite a forma imperativa, como revela a má-formação da sentença (43b). Esse comportamento aproxima *poder*₃ dos verbos *poder*₁ e *poder*₂, que igualmente oferecem restrições a essa flexão.

Há casos, entretanto, em que *poder* se flexiona no imperativo, conforme mostram os exemplos a seguir:

(44) a. Pode ir tirando o cavalinho da chuva.
b. Pode ir se preparando para o pior.
c. Pode ir esquecendo tua mesada por um bom tempo!

As sentenças (44a), (44b) e (44c) são imperativas. O sentido de (44a), por exemplo, é equivalente ao da sentença *Vá tirando o cavalinho da chuva* ou, ainda, *Tira o cavalinho da chuva*. Contudo, a ideia associada ao verbo *poder*, em (44), parece não corresponder a nenhuma das abordadas ao longo desta seção.

O verbo *poder* parece, de fato, corresponder a mais de um núcleo funcional da hierarquia proposta por Cinque (2006). Prova disto é que esse verbo expressa conotações diferentes, dependendo da posição que ocupa em relação a outros verbos funcionais, como *estar*, por exemplo:

(45) a. O Pedro pode estar dirigindo.
b. O Pedro está podendo dirigir.

Na sentença (45a), em que *poder* está à esquerda do verbo *estar*, a sua única interpretação é a de *possibilidade/suposição*, correspondendo, portanto, ao núcleo Mod_{epistêmico}. Na sentença (45b), o verbo *poder* é ambíguo, podendo expressar *habilidade/capacidade* ou *(ter) permissão*, correspondendo, respectivamente, aos núcleos Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}. Esse resultado está de acordo com a hierarquia proposta por Cinque (2006, p. 12; 93). Nesta, o núcleo Mod_{epistêmico} antecede o Asp_{progressivo}, ao qual o verbo *estar* corresponde, e os núcleos Mod_{habilidade} e Mod_{permissão} o seguem.

A possibilidade de formar uma sentença com duas ocorrências do verbo *poder* em sequência corrobora a hipótese de que se trata de núcleos funcionais distintos, conforme proposta de Cinque:

(46) Depois deste acidente, Pedro pode₃ não poder_{1/2} mais dirigir.

O sentido da sentença (46) pode ser o de que *é possível que Pedro não seja mais capaz de dirigir depois do acidente* ou, então, o de que *é possível que Pedro não tenha mais permissão para dirigir depois do acidente*. A primeira ocorrência do verbo *poder*, em (46), admite uma única interpretação, a de Mod_{epistêmico}; já a segunda ocorrência é ambígua entre Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}. Os exemplos (45) e (46) constituem evidências do PB para a proposta de Cinque, uma vez que o Mod_{epistêmico} está posicionado antes dos núcleos Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}, que, por ocuparem posições muito próximas na hierarquia, manifestam um comportamento semelhante, como argumentado acima, podendo gerar, inclusive, interpretações ambíguas, como as de (45b) e (46).

Conforme os exemplos (27), (37), (41) e (42), o verbo *poder* remete a três sentidos: *poder*₁, que expressa *capacidade/habilidade*, em (27); *poder*₂, que expressa *(ter) permissão/possibilidade*, em (37); e, por fim, *poder*₃, que expressa *possibilidade/probabilidade*, nos exemplos (41a), (41c) e (42). O verbo *poder*₁ não figura em construções com verbos impessoais. O verbo *poder*₂ com o sentido de *(ter) permissão* também não. Já *poder*₂ com sentido de *possibilidade* forma sequência com verbos impessoais, como em (37d). O verbo *poder*₃ não oferece restrições ao complemento, formando sequência com quaisquer verbos, independentemente da classe e da noção temporal que expressam. A capacidade de combinar-se com verbos com diferentes noções temporais diferencia *poder*₃ dos demais *poderes*, que subcategorizam apenas complemento que é compatível com a ideia de futuridade.

Os núcleos associados aos sentidos de *poder*₁ e *poder*₂, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão} respectivamente, ocupam posições próximas na hierarquia, sendo separados apenas pelo núcleo Asp_{frustrativo/sucesso}. Esses núcleos estão a

duas posições de VoiceP. Já o núcleo associado ao sentido de *poder*₃, Mod_{epistêmico}, ocupa uma posição bem alta na hierarquia de núcleos funcionais. O comportamento dos modais no PB pode, em princípio, ser explicado pela proposta de Cinque, uma vez que o núcleo Mod_{epistêmico} manifesta mais propriedades de um verbo auxiliar em relação às restrições de seleção que os núcleos Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}, que ocupam posições próximas ao núcleo VoiceP.

4.2.1.2 *DEVER*

O verbo *dever*, à semelhança de *poder*, também aparece seguido por DP na posição de complemento. Nesse caso, *dever* está sendo empregado como verbo lexical, e o seu sentido é o de *ter dívida* (*dever*₁). As sentenças em (47), a seguir, ilustram esse uso:

- (47) a. Marta deve dinheiro para o João.
b. Aquela empresa deve 100 milhões para o fisco.

O *dever* lexical seleciona apenas sujeito [humano] (ou por metonímia uma instituição). Como verbo lexical, *dever* admite flexão no imperativo, como vemos em (48):

- (48) Deva dinheiro para o João, mas não para o Pedro.

A boa formação da sentença (48), com *dever* lexical na forma imperativa, é esperada, visto que esse verbo seleciona argumento externo com traços de agente/humano.

Além de ser um verbo lexical, *dever* pode ser um auxiliar:

- (49) a. Marta está devendo dinheiro para o João.
b. *Marta está devendo chegar cedo/dar dinheiro ao João.

Em (49a) vemos que *dever*, como qualquer verbo lexical, pode ser antecedido de um auxiliar como *estar* (veja também a presença do argumento *dinheiro*). Entretanto, em (49b) isto já não pode acontecer, o que nos leva à conclusão de que *dever* deve ser um verbo auxiliar sujeito à hierarquia de Cinque (2006, p. 12; 93): não pode ocorrer abaixo de *estar*.

Como verbo funcional, *dever* pode subcategorizar um VP, caso em que significa tanto *(ter)obrigação/obrigatoriedade* (*dever*₂) quanto

probabilidade, suposição (dever₃), correspondendo, respectivamente, aos núcleos ModP_{obrigação} e ModP_{epistêmico} da hierarquia de núcleos funcionais. Os exemplos (50) mostram que *dever* tanto pode ter sentido de *(ter)obrigação/obrigatoriedade*⁵² como de *probabilidade*:

- (50) a. Pedro deve registrar o filho.
 b. O nome dos pais deve constar na ficha de inscrição.
 c. A reunião do setor de pessoal deve acontecer hoje à tarde.
 d. Deve haver, sim, reunião do setor de pessoal hoje à tarde.

Quando significa *(ter) obrigação*, o sujeito da sentença deve ser humano, isto é, o verbo do complemento tem que selecionar um argumento humano, que vai ser alçado para a posição de sujeito, como vemos em (50a). Quando significa *obrigatoriedade*, o sujeito da sentença, se ela tem um, não é obrigatoriamente humano, como vemos em (50b-d).

O verbo subcategorizado por *dever/obrigação* deve também ter certas propriedades. Observe (51):

- (51) a. Pedro deve cair da ribanceira.
 b. Pedro deve morrer amanhã.

Apesar de os sujeitos de (51) terem o traço semântico [humano], condição necessária para se interpretar *dever* como *(ter)obrigação*, o verbo não pode ser daqueles que atribuem ao DP que vai ser o sujeito o papel temático de paciente, como é o caso de *cair* e *morrer*. Nessas sentenças, *dever* adquire apenas uma conotação epistêmica. Esta é também a conotação do verbo *dever* que seleciona um complemento passivo, como em (52b):

- (52) a. O pai deve registrar o filho.
 b. O filho deve ser registrado.

Embora *dever* possa ter sentido de *obrigatoriedade* (e de *probabilidade*), não pode em (52b) significar *obrigação*.

Os pares de sentenças a seguir revelam ainda um outro fator ao qual o verbo *dever* com sentido de *(ter) obrigação* parece oferecer restrições:

⁵² Mantemos *obrigação/obrigatoriedade* como sentido de um único verbo *dever* porque é difícil estabelecer a fronteira entre as duas noções, dado que elas têm a mesma raiz: /obrig-/. O que distingue os dois sentidos nas paráfrases é que o nome *obrigação* é selecionado pelo verbo *ter*. Em uso predicativo, *obrigatoriedade* e *obrigação* se aplicam a argumentos diferentes: *obrigação* → humano; *obrigatoriedade* → evento.

- (53) a. João deve pagar a prestação do carro.
 b. João deve ter pago a prestação do carro.

Em (53a), o verbo *dever* pode significar tanto (*ter*) *obrigação* quanto *probabilidade*. Em (53b), entretanto, apenas o sentido de *probabilidade* pode ser associado a *dever*. Esses dados revelam que *dever* com sentido de (*ter*) *obrigação/obrigatoriedade* subcategoriza apenas complementos que implicam futuridade; já *dever* com sentido de *probabilidade* parece não impor essa restrição ao complemento. Esse resultado corrobora a hipótese de que *dever* com sentido de *obrigação* e *dever* com sentido de *probabilidade* correspondem a núcleos funcionais diferentes na hierarquia, sinalizando ainda que este último ocupa uma posição mais alta que o primeiro.

Os verbos *dever* com sentido de *obrigatoriedade* e *dever* com sentido de *probabilidade* correspondem, respectivamente, aos núcleos funcionais ModP_{obrigação} e ModP_{epistêmico}, ambos localizados antes do núcleo VoiceP. É esperado, portanto, que não sejam apassiváveis, mas permitam a apassivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência ativa-passiva. Esse fenômeno é denominado transparência de voz (Hornstein, 2003). A sua importância para o estudo da auxiliariedade está em revelar efeitos de transparência no verbo matriz, que não constitui barreira para o alçamento do argumento interno do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença. Os exemplos a seguir ilustram esse fenômeno com o verbo *dever/obrigatoriedade* e *dever/probabilidade*, respectivamente:

- (54) a. As máquinas devem substituir o homem em vários setores da indústria.
 b. O homem deve ser substituído pelas máquinas em vários setores da indústria.
- (55) a. Marta deve ter comprado o vinho.
 b. O vinho deve ter sido comprado por Marta.

A gramaticalidade das sentenças (54b) e (55b) manifesta a possibilidade de apassivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência de sentido com as sentenças (54a) e (55a). Nas construções passivas, em (54b) e (55b), ocorre alçamento do argumento interno do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença, indicando que o verbo *dever*₂ e *dever*₃ não selecionam argumentos. Já o verbo *dever* com o sentido de (*ter*) *obrigação* não admite transparência de voz, pois a passiva não mantém a

correspondência de sentido com a ativa, conforme mostra o exemplo (52). Esse verbo também não é apassivável, como se verifica a seguir:

- (56) a. João deve registrar o filho.
b. *O filho é devido registrar.

Esses resultados sugerem que *dever* com o sentido de (*ter*) *obrigação* não ocupa uma posição acima de VoiceP na hierarquia de núcleos funcionais (Cinque, 2006, p. 12; 93), não constituindo, portanto, um verbo auxiliar.

As sentenças com dois ou mais verbos funcionais fornecem importantes indícios da posição ocupada por estes na hierarquia. Nos exemplos a seguir, ilustramos a possibilidade de combinação dos verbos funcionais *poder* e *dever*:

- (57) a. O nome dos pais deve poder constar na ficha de inscrição.
b. *O nome dos pais pode dever constar na ficha de inscrição.

- (58) a. Os anjos devem poder voar.
b. *Os anjos podem dever voar.

Na hierarquia de núcleos funcionais, o Mod_{epistêmico} e o Mod_{obrigação} antecedem o Mod_{permissão}, explicando, assim, a boa formação de (57a), que segue esse ordenamento, e a agramaticalidade de (57b), que não o segue. As sentenças em (58) também estão de acordo com a hierarquia proposta por Cinque, pois é bem formada apenas a sentença (58a), em que o Mod_{epistêmico} antecede o Mod_{habilidade}. Os exemplos (57) e (58) constituem, portanto, evidências do PB em favor da proposta de um único ordenamento dos núcleos funcionais para as línguas românicas, uma vez que as sentenças bem formadas são aquelas em que os núcleos modais correspondentes a *poder* e a *dever* seguem rigidamente a ordem proposta na hierarquia.

Por fim, analisemos o comportamento de *dever*₂ e *dever*₃ em relação à flexão no imperativo. As sentenças a seguir mostram, respectivamente, o comportamento de cada um desses núcleos em relação a essa flexão:

- (59) a. *Deva constar na lista.
b. *Deva estar doente.

A má-formação das sentenças (59a) e (59b) ratificam as propriedades funcionais desses verbos, uma vez que manifestam suas restrições à forma imperativa. Entretanto, como já foi observado para o verbo *poder*, essa flexão não é determinante na classificação de um auxiliar. A nossa análise

tem, contudo, considerado esse fator por julgarmos que os verbos podem ser organizados em um *continuum* de auxiliariedade. Nessa perspectiva, o teste do imperativo se torna relevante, pois os verbos em um estágio mais avançado de gramaticalização deveriam, em princípio, oferecer restrições a essa forma, como ocorre em (59).

4.2.1.3 *TER DE/QUE*

O modal *ter*, diferentemente de *poder* e *dever*, subcategoriza um P InfP como complemento, e não um VP. Essa hipótese tem por base a presença obrigatória da preposição *de/que* para marcar o infinitivo com caso, conforme argumentado na seção 4.1.3. Esse verbo parece estar associado às ideias de (*ter*) *obrigação/obrigatoriedade* e de *desejo*, conforme mostram as sentenças a seguir:

- (60) a. Carlos tem de/que se alistar no exército.
 b. O número do RG tem de/que constar no cadastro do cliente.
 c. Tem de/que haver dois fiscais por sala.

Nas sentenças em (60), *ter de/que* significa (*ter*) *obrigação/obrigatoriedade* (e desejo). *Ter de/que* com o sentido de (*ter*) *obrigação* forma sequência com verbos que selecionam argumento externo humano, o qual se tornará o sujeito da sentença, como em (60a). Com o sentido de *obrigatoriedade*, entretanto, *ter de/que* pode formar sequência com verbos que sequer selecionam argumento externo, como inacusativos ou impessoais, como em (60b) e (60c), respectivamente. A partir das sentenças em (60), é possível constatar que *ter de/que* com o sentido de (*ter*) *obrigação* oferece mais restrições de seleção ao complemento que *ter de/que* com o sentido de *obrigatoriedade*.

Nas sentenças em que *ter de/que* seleciona um complemento passivo, o sentido associado a esse verbo não é o de (*ter*) *obrigação* mesmo que o sujeito da passiva apresente o traço semântico [humano], como em (61b):

- (61) a. A mãe tem de/que amamentar o filho.
 b. O filho tem de/que ser amamentado.

Em (61a), o verbo *ter de/que* pode significar tanto (*ter*) *obrigação* quanto *desejo*. Uma das interpretações dessa sentença é, portanto, a de que *A mãe*

tem a obrigação de amamentar o filho. Com esse sentido, não há correspondência ativa-passiva, pois, em (61b), não se pode interpretar *ser amamentado* como uma obrigação do filho. A ideia expressa pelo verbo *ter de/que* em (61b) é de *obrigatoriedade*, e não de *(ter) obrigação*. Logo, *ter de/que* em sentenças com sujeito humano não significa, necessariamente, *(ter) obrigação*. O exemplo a seguir confirma essa hipótese:

(62) Maria tem de/que sobreviver a esta catástrofe.

Para que o sentido de *(ter) obrigação* seja associado ao verbo *ter de/que*, o DP que se superficializa como sujeito da sentença deve receber marcação- θ de agente. Não é isso o que ocorre em (62). Neste exemplo, *ter de/que* subcategoriza um VP cujo núcleo é um verbo inacusativo (*sobreviver*). Este atribui papel- θ de tema ao seu argumento interno, o DP *Maria*, que é alçado para a posição de sujeito da sentença. A interpretação de *(ter) obrigação* não pode ser associada a *ter de/que* em (62) porque o DP sujeito, embora seja humano, não é agente. Nesta sentença, *ter de/que* adquire uma conotação de *desejo*.

Além das restrições semânticas, o verbo *ter de/que* com o sentido de *(ter) obrigação/obrigatoriedade* parece impor restrições de natureza temporal ao seu complemento, como mostram as sentenças a seguir:

(63) a. Carlos tem de/que reservar o hotel.
b. Carlos tem de/que ter reservado o hotel.

(64) a. A encomenda tem de/que chegar até as 17h.
b. A encomenda tem de/que ter chegado até as 17h.

Nas sentenças (63a) e (64a), o verbo *ter de/que* é ambíguo entre os sentidos *(ter) obrigação/obrigatoriedade* e *desejo*. Em (63b) e (64b), entretanto, apenas o sentido de *desejo* pode ser associado a esse verbo. Esses exemplos revelam que *ter de/que* com o sentido de *(ter) obrigação/obrigatoriedade* oferece restrições de natureza temporal ao seu complemento, selecionando apenas complementos que implicam futuridade, como em (63a) e (64a); já *ter de/que* com o sentido de *desejo* não impõe essa restrição ao complemento, formando sequência com verbos que remetem tanto ao futuro, como em (63a) e (64a), quanto ao passado, como em (63b) e (64b).

O verbo *ter de/que* com o sentido de *(ter) obrigação/obrigatoriedade* é equivalente ao verbo *dever*₂, correspondendo, portanto, ao núcleo Mod_{obrigação}. Já o verbo *ter de/que* com uma ideia de

desejo pode, em princípio, ser associado ao núcleo Mod_{volitivo} pela noção semântica que expressa. Esta é a hipótese que passamos a investigar, verificando como o verbo *ter de/que* se comporta na presença de outros núcleos funcionais. Os exemplos a seguir mostram combinações de *ter de/que* com os núcleos Asp_{durativo}, Asp_{continuativo}, Mod_{epistêmico}, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}, respectivamente:

- (65) a. Carlos tem de/que estar melhorando da gripe.
b. Carlos está tendo de/que melhorar da gripe.
- (66) a. Carlos continua tendo de/que pagar as contas.
b. Carlos tem de/que continuar pagando as contas.
- (67) a. Carlos pode ter de/que fazer a prova em inglês.
b. Carlos tem de/que poder fazer a prova em inglês.

Em (65a), o verbo *ter de/que* antecede o núcleo Asp_{durativo}, expressando uma noção de *desejo*. Essa interpretação está de acordo com a hierarquia proposta por Cinque, uma vez que nesta o Mod_{volitivo} antecede o Asp_{durativo}. Em (65b), em que *ter de/que* segue o verbo *estar*, seu sentido não é mais o de *desejo*, e sim o de (*ter*) *obrigação*. A sentença (66a) mostra que *ter de/que* assume uma conotação de (*ter*) *obrigação* quando segue o núcleo Asp_{continuativo}; quando o antecede, entretanto, como em (66b), pode expressar *volição/desejo*. Por fim, em (67), o verbo *ter de/que* se combina com os núcleos Mod_{epistêmico}, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}. Em (67a), *ter de/que* forma sequência com o verbo *poder* correspondente ao núcleo Mod_{epistêmico}. Como este antecede tanto o núcleo Mod_{volitivo} quanto o Mod_{obrigação}, seria esperada uma certa ambiguidade na interpretação de *ter de/que* nesta sentença; não é, entretanto, o que ocorre. A combinação de verbos como *poder* e *dever* expressando *possibilidade/suposição* aciona uma única acepção para *ter de/que*, a de (*ter*) *obrigação*. Em (67b), em que *ter de/que* antecede o verbo *poder*, mudam os sentidos associados a ambos: *ter de/que* passa a denotar *volição/desejo*; e *poder*, *habilidade* ou, ainda, *permissão*. A noção expressa por um verbo funcional parece depender, portanto, da posição que este ocupa em relação aos outros verbos da sequência. O verbo *ter de/que*, por exemplo, expressará *desejo/volição* quando anteceder os núcleos Asp_{durativo}, Asp_{continuativo}, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}, como mostram, respectivamente, as sentenças (65a), (66b) e (67b); e (*ter*) *obrigação* quando seguir os núcleos Asp_{durativo} e Asp_{continuativo}, conforme (65b) e (66a). Essas combinações sinalizam que o verbo *ter de/que* com o sentido de *desejo* corresponde a um núcleo localizado antes do Asp_{continuativo} e do Asp_{durativo}; já com o sentido de

(*ter*) *obrigação*, se localiza depois destes e antes do Mod_{permissão} e do Mod_{habilidade}. As sequências ilustradas nos exemplos de (65) a (67) corroboram, em princípio, a hipótese de que o verbo *ter de/que* com o sentido de *desejo* corresponde ao núcleo Mod_{volitivo} ou, então, a um outro núcleo que ocupe uma posição bem próxima à do Mod_{volitivo} na hierarquia proposta por Cinque (2006).

Por fim, vamos investigar as possibilidades de ordenamento entre os verbos funcionais *ter de/que* e *dever* quando coocorrem em uma sentença. O contraste de gramaticalidade entre (68a) e (68b), a seguir, revela uma única ordem possível (*dever* > *ter de/que*):

- (68) a. Maria deve ter de/que comparecer ao tribunal.
 b. *Maria tem de/que dever comparecer ao tribunal.

A sentença (68a) pode ser parafraseada por *É provável que Maria seja obrigada a comparecer ao tribunal*. Nesse caso, o verbo *dever* corresponde ao núcleo Mod_{epistêmico}; e *ter de/que*, ao Mod_{obrigação}. A boa formação dessa sentença é esperada, pois os núcleos seguem a ordem prevista na hierarquia de Cinque (2006, p. 93): Mod_{epistêmico} >... > Mod_{obrigação}. A má-formação da sentença (68b), por sua vez, mostra que o verbo *ter de/que* não pode ser seguido por *dever*, independentemente do sentido associado a esses verbos.

Diante da constatação de que o verbo *ter de/que* pode expressar dois sentidos dependendo da posição que ocupa em relação a outros núcleos, postulamos *ter de/que*₁, correspondente ao núcleo Mod_{obrigação}, e *ter de/que*₂, correspondente ao núcleo Mod_{volitivo}. Este apresenta um comportamento mais próximo de um verbo auxiliar que o núcleo Mod_{obrigação}, que impõe restrições de natureza semântica e temporal ao seu complemento. Esse resultado é esperado, uma vez que o Mod_{volição} ocupa uma posição mais alta que a do Mod_{obrigação} na hierarquia de núcleos funcionais.

4.2.1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos modais, foi possível constatar que, quando um verbo remete a mais de um núcleo funcional, como é o caso de *poder*, *dever* e *ter de/que*, não é possível indicar o seu estágio de gramaticalização sem considerar a acepção em que foi empregado. Por essa razão, optamos por associar o núcleo Mod_{epistêmico} aos verbos *poder*₃ e *dever*₃; o Mod_{obrigação} aos verbos *dever*₂ e *ter de/que*₁; o Mod_{permissão} ao verbo *poder*₂; o Mod_{habilidade} ao verbo *poder*₁; e o Mod_{volitivo} ao verbo *ter de/que*₂. De acordo

com nossa análise, os verbos modais se caracterizam, portanto, como itens homônimos, havendo três verbos *poder*, três verbos *dever* e dois verbos *ter de/que* no PB.

Ao término desta seção, é possível afirmar que a hipótese de Cinque se aplica aos modais do PB. Prova disto é que os verbos correspondentes aos núcleos Mod_{epistêmico} e Mod_{volição} manifestam menos restrições ao seu complemento que os verbos correspondentes aos núcleos Mod_{obrigação}, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}. Enquanto os verbos *poder*₃, *dever*₃ e *ter de/que*₂ não impõem restrições de natureza temporal ao seu complemento; os verbos *dever*₂, *ter de/que*₁, *poder*₁ e *poder*₂ selecionam apenas complemento que implica futuramente. Isso ocorre, provavelmente, porque os núcleos Mod_{epistêmico} e Mod_{volitivo} ocupam posições mais altas na hierarquia de núcleos que as correspondentes aos demais verbos.

Enfim, é importante ressaltar que, embora tenhamos optado por manter as noções de *(ter) permissão/permissibilidade* e *(ter) obrigação/obrigatoriedade* associadas a um único verbo, *poder*₂ e *dever*₂, respectivamente, observamos um comportamento diferente nas restrições de seleção dos modais empregados com uma ou outra noção. Por exemplo, quando *dever* e *ter de/que* significam *(ter) obrigação* oferecem restrições semânticas ao complemento; quando significam *obrigatoriedade*, não. Além disso, os modais que remetem à ideia de *permissibilidade* e *obrigatoriedade* admitem a correspondência ativa-passiva, revelando transparência de voz, como se espera de um verbo auxiliar. Já aqueles que remetem à ideia de *(ter) permissão* e *(ter) obrigação* não formam a passiva com sentido equivalente ao da ativa. A partir desses resultados, supomos que os verbos *poder* com o sentido de *(ter) permissão* e *dever* e *ter de/que* com o sentido de *(ter) obrigação* ocupam uma posição abaixo do núcleo VoiceP, não correspondendo, portanto, aos núcleos Mod_{permissão} e Mod_{obrigação}, como os verbos que remetem à *permissibilidade* e *obrigatoriedade*, que não oferecem restrições semânticas ao complemento. Esta é, entretanto, uma hipótese que precisa ser melhor formulada e investigada num trabalho futuro.

4.2.2 VERBOS ASPECTUAIS

À semelhança dos verbos modais, os aspectuais figuram nas listas dos principais trabalhos sobre Reestruturação, sendo considerados, por consequência, verbos funcionais. Em vista disso, nesta seção analisaremos o comportamento desses verbos quanto à seleção categorial e semântica, que

constituem propriedades determinantes para a classificação de um verbo como auxiliar, conforme argumentado na seção 4.1.3. Iniciamos pelo teste do desenvolvimento do complemento infinitivo em um CP. O exemplo a seguir mostra o comportamento dos aspectuais em relação a essa propriedade:

- (69) a. Marta começou/continuou/voltou/chegou a fazer os temas.
b. *Começou/continuou/voltou/chegou que Marta fizesse os temas.
- (70) a. O adolescente costuma reclamar de tudo.
b. *Costuma que o adolescente reclame de tudo.
- (71) a. Meu pai terminou/acabou de conferir o caixa.
b. *Terminou/acabou que meu pai conferisse o caixa.

Os exemplos (69) a (71) mostram que os aspectuais não permitem um CP na posição de complemento. A restrição a CP é um indício de auxiliaridade.

A rejeição a DP na posição de complemento também torna um verbo candidato a auxiliar por este ser igualmente um sintagma que funciona como argumento. O exemplo a seguir contraria, entretanto, essa expectativa:

- (72) Marcos começou/iniciou/principiou/continuou/parou/terminou/
acabou/findou o trabalho.

A sentença (72) mostra que os aspectuais admitem um DP na posição de complemento. Um verbo que subcategoriza DP é passível de ser apassivado. Uma estrutura transitiva regular, em que o verbo seleciona um sujeito e um argumento interno, deveria apresentar a correspondente passiva. Um verbo auxiliar, por sua vez, ofereceria restrições a essa flexão. A seguir, apresentamos a passiva correspondente à sentença (72):

- (73) O trabalho foi começado/iniciado/principiado/continuado/
parado/terminado/acabado/findado (por Marcos).

A sentença (73) mostra que os verbos aspectuais podem ser apassivados, ratificando a hipótese de que estes selecionam DP como complemento na estrutura de base. Pode-se afirmar, portanto, que, pelo menos nestes empregos, estes são verbos lexicais.

A maioria dos aspectuais subcategoriza também um complemento P Inf, tornando-se candidatos a verbos auxiliares. A partir desse ponto,

passamos a investigar os verbos indicadores de diferentes noções aspectuais em relação às propriedades de um auxiliar. Iniciamos por aqueles que determinam o começo do evento: *começar/iniciar/principiar* (seção 4.2.2.1). Em segundo lugar, analisamos verbos que indicam repetição do evento: *tornar/voltar* (seção 4.2.2.2). Em terceiro, analisamos verbos que indicam o desenvolvimento do evento: *continuar* (seção 4.2.2.3). A seguir, abordamos verbos que indicam o término do evento: *acabar/terminar/findar* (seção 4.2.2.4). Por fim, analisamos verbos que indicam interrupção do evento: *parar/interromper* (seção 4.2.2.5). Ao término da seção, apresentamos possíveis generalizações no comportamento de um verbo aspectual candidato a auxiliar (seção 4.2.2.6).

4.2.2.1 COMEÇAR/INICIAR/PRINCIPIAR

Conforme vimos no início da seção dos aspectuais, *começar*, *iniciar* e *principiar* constituem verbos lexicais⁵³. Destes, apenas *começar* subcategoriza também um P InfP, complemento próprio de um auxiliar, conforme (74b) a seguir:

- (74) a. Os pedreiros começaram/iniciaram/principiaram a construção da casa.
b. A criança começou/*iniciou/*principiou a tremer.

É importante notar que os verbos *começar*, *iniciar* e *principiar*, aparentemente sinônimos, são comutáveis apenas nos contextos cujo complemento é um DP, como mostram as sentenças em (74). Esse fato sugere a existência de dois verbos *começar*. A nossa hipótese é a de que haja um verbo *começar* lexical (*começar*₁), que subcategoriza DP, como em

⁵³ Em sentenças como a de (i), o gerúndio não é selecionado pelos aspectuais, mas é adjunto:

(i) João começou/iniciou/principiou estudando linguística.

Os aspectuais selecionam um objeto representado por uma categoria vazia.

Uma diferença interessante entre estes aspectuais lexicais se nota no caso de alternância sintática de dois para um argumento, o que mostra que eles não têm um comportamento uniforme. O verbo *principiar* parece não tolerar alternância sintática (iia); *iniciar* tolera, mas pode ter, em certos registros do português brasileiro, o clítico incoativo *se* (iib); e *começar* permite naturalmente alternância sintática, mas não tolera o *se* incoativo (iic):

(ii) a. *O trabalho (se) principiou às quatro.
b. O trabalho (se) iniciou às quatro.
c. *O trabalho se começou às quatro.

(74a); e um *começar* auxiliar (*começar*₂), que seleciona apenas um complemento P InfP, como em (74b).

De acordo com Perlmutter (1970), um verbo aspectual, como *begin* (*começar*), é ambíguo entre verbo de alçamento e de controle. Dentre os argumentos que esse autor expõe em defesa de uma análise dos aspectuais como verbos de alçamento, os relevantes para serem testados no PB estão relacionados às restrições de seleção, à ocorrência em expressões idiomáticas e à correspondência ativa-passiva, que consiste no fenômeno da transparência de voz (Hornstein, 2003). Para uma análise de controle, entretanto, os argumentos relevantes são, em princípio, a suscetibilidade desses verbos à apassivação, o que revela seleção de argumentos; a nominalização pelo acréscimo de sufixos agentivos (*-or*; *-nte*) e a possibilidade de retomada pela anáfora *do so*, equivalente a *fazer isso também*.

Se nossa hipótese estiver correta, é esperado que o verbo *começar* que subcategoriza P InfP não imponha restrições severas ao seu complemento, como é próprio dos auxiliares, possa ocorrer com sujeitos de expressões idiomáticas sem alterar o significado da expressão e permita a correspondência ativa-passiva. Além disso, não deve sofrer apassivação nem permitir retomada pela anáfora *fazer isso também*, que constituem, segundo Perlmutter (1970), evidências da projeção de uma estrutura de controle. As sentenças a seguir ilustram como *começar* com complemento P InfP reage às restrições de seleção:

- (75) a. A menina começou a cantar.
b. O carro começou a falhar.
c. Começou a chover.

Conforme se depreende da boa formação das sentenças em (75), *começar* não impõe restrições ao seu complemento. Esse verbo forma sequência com verbos de ação, como *cantar* em (75a); com inacusativos, como *falhar* em (75b); e ainda com verbos impessoais, como *chover* em (75c). Como consequência, o sujeito de sentenças com *começar* pode ser agente/humano, inanimado ou até mesmo um elemento expletivo.

A possibilidade de *começar* ocorrer com sujeitos de expressões idiomáticas sem alterar o significado idiomático constitui outro argumento em favor de sua análise como verbo de alçamento. O exemplo a seguir ilustra como *começar* reage a esse fator:

- (76) a. A vaca foi pro brejo.
b. A vaca começou a ir pro brejo.

O sentido idiomático de (76a) é mantido em (76b), em que houve o acréscimo do verbo *começar* à expressão. Esse dado revela que *começar* projeta uma estrutura de alçamento, uma vez que o argumento externo de *ir* (*a vaca*) pode ocupar a posição Spec do verbo *começar*, como em (76b). É importante ressaltar, ainda, que a manutenção do sentido idiomático em (76b) revela que o conteúdo lexical desse verbo não afeta a idiomatidade da expressão, ratificando sua classificação como auxiliar. Em relação ao fenômeno da transparência de voz, *começar* também se comporta como um auxiliar, conforme se verifica no exemplo a seguir:

- (77) a. Pedro começou a redigir o relatório.
b. O relatório começou a ser redigido por Pedro.

A boa formação da sentença (77b) indica que *começar* admite a apassivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência de sentido entre ativa-passiva. Esse teste revela que *começar* manifesta efeitos de transparência, permitindo o alçamento do argumento interno do verbo encaixado (*o relatório*) para a posição de sujeito da sentença.

Por fim, passamos a analisar o comportamento do verbo *começar* com complemento P InfP em relação às propriedades determinantes de uma estrutura de controle. O exemplo a seguir mostra se esse verbo é suscetível à apassivação:

- (78) a. Os operários começaram a reformar minha casa.
b. *Minha casa foi começada a reformar pelos operários.

A má-formação da sentença (78b) mostra que o verbo *começar* com complemento P InfP não admite apassivação, comportando-se, portanto, como um auxiliar. É importante observar, entretanto, que Cinque e Fukuda afirmam que esse verbo pode ser apassivado em contextos de Reestruturação, como o de (78). A seguir, transcrevemos os exemplos desses autores para evidenciar a apassivação de *começar*₂:

- (79) a. ?As casas foram começadas a construir em 1950.
b. Estas casas fueron empezadas a pintar.

A sentença (79a) é um exemplo do português, extraído de Cinque (2006, p. 68). Para o autor, essa sentença é possível, embora não seja tão bem formada, conforme sinaliza o símbolo '?'. Em nosso julgamento, entretanto, essa sentença é agramatical. Já a sentença (79b) é um exemplo do espanhol, transcrito de Fukuda (2006, p. 2). Esta é considerada bem formada pelo

autor, revelando que o verbo *empezar* (começar) pode ser apassivado no espanhol em contextos de Reestruturação.

Perlmutter (1970) apresenta o encaixe em verbos de controle como um argumento em favor da projeção de uma estrutura transitiva para *begin*. Essa proposta está embasada na suposição de que, se *begin* fosse um verbo intransitivo, selecionaria argumento externo. Este, por sua vez, iria impedir que o sujeito matriz apagasse o sujeito do verbo encaixado pela regra de *Equi NP deletion*, conforme se verifica a seguir:

- (80) a. *I tried [it [_s [it I work] begin]]
 b. *I forced Tom [_s [it I work] begin]]

No modelo da GB, o verbo *begin* é analisado como inacusativo. Como consequência, não há argumento externo para impedir a atuação da regra de controle (traduzida como *Equi NP Deletion* por Perlmutter). Para manter a localidade entre o controlador e o controlado, o PRO é alçado para Spec de InfP de *begin*, conforme mostra (81):

- (81) I_i tried PRO_i to begin t_i to work.

O alçamento do PRO para essa posição é possível devido às propriedades inacusativas de *begin*, que não seleciona argumento externo. É importante notar, contudo, que esse movimento pode ser explicado pelo Teorema de PRO, que determina que ele não pode ser regido. Como a posição do vestígio é regida, o alçamento de PRO é obrigatório. Enfim, o encaixe de *begin* em verbos de controle não revela a projeção de uma estrutura de controle. Por essa razão, vamos desconsiderar esse fator em nossa análise dos verbos aspectuais.

Perlmutter (1970, p. 111) apresenta a possibilidade de formar nomes a partir de *begin* com o acréscimo do sufixo *-er* (equivalente ao *-or* do português) como mais uma evidência da projeção de uma estrutura de controle, por revelar a atribuição de papel- θ agentivo ao argumento externo. É esperado, portanto, que os verbos auxiliares não admitam essas derivações, uma vez que não selecionam argumentos. As sentenças a seguir mostram como os verbos indicadores de início de evento reagem à adjunção desses sufixos:

- (82) a. *começador
 a'. *começante
 b. iniciante
 c. principiante

A impossibilidade de acrescentar os sufixos agentivos *-or* e *-nte* a *começar*, como mostra a agramaticalidade das formas em (82a) e (82a'), sugere que esse verbo não atribui papel- θ ao argumento externo. Já *iniciar* e *principiar* admitem derivações em *-nte*, como mostram as formas em (82b) e (82c), respectivamente. Esses dados reforçam a oposição entre o verbo *começar* auxiliar e os verbos *iniciar* e *principiar*, que constituem unicamente verbos lexicais. É importante considerar, entretanto, que os processos derivacionais nem sempre são regulares. Além disso, a interpretação mais evidente do sufixo *-nte* nas formas *iniciante* e *principiante* é a de alguém sem experiência. O fato de esse sufixo não denotar agente em (82b) e (82c) impede que interpretemos a rejeição aos sufixos *-or* e *-nte*, em (82a) e (82a') respectivamente, como indicadora da projeção de uma estrutura de alçamento.

De acordo com Perlmutter (1970), apenas verbos com sujeitos animados podem ser retomados pela anáfora *do so*, equivalente a *fazer isso também*. O verbo *começar* que subcategoriza um P InfP não impõe restrições de seleção ao complemento; por consequência, figura em sentenças com sujeitos animados, inanimados ou, até mesmo, expletivos. Considerando esse fato, é provável que a retomada pela anáfora *fazer isso também* ocorra apenas eventualmente com *começar*. O exemplo (83) ilustra o comportamento desse verbo em relação a esse fator:

- (83) a. Maria começou a escrever um livro, e Marta fez isso também.
b. *A casa começou a rachar, e o muro fez isso também.

A diferença de gramaticalidade entre as sentenças do exemplo (83) mostra que o verbo *começar* com complemento P InfP pode ou não ser retomado pela anáfora *fazer isso também*. Esse fator está condicionado à presença do traço [animado/agente] no sujeito da sentença, o que ocorre em (83a), mas não em (83b). É importante notar, entretanto, que a presença ou ausência do traço [animado/agente] no sujeito não é determinada por *começar*, e sim pelo verbo do seu complemento. Na sentença (83a), o sujeito é animado por constituir argumento externo de *escrever*; já na sentença (83b), o sujeito é inanimado, pois constitui argumento interno do inacusativo *rachar*.

A conclusão de Perlmutter (1970) ao aplicar esses testes em sentenças do inglês é a de que há, de fato, dois verbos *begin*: um de alçamento, que ele classifica como verbo intransitivo, e outro de controle, que ele classifica como transitivo. Conforme vimos ao longo desta seção, a aplicação dos testes propostos por Perlmutter em sentenças do PB não dá consistência à hipótese de que, também nessa língua, haja dois verbos *começar* com complemento P InfP. Nossa conclusão é, portanto, a de que

esse verbo projeta sempre uma estrutura de alçamento, tornando-se candidato a verbo auxiliar.

À semelhança de Lunguinho (2009), vamos testar os verbos aspectuais em relação às restrições ao aspecto expresso no seu complemento, utilizando a classificação proposta por Vendler (1967). Este autor separa os predicados em quatro classes aspectuais: atividade, estado, *accomplishment* e *achievement*, tendo como fatores determinantes o término lógico do evento e o seu transcurso no tempo. Os predicados de *atividade* descrevem um evento que não apresenta término lógico e transcorre no tempo; os de *estado* descrevem situações que não apresentam término lógico definido nem transcorrem no tempo; os de *accomplishment* descrevem eventos que apresentam término lógico e transcurso no tempo; e, por fim, os de *achievements* descrevem situações que apresentam término lógico, mas não o transcurso no tempo. O exemplo a seguir mostra como *começar* com complemento P InfP reage a esse fator:

- (84) a. Os alunos começaram a reclamar. (atividade)
b. *Maria começou a estar doente. (estado)
c. Carlos começou a limpar o auditório. (*accomplishment*)
d. *Pedro começou a vencer a luta por nocaute. (*achievement*)

O verbo *começar* se combina com predicados de atividade e de *accomplishment*, como mostra a boa formação das sentenças (84a) e (84c). Esse verbo não se combina, entretanto, com predicados de estado nem de *achievement*, conforme revela a agramaticalidade das sentenças (84b) e (84d). A restrição de *começar* a predicados aspectuais de estado e de *achievement* é esperada, pois esse verbo traz a informação de início de um evento, devendo ser incompatível com predicados que descrevem situações em que não há transcurso do tempo. As sentenças em (84) evidenciam que o verbo *começar* impõe restrições de natureza aspectual ao seu complemento, admitindo para essa posição apenas predicados com aspecto compatível ao que expressa.

Por fim, analisamos o verbo *começar* quanto à ordem relativa dos núcleos funcionais na hierarquia. Por se tratar de um verbo candidato a auxiliar, é esperado que *começar* corresponda ao núcleo Asp_{inceptivo} e siga rigidamente o ordenamento proposto na hierarquia. O exemplo a seguir ilustra seu comportamento em relação a esse fator quando forma sequência verbal com *poder*:

- (85) a. Maria pode começar a negociar suas dívidas.
b. Maria começou a poder negociar suas dívidas.

A boa formação da sentença (85a) contraria, em princípio, a ordem proposta por Cinque na hierarquia, pois o núcleo $Asp_{inceptivo}$ é antecedido pelo $Mod_{epistêmico}$ e seguido pelos $Mod_{habilidade}$ e $Mod_{permissão}$ (cf. Cinque, 2006, p. 93). Em vista disto, o verbo *poder*, em (85a), deveria significar apenas *possibilidade*, mas os sentidos de *habilidade* e de *permissão* também podem ser associados a *poder* nesta sentença. A sentença (85b), por sua vez, está de acordo com a hierarquia, pois o verbo *poder* é ambíguo entre as ideias de *habilidade* e de *permissão*, ambas correspondentes a núcleos subsequentes ao $Asp_{inceptivo}$.

O exemplo (86), a seguir, ilustra o ordenamento de *começar* em relação aos verbos funcionais *estar* e *ter de/que*:

- (86) a. Maria está tendo de/que começar a trabalhar.
 b. Maria está começando a ter de/que trabalhar.
 c. *Maria começou a estar tendo de/que trabalhar.

A sentença (86a) deveria ser mal-formada, pois o verbo *ter de/que*, correspondente ao $Mod_{obrigação}$, está posicionado antes do verbo *começar*, correspondente ao $Asp_{inceptivo}$, contrariando, assim, a ordem proposta na hierarquia. Já a gramaticalidade da sentença (86b) é esperada, pois o núcleo $Asp_{durativo}$, correspondente a *estar*, antecede o $Asp_{inceptivo}$; e o $Mod_{obrigação}$, o segue. Enfim, a agramaticalidade da sentença (86c) se deve à posição de *estar* ao verbo *começar*, contrariando a hierarquia de núcleos funcionais.

O verbo *começar* parece diferir dos modais em relação ao ordenamento rígido quando coocorre com outros núcleos funcionais em uma sentença. Para explicar o comportamento, aparentemente, assistemático de *começar* em relação aos outros núcleos funcionais, Cinque (2006, p. 70-71) propõe que esse verbo remete a mais de um núcleo na hierarquia, ocupando posições antecedentes e subsequentes ao núcleo $VoiceP$ (ver também capítulo 2, seção 2.2.5).

Os dados do PB não fornecem, entretanto, evidências para a postulação de mais de um núcleo funcional correspondente a *começar* com complemento P $InfP$, conforme propõem Perlmutter (1970) e Cinque (2006). Nossa conclusão é que esse verbo corresponde a apenas um núcleo funcional, que se encontra em processo de gramaticalização, uma vez que manifesta importantes propriedades de um verbo auxiliar, conforme vimos ao longo desta seção, mas ainda oferece restrições ao seu complemento, formando sequência apenas com verbos que expressam uma noção aspectual compatível com a de início de um evento. Além disso, *começar* não segue um ordenamento rígido quando coocorre com outros núcleos funcionais, pois pode anteceder ou seguir o verbo *poder* com os sentidos de

habilidade ou de *permissão*, conforme (85), assim como pode também anteceder ou seguir o modal *ter de/que* com ideia de obrigação, conforme (86a) e (86b).

4.2.2.2 TORNAR/VOLTAR

À semelhança do verbo *começar*, *tornar* e *voltar* podem ser empregados como verbos lexicais ou funcionais. As sentenças a seguir ilustram, respectivamente, cada um desses empregos:

- (87) a. O trem tornou/voltou de Madri.
b. Maria tornou/voltou a fumar.

Os verbos *tornar* e *voltar* projetam sempre uma estrutura de alçamento, pois constituem inacusativos quando selecionam tanto um complemento DP quanto um P InfP. Na sentença (87a), *tornar* e *voltar* são inacusativos lexicais. Com esse emprego, subcategorizam DP e expressam ideia de movimento. Na sentença (87b), por sua vez, são inacusativos funcionais. Neste caso, subcategorizam um P InfP e assumem uma conotação aspectual, indicando repetição de um evento.

Nesta subseção, abordamos os verbos *tornar* e *voltar* com complemento P InfP. Estes são candidatos a auxiliar, pois expressam apenas noção aspectual e não impõem restrições semânticas ao seu complemento, conforme se verifica a seguir:

- (88) a. Carlos tornou/voltou a competir.
b. O carro tornou/voltou a estragar.
c. Tornou/Voltou a chover à noite.
d. Tornou/Voltou a haver manifestações contra o governo.

A boa formação das sentenças em (88) mostra que *tornar* e *voltar* se combinam com verbos de ação, inacusativos e impessoais, não oferecendo, portanto, restrições semânticas ao verbo lexical. Por consequência, figuram em sentenças com sujeitos animados, como em (88a); inanimados, como em (88b), ou expletivos, como em (88c-d). Esse resultado indica que *tornar* e *voltar* são transparentes para movimentos de DPs argumentos do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença, manifestando um comportamento próprio de verbo auxiliar.

Esses verbos podem, ainda, figurar com sujeito de expressões idiomáticas, como mostra o exemplo a seguir:

- (89) a. O tempo vai fechar lá em casa.
b. O tempo vai tornar/voltar a fechar lá em casa.

Mesmo com o acréscimo de *tornar* ou *voltar*, (89b) mantém o sentido idiomático da expressão (89a). Esse fato é mais uma evidência de que esses verbos constituem auxiliares, pois permitem o alçamento do DP argumento do verbo encaixado para sua posição Spec.

Os verbos *tornar* e *voltar* com complemento P InfP manifestam também o fenômeno da transparência de voz, como mostram as sentenças em (90):

- (90) a. Pedro tornou/voltou a negociar os carros.
b. Os carros tornaram/voltaram a ser negociados (por Pedro).

O alçamento do DP argumento do verbo encaixado (*os carros*) para a posição de sujeito da sentença, em (90b), revela que esses verbos não selecionam argumentos, exibindo um comportamento próprio de auxiliar também em relação a esse fator.

Os verbos *tornar* e *voltar* com complemento P InfP não admitem, entretanto, a forma passiva, ratificando suas propriedades auxiliares. O exemplo a seguir mostra a reação desses verbos ao processo de apassivação:

- (91) a. Abel tornou/voltou a escrever poemas.
b. *Poemas foram tornados/voltados a escrever.

A agramaticalidade de (91b) é esperada, pois se *tornar* e *voltar* com complemento P InfP constituem, de fato, auxiliares, não selecionam argumentos, resistindo, portanto, à apassivação. Isto é de se prever mesmo para as versões lexicais, já que se trata de verbos inacusativos, que não toleram passiva.

A retomada de *tornar* e *voltar* pela anáfora *fazer isso também* é possível apenas quando esses verbos figuram em sentenças com sujeito [animado/agente], como mostra o contraste de gramaticalidade entre as sentenças do exemplo (92):

- (92) a. Paula tornou/voltou a bater a porta do carro, e Júlia fez isso também.
b. *A janela tornou/voltou a ranger, e a porta fez isso também.

A boa formação da sentença (92a) não evidencia a projeção de uma estrutura de controle, como propõe Perlmutter (1970), pois o sujeito da sentença (*Paula*) constitui argumento externo do verbo encaixado (*bater*), e não dos aspectuais *voltar* e *tornar*.

Por carregarem a informação aspectual de repetição de um evento, é provável que os verbos *tornar* e *voltar* se combinem apenas com predicados de *accomplishment* e de *achievement*, que apresentam término lógico definido. O exemplo a seguir mostra as restrições que esses verbos impõem ao aspecto do seu complemento:

- (93) a. Maria tornou/voltou a caminhar com ritmo. (atividade)
b. *Os alunos tornaram/voltaram a saber matemática. (estado)
c. As funcionárias tornaram/voltaram a separar o lixo. (*accomplishment*)
d. Carlos tornou/voltou a bater o carro. (*achievement*)

As sentenças (93a), (93c) e (93d) são gramaticais, evidenciando que *tornar* e *voltar* formam sequência com predicados de atividade, de *accomplishment* e de *achievement*. Os predicados de atividade, embora não apresentem término lógico definido, são admitidos na posição de complemento dos verbos *tornar* e *voltar*. Essa possibilidade revela que *tornar* e *voltar* marcam também retomada de um evento, e não apenas repetição. A boa formação das sentenças (93c) e (93d) já era esperada, pois os predicados de *accomplishment* e de *achievement* apresentam término lógico definido, e a repetição de um evento está condicionada ao seu término. Enfim, a restrição de *tornar* e *voltar* a predicados de estado, conforme (93b), ocorre por estes não permitirem interrupção nem apresentarem término lógico definido.

A posição que os verbos *tornar* e *voltar* ocupam em relação a outros verbos funcionais também constitui fator importante na sua classificação como auxiliar. O exemplo a seguir ilustra as possibilidades combinatórias entre esses verbos e os modais *poder*, *dever* e *ter de/que*:

- (94) a. A criança pode tornar/voltar a andar.
b. A criança tornou/voltou a poder andar.
- (95) a. Joana deve tornar/voltar a dançar balé.
b. *Joana tornou/voltou a dever dançar balé.
- (96) a. Pedro tem de/que tornar/voltar a tomar a medicação.
b. Maria tornou/voltou a ter de/que tomar a medicação.

Os verbos *tornar* e *voltar* indicam a repetição de um evento, correspondendo ao núcleo $Asp_{repetitivo}$, que segue o modal de possibilidade/probabilidade ($Mod_{epistêmico}$), mas antecede os demais núcleos modais ($Mod_{volição}$, $Mod_{obrigação}$, $Mod_{permissão}$ e $Mod_{habilidade}$). Em princípio, as sequências que estão de acordo com a hierarquia proposta por Cinque (2006, p. 12) são as expressas em (94b), (95b), (96a) e (96b), em que os aspectuais *tornar* e *voltar* são seguidos pelos modais que expressam (ter) permissão, (ter) obrigação, habilidade e desejo. É importante observar que, embora siga o ordenamento previsto na hierarquia, a sentença (95b), em que *dever* assume uma conotação de (ter) obrigação, é mal-formada. As sentenças (94a) e (95a), por sua vez, não seguem o ordenamento, pois os verbos *poder* e *dever* podem indicar habilidade, (ter) permissão e (ter) obrigação, além das noções de possibilidade/probabilidade. Para explicar as sequências $Mod_{permissão/habilidade} > Asp_{repetitivo}$, em (94a), e $Mod_{obrigação} > Asp_{repetitivo}$, em (95a), Cinque postula duas posições para o núcleo aspectual repetitivo: o $Asp_{repetitivo(I)}$, localizado abaixo do $Mod_{epistêmico}$ e acima dos outros núcleos modais; e o $Asp_{repetitivo(II)}$, localizado abaixo de VoiceP, seguindo todos os núcleos modais. Assim, todas as sequências ilustradas nos exemplos de (94) a (96) estariam de acordo com a hierarquia. Sem considerar esse recurso, observamos que os verbos *tornar* e *voltar* se assemelham ao verbo *começar* em relação a esse fator, ou seja, não seguem rigidamente o ordenamento proposto por Cinque.

Ao longo desta subseção, verificamos que os verbos aspectuais *tornar* e *voltar* se comportam como um auxiliar em relação às restrições de seleção semântica, formando sequência com quaisquer verbos; à ocorrência em expressões idiomáticas, combinando-se com o sujeito da expressão sem alterar seu sentido; à transparência de voz, mantendo a correspondência ativa-passiva; e ao processo de apassivação, não admitindo a forma passiva. Esses verbos manifestam, entretanto, restrições ao aspecto do seu complemento, combinando-se com predicados de atividade, de *accomplishment* e de *achievement*, mas não com predicados de estado. Além disso, não seguem rigidamente a hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006). Os resultados dos testes para os verbos *tornar* e *voltar* são muito próximos aos obtidos para o verbo *começar*. A sua análise ratifica, portanto, a hipótese de que os aspectuais encontram-se em um estágio menos avançado de gramaticalização que os verbos modais (ver seção 4.2.1).

4.2.2.3 CONTINUAR

O verbo *continuar* é um aspectual que indica o desenvolvimento do evento. Conforme verificamos nos exemplos (72) e (73) anteriormente, esse verbo admite um DP na posição de complemento e sofre apassivação, manifestando um comportamento próprio de verbos lexicais⁵⁴. Entretanto, *continuar* pode subcategorizar também um P InfP, um GerP ou uma SC, conforme mostram, respectivamente, as sentenças a seguir:

- (97) a. Marta continua a treinar para o campeonato.
b. Marta continua treinando para o campeonato.
c. Marta continua dedicada.
d. Marta deve continuar dedicada.

O fato de *continuar* figurar em sequências verbais, em que o verbo encaixado assume a forma infinitiva, como em (97a), ou a forma gerundiva, como em (97b), o torna candidato a auxiliar. Mas se ocorre em sentenças como (97c) e (97d), onde subcategoriza uma SC, ele não preenche os requisitos para ser auxiliar já que ou é o único verbo da predicação ou o último da sequência.

Os exemplos a seguir mostram como o verbo *continuar* se comporta em relação às restrições de seleção semântica com complementos P InfP e GerP, em (98):

- (98) a. O bebê continua a chorar/chorando.
b. O gelo continua a derreter/derretendo.
c. Continua a nevar/nevando na serra.
d. Continua a haver/havendo reclamações dos professores na ouvidoria.

As sentenças em (98) revelam que o verbo *continuar* não impõe restrições de seleção ao seu complemento, formando sequência com quaisquer verbos. Por consequência, figura em sentenças com sujeitos agente/humano, como em (98a); inanimado, como em (98b); ou até mesmo em sentenças sem sujeito, como em (98c-d).

⁵⁴ *Continuar* se comporta como *começar* se sofre alternância sintática:

- (i) a. O trabalho continuou durante a noite.
b. *O trabalho se continuou durante a noite.

O verbo *continuar* pode, ainda, figurar com sujeitos de expressões idiomáticas, sem que a idiomaticidade da expressão seja afetada. O exemplo a seguir ilustra esse emprego:

- (99) a. O bicho (es)tá pegando no escritório.
b. O bicho continua pegando no escritório.

O sentido idiomático de (99a) não se perde em (99b), em que o verbo *continuar* foi acrescido à expressão. O DP *o bicho*, argumento externo do verbo *pegar*, é alçado para a posição Spec InfP de *continuar* em (99b). Esse movimento foi possível porque *continuar* não projeta a posição do argumento externo, constituindo um verbo de alçamento. Esse resultado é, portanto, compatível com sua classificação como um verbo auxiliar.

O verbo *continuar* com complemento P InfP ou GerP também revela um comportamento próprio de auxiliar em relação ao fenômeno transparência de voz, como se verifica no exemplo a seguir:

- (100) a. Joana continua a encaminhar/encaminhando crianças para a adoção.
b. Crianças continuam sendo encaminhadas para a adoção (por Joana).

A sentença (100b) revela que *continuar* admite a apassivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência de sentido com a sentença ativa, em (100a). Esse teste manifesta propriedades de um auxiliar no verbo *continuar*, que permite o movimento do DP argumento interno do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença, revelando ausência de argumentos.

Conforme vimos ao longo deste capítulo, um auxiliar admite o encaixe de uma sentença passiva, mas não é suscetível à apassivação. O exemplo a seguir mostra como o verbo *continuar* com complemento P InfP e GerP se comporta em relação a essa propriedade:

- (101) a. Maria continua a escrever/escrevendo histórias infantis.
b. *Histórias infantis são continuadas a escrever por Maria.

A má-formação da sentença (101b) ratifica a classificação de *continuar* como um verbo auxiliar, pois mostra que este reage à apassivação.

As sentenças a seguir ilustram o comportamento do verbo *continuar* com complemento P InfP ou GerP em relação à retomada pela anáfora *fazer isso também*:

- (102) a. Maria continuou a contar/contando os doces, e Júlia fez isso também.
 b. *O motor continuou a aquecer/aquecendo, e o radiador fez isso também.

A diferença de gramaticalidade entre as sentenças em (102) revela que a possibilidade de retomar o verbo *continuar* pela anáfora *fazer isso também* é possível apenas quando este figura em sentenças cujo sujeito exibe o traço [animado/agente]. É importante observar, entretanto, que a definição desse traço não é determinada por *continuar*, e sim pelo verbo de seu complemento. Logo, esse fator não revela propriedades de um verbo de controle em *continuar*.

O verbo *continuar* traz a informação aspectual de desenvolvimento do evento. É esperado, portanto, que seja compatível apenas com predicados em que se verifica transcurso no tempo. As sentenças em (103) confirmam essa hipótese:

- (103) a. Meu pai continua a trabalhar/trabalhando. (atividade)
 b. *A Vivian continua a estar/estando doente. (estado)
 c. João continua a limpar/limpando o auditório. (*accomplishment*)
 d. *Carlos continua a vencer/vencendo a luta por nocaute. (*achievement*)

A diferença de gramaticalidade entre as sentenças em (103) revela que o verbo *continuar* impõe restrições aos predicados a que não se pode atribuir transcurso no tempo: os de estado e os de *achievement*.

Enfim, vamos verificar como *continuar* se comporta em relação ao ordenamento rígido dos núcleos funcionais. Esse verbo corresponde ao núcleo Asp_{continuativo}, que se localiza à direita dos núcleos Mod_{epistêmico} e Mod_{volição}, mas à esquerda dos núcleos Mod_{obrigação}, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}. As sequências possíveis deveriam ser, portanto, aquelas em que *continuar* é antecedido pelos verbos que remetem às ideias de *possibilidade*, *probabilidade* e *desejo*; e seguido por aqueles que remetem às ideias de *obrigação*, *habilidade* e *permissão*. Para testar este fator, apresentamos a seguir sentenças em que *continuar* forma sequência com os modais *poder*, *dever* e *ter de/que*, respectivamente:

- (104) a. Joana pode continuar a praticar/praticando esportes.
 b. Joana continua podendo praticar esportes.

- (105) a. Carlos deve continuar a pagar/pagando a pensão dos filhos.
 b. *Carlos continua a dever/devendo pagar a pensão dos filhos.
- (106) a. Maria tem de/que continuar a trabalhar/trabalhando.
 b. Maria continua a ter de/tendo de trabalhar.

Na sentença (104a), o verbo *poder* expressa ideias de *possibilidade*, *permissão* ou *habilidade*, gerando sequências de núcleos em desacordo com a hierarquia, segundo a qual apenas *poder* com sentido de *possibilidade* poderia anteceder *continuar*. Na sentença (104b), *poder* admite apenas as interpretações de *permissão* e *habilidade*, gerando sequências compatíveis com o ordenamento de núcleos. Na sentença (105a), *dever* pode significar tanto *probabilidade* quanto *(ter) obrigação*, e o único sentido licenciado nessa posição é o de *probabilidade*. Já a má-formação de (105b) causa estranhamento, pois o núcleo modal de *obrigação* segue o aspectual de continuidade na hierarquia, e *dever* pode corresponder à ideia de *obrigação*. No par de sentenças em (106), verificamos que *ter de/que* pode ser associado à *obrigação* independente da posição que ocupa em relação ao verbo *continuar*. Os exemplos de (104) a (106) revelam, portanto, que o verbo *continuar* não segue rigidamente a ordem proposta na hierarquia de núcleos funcionais.

Os testes realizados com *continuar* com complemento P InfP e GerP ao longo desta seção apontam para a existência de um único núcleo funcional correspondente a esse verbo. Este projeta uma estrutura de alçamento, sendo, portanto, candidato a verbo auxiliar. À semelhança dos verbos aspectuais *começar*, *tornar* e *voltar* com complemento P InfP, *continuar* parece estar em processo de gramaticalização, pois impõe restrições ao aspecto de seu complemento e, ainda, não segue rigidamente a hierarquia de núcleos proposta por Cinque (2006). É importante ressaltar que esse autor não prevê mais de uma posição na hierarquia para o núcleo correspondente ao aspecto continuativo, como o faz para os núcleos aspectuais inceptivo, repetitivo e completivo. Assim, sua proposta não explica algumas das possibilidades de ordenamento ilustradas nos exemplos de (104) a (106).

4.2.2.4 ACABAR/TERMINAR/FINDAR

Os verbos *acabar*, *terminar* e *findar* são aspectuais indicadores do término de um evento. Conforme já foi observado, subcategorizam um

complemento DP e sofrem apassivação, manifestando propriedades comuns aos verbos lexicais. Neste caso, ou são o único ou o último verbo da predicação comportando-se de modo semelhante.

Entretanto, à exceção de *findar*, é possível que esses verbos possam ser empregados, ainda, como auxiliares, pois subcategorizam também um complemento P InfP, conforme se verifica no exemplo a seguir:

(107) Maria acabou/terminou/*findou de arrumar o quarto.

Essa possibilidade requer que examinemos se *acabar* e *terminar* manifestam propriedades de um auxiliar quando formam sequências verbais, como em (107). Para testar essa hipótese, vamos investigar o seu comportamento em relação às seguintes propriedades: restrições de seleção ao verbo lexical; ocorrência em expressões idiomáticas; transparência de voz; suscetibilidade à apassivação; possibilidade de retomada pela anáfora *fazer isso também*; e, por fim, ordem relativa dos núcleos funcionais na hierarquia.

Quanto às restrições de seleção ao verbo lexical, *acabar* e *terminar* não têm um comportamento uniforme, como observamos em (108):

- (108) a. Pedro acabou/terminou de escrever o artigo.
 b. A casa acabou/*?terminou de cair.
 c. Acabou/*?terminou de nevar na serra.
 d. Acabou/*terminou de haver uma confusão na praça.

O verbo *acabar* subcategoriza qualquer tipo de verbo lexical, desde verbos de ação até verbos meteorológicos, como mostram as sentenças em (108). Entretanto, nas sentenças (108b)-(108d), expressa aspecto retrospectivo, diferente do aspecto ‘fim de evento’, que expressa em (108a). O verbo *terminar*, por sua vez, parece não se combinar bem com inacusativos (108b) e impessoais (108c) e (108d), sendo incapaz de expressar aspecto retrospectivo. Podemos atribuir esta assimetria entre os dois verbos ao fato de que *acabar* está em estágio mais avançado de gramaticalização do que *terminar*. Por consequência, os aspectuais de término de evento figuram em sentenças com sujeitos agentes, como em (108a), mas não com temas, como em (108b), nem com elementos expletivos, como em (108c) e (108d). Desta forma, devemos admitir que existem dois verbos *acabar* auxiliares, expressando noções aspectuais diferentes.

A possibilidade de ocorrer com sujeitos de expressões idiomáticas constitui mais um fator favorável à classificação de um verbo como auxiliar, pois revela a projeção de uma estrutura de alçamento. O exemplo a seguir

mostra se *acabar* e *terminar* com complemento P InfP são empregados nesse contexto:

- (109) a. Cabeças vão rolar.
b. Cabeças acabaram/*terminaram de rolar.

Conforme se verifica em (109b), *acabar* pode ser empregado com sujeito de uma expressão idiomática, sem que esta perca o seu sentido; já *terminar* não. O contraste de gramaticalidade entre esses verbos em (109b) se deve às diferentes noções aspectuais que expressam nesse contexto: *acabar* denota aspecto retrospectivo; e *terminar*, completivo. Esse teste ratifica a hipótese de que o verbo *acabar* está em um estágio mais avançado de gramaticalização que o verbo *terminar*, conforme argumentamos acima.

O fenômeno da transparência de voz também constitui um teste importante para a inserção de um verbo no grupo dos auxiliares, pois é possível apenas se o verbo matriz não selecionar argumentos. As sentenças a seguir mostram como *acabar* e *terminar* se comportam em relação a esse fator:

- (110) a. Os médicos acabaram/terminaram de vacinar as crianças do bairro.
b. As crianças do bairro acabaram/*terminaram de ser vacinadas (pelos médicos).

O verbo *acabar* é ambíguo na sentença (110a), podendo expressar tanto aspecto completivo quanto retrospectivo; o verbo *terminar*, conforme já observamos, expressa apenas aspecto completivo. A sentença (110b), por sua vez, mostra que o fenômeno da transparência de voz é possível somente com o verbo *acabar* indicando aspecto retrospectivo. Esse resultado reforça as diferenças entre os verbos *acabar* e *terminar*, revelando que o primeiro apresenta mais propriedades de um auxiliar que o segundo. Essa hipótese está de acordo com a hierarquia de núcleos proposta por Cinque (2006, p. 93), em que o Asp_{retrospectivo}, lexicalizado pelo verbo *acabar*, ocupa uma posição mais alta que a do Asp_{completivo}, correspondente a *terminar*.

Se os verbos *acabar* e *terminar* constituem, de fato, auxiliares, projetam uma estrutura de alçamento e, por consequência, não devem ser suscetíveis à apassivação. Este parece ser o caso, a julgar pela má-formação de (111b):

- (111) a. Pedro acabou/terminou de reformar a casa no ano passado.
b. *A casa foi acabada/terminada de reformar no ano passado.

A impossibilidade de apassivar os verbos *acabar* e *terminar*, ilustrada em (111b), indica a projeção de uma estrutura de alçamento, e não de controle. Esse dado não é determinante para a classificação desses verbos, porque nem todo verbo de alçamento é auxiliar (conforme vimos na seção 4.1.3), mas os torna candidatos à classe. Cinque (2006) afirma, entretanto, que os aspectuais que marcam o término do evento também podem ser apassivados no português em contextos de Reestruturação, à semelhança do que ocorre, segundo o autor, com os aspectuais indicadores de início do evento, como *começar*. O exemplo que Cinque (op. cit., p. 68) apresenta de apassivação do verbo *acabar* correspondente ao aspecto completivo está transcrito a seguir:

(112) As casas foram acabadas de construir em 1950.

Em nosso julgamento, a sentença (112) é agramatical. Nossa conclusão é, portanto, a de que o processo de apassivação dos verbos *acabar* e *terminar* com complemento P InfP não é possível no PB.

Outro teste apresentado por Perlmutter (1970) para a postulação de uma estrutura de controle para os aspectuais é o da retomada pela anáfora *fazer isso também*. Os exemplos a seguir mostram os resultados desse teste com os aspectuais *acabar* e *terminar*:

- (113) a. Abel acabou/terminou de entregar os convites, e Marta fez isso também.
b. *A prateleira acabou/terminou de desabar, e os livros fizeram isso também.

A boa formação da sentença (113a) em contraste com a agramaticalidade da sentença (113b) indica que a anáfora *fazer isso também* retoma os verbos *acabar* e *terminar* com complemento P InfP apenas quando estes figuram em sentenças cujo sujeito exibe o traço [animado/agente]. Esse traço, entretanto, não é determinado pelos verbos aspectuais, mas por aqueles que ocupam a posição de seu complemento. Na sentença (113a), por exemplo, o sujeito (*Abel*) apresenta o traço [animado/agente] por constituir argumento externo do verbo encaixado (*entregar*), e não dos aspectuais *acabar* e *terminar*.

Conforme vimos ao longo desta subseção, o verbo *acabar* pode indicar que o evento foi concluído, correspondendo, neste caso, ao aspecto completivo; ou recém-concluído, correspondendo ao aspecto retrospectivo. O verbo *terminar*, por sua vez, indica apenas aspecto completivo. É esperado, portanto, que esses verbos manifestem diferenças em relação às

restrições ao aspecto expresso no seu complemento. As sentenças a seguir nos permitem investigar essa hipótese, pois ilustram sequências de *acabar* e *terminar* com predicados de atividade, estado, *accomplishment* e *achievement*, respectivamente:

- (114) a. #Os alunos acabaram/terminaram de reclamar⁵⁵. (atividade)
 b. *Maria acabou/terminou de estar doente. (estado)
 c. Carlos acabou/terminou de limpar a sala. (*accomplishment*)
 d. Carlos acabou/*terminou de vencer João por nocaute. (*achievement*).

O verbo *acabar* não se combina com predicados de atividade, conforme indica o símbolo ‘#’ em (114a). Essa sentença é bem formada apenas se interpretarmos o predicado *reclamar* como um *accomplishment*. A má-formação da sentença (114b) indica que os aspectos retrospectivo e completivo, lexicalizados pelo verbo *acabar*, não se combinam também com predicados de estado. Em (114c), o verbo *acabar* pode indicar tanto aspecto retrospectivo quanto completivo. Essa sentença mostra, portanto, que ambos os aspectos se combinam com predicados de *accomplishment*. Por fim, em (114d), *acabar* expressa apenas aspecto retrospectivo, indicando que este não impõe restrições a predicados de *achievement*, ao passo que o aspecto completivo sim. O verbo *terminar*, que indica apenas aspecto completivo, se combina unicamente com predicados de *accomplishment*, como mostra a boa formação da sentença (114c) em contraste com (114a), (114b) e (114d). Esse verbo indica somente o fim de um evento, provavelmente por isso oferece restrições a predicados de atividade, de estado e de *achievement*. Ao primeiro, por este descrever o evento, mas não remeter ao seu final; e ao segundo e terceiro, por serem predicados em que não há o transcurso no tempo. A partir das sentenças em (114), constata-se que o verbo *acabar* oferece menos restrições ao aspecto do seu complemento que o verbo *terminar*. Este é, portanto, mais um resultado que revela que esses verbos estão em diferentes estágios de gramaticalização.

Para finalizar a seção, vamos examinar como os verbos *acabar* e *terminar* com complemento P InfP reagem à ordem relativa dos núcleos funcionais quando formam sequências com os verbos modais. Os exemplos

⁵⁵ A sentença (114a) é possível apenas se o predicado assumir uma conotação de *accomplishment*, e não de atividade, o aspecto que nos interessa investigar neste exemplo. Por essa razão, a marcamos com o símbolo #.

a seguir mostram as sequências possíveis entre *acabar* e *terminar* e os modais *poder*, *dever* e *ter de/que*, respectivamente:

- (115) a. Maria pôde acabar/terminar de assistir ao filme.
 b. Maria acabou/*terminou de poder assistir ao filme.
- (116) a. Pedro deve acabar/terminar de instalar o programa.
 b. *Pedro acabou/terminou de dever instalar o programa.
- (117) a. Joana tem que acabar/terminar de ler o livro.
 b. Joana acabou/*terminou de ter de/que ler o livro.

Na sentença (115a), os verbos *acabar* e *terminar* indicam aspecto completivo. Na hierarquia proposta por Cinque (2006), o Asp_{completivo} segue os núcleos Mod_{epistêmico}, Mod_{permissão} e Mod_{habilidade}, que são lexicalizados pelo verbo *poder* nesse exemplo. A formação dessa sequência está, portanto, de acordo com o esperado. A sentença (115b) é gramatical apenas com o verbo *acabar*, que indica aspecto retrospectivo neste contexto. O núcleo Asp_{retrospectivo} antecede o Mod_{permissão} na hierarquia, revelando que a sequência em (115b) também está de acordo com a ordem proposta por Cinque. O contraste de gramaticalidade entre as sentenças do exemplo (116) revela que os verbos *acabar* e *terminar* podem se posicionar apenas à direita de *dever*, independente deste assumir uma conotação de *probabilidade* (Mod_{epistêmico}) ou de *(ter) obrigação* (Mod_{obrigação}). Esse resultado surpreende, uma vez que o núcleo Mod_{obrigação} segue o Asp_{retrospectivo} na hierarquia. As sentenças em (117) constituem mais uma evidência do ordenamento de núcleos proposto por Cinque, pois os verbos *acabar* e *terminar* seguem *ter de/que* quando indicam aspecto completivo, como em (117a); e apenas *acabar* pode anteceder *ter de/que*, por indicar aspecto retrospectivo, como em (117b). Por fim, a boa formação das sentenças (115b) e (117b) sinaliza que o verbo *acabar* ocupa uma posição acima da dos verbos *poder* e *ter de/que* na hierarquia, ao passo que o verbo *terminar* não. Essa diferença ratifica a hipótese de que *acabar* manifesta mais propriedades de um auxiliar que *terminar*.

A primeira conclusão a que chegamos é a de que *acabar* e *terminar* com complemento P InfP constituem verbos auxiliares, mesmo impondo alguma restrição ao seu complemento. A segunda conclusão é que *acabar* está em um estágio mais avançado de gramaticalização que *terminar*, pois impõe menos restrições ao seu complemento que este último. Esta constatação tem por base as diferenças que esses verbos manifestam em relação às restrições de seleção ao verbo lexical, à ocorrência em expressões

idiomáticas, ao fenômeno da transparência de voz, às restrições ao aspecto de seu complemento e, ainda, em relação à ordem na formação de seqüências verbais.

4.2.2.5 PARAR/INTERROMPER

Os verbos *parar* e *interromper* são aspectuais que indicam interrupção de um evento. Ambos subcategorizam DP e admitem apassivação, constituindo verbos lexicais. *Parar* pode, entretanto, ser empregado também como verbo funcional, caso em que seleciona um complemento P InfP, tornando-se candidato a auxiliar. Os exemplos a seguir ilustram, respectivamente, cada um desses empregos:

- (118) a. O juiz parou/interrompeu a partida.
b. A partida foi parada/interrompida pelo juiz.

- (119) a. Júlia parou/*interrompeu de beber.
b. *Júlia foi parada de beber.

Na sentença (118a), os aspectuais *parar* e *interromper* são verbos lexicais. Com esse emprego, selecionam argumento externo (*o juiz*) e interno (*a partida*). Por consequência, são suscetíveis à apassivação, como mostra a boa formação de (118b). Na sentença (119a), entretanto, *parar* não é comutável com *interromper*, pois está sendo empregado como predicado funcional. Neste caso, subcategoriza um P InfP e não admite apassivação, como se depreende da agramaticalidade de (119b). Os exemplos (118) e (119) revelam a existência de um único verbo *interromper*, de emprego lexical, e de dois verbos *parar*, um lexical e outro funcional. É possível que este último integre a classe dos auxiliares, manifestando algumas de suas principais propriedades, conforme os demais aspectuais com complemento P InfP investigados ao longo desta seção.

A partir deste ponto, passamos à análise do verbo *parar* com complemento P InfP em relação às propriedades de um auxiliar. Como os demais aspectuais que selecionam um complemento P InfP, *parar* não deve oferecer restrições semânticas ao seu complemento. O exemplo a seguir mostra como esse verbo reage ao fator:

- (120) a. Pedro parou de esquiar.
b. O carro parou de falhar.

- c. Parou de nevar na serra.
- d. Parou de haver manifestações na praça da Matriz.

As sentenças em (120) são bem formadas, revelando que *parar* forma sequência com verbos de ação (120a), inacusativos (120b) e verbos impessoais (120c-d). Esse resultado ratifica a análise de *parar* como auxiliar.

Esse verbo também figura com sujeito de expressões idiomáticas, como se verifica no exemplo a seguir:

- (121) a. O pau vai comer lá em casa depois disso.
 b. O pau vai parar de comer lá em casa depois disso.

O sentido idiomático de (121a) é mantido em (121b), em que o verbo *parar* é acrescido à expressão. Esse fato constitui evidência de que *parar* com complemento P InfP projeta uma estrutura de alçamento, permitindo o movimento do DP argumento externo do verbo encaixado (*O pau*) para sua posição Spec. Em relação a esse fator, *parar* também manifesta um comportamento compatível com o de um verbo auxiliar.

O fenômeno da transparência de voz é igualmente possível nas construções com o verbo *parar* com complemento P InfP, como mostra a sentença (122b):

- (122) a. Carlos parou de usar o carro da firma.
 b. O carro da firma parou de ser usado por Carlos.

A boa formação de (122b) reforça a hipótese de que o verbo *parar* projeta uma estrutura de alçamento, uma vez que o DP *o carro*, argumento interno do verbo encaixado, aparece na posição de sujeito da sentença. A correspondência de sentido entre as construções ativa e passiva em (122) revela que *parar* é transparente para determinados fenômenos linguísticos, comportando-se, também neste caso, como um verbo auxiliar.

Em relação à possibilidade de retomada pela anáfora *fazer isso também*, *parar* com complemento P InfP se comporta como os demais aspectuais, admitindo esse recurso apenas quando figura com sujeito [animado/agente]. O contraste de gramaticalidade entre as sentenças a seguir ilustra essa restrição:

- (123) a. Mariana parou de empilhar as caixas, e Júlia fez isso também.
 b. *A televisão parou de funcionar, e o rádio fez isso também.

A boa formação de (123a) não constitui, entretanto, evidência de que *parar* projeta uma estrutura de controle, como propõe Perlmutter (1970), pois o DP sujeito (*Mariana*) não é determinado por *parar*, e sim pelo verbo encaixado (*empilhar*).

O verbo *parar* indica uma noção aspectual de interrupção de um evento. Como ocorre com os demais aspectuais, é esperado que *parar* também imponha restrições ao aspecto do seu complemento. O exemplo a seguir mostra o resultado da combinação desse verbo com predicados de atividade, estado, *accomplishment* e *achievement*, respectivamente:

- (124) a. Maria parou de trabalhar. (atividade)
 b. *O bebê parou de estar febril. (estado)
 c. As crianças pararam de separar o lixo. (*accomplishment*)
 d. *O carro parou de se chocar com o caminhão. (*achievement*).

A boa formação das sentenças (124a) e (124c) em contraste com a agramaticalidade de (124b) e (124d) revela que *parar* se combina apenas com predicados de atividade e de *accomplishment*. Estes se caracterizam por descreverem eventos que transcorrem no tempo.

Por fim, passamos a investigar a posição que o verbo *parar* ocupa na hierarquia de núcleos funcionais. Para isso, é preciso examinar como este se comporta quando forma sequência com outros verbos funcionais. Os exemplos a seguir mostram as combinações possíveis de *parar* com os aspectuais *estar*, *começar* e *continuar*; e com os modais *poder*, *dever* e *ter de/que*, respectivamente:

- (125) a. Júlia começou a parar de fumar.
 a'. *Júlia parou de começar a fumar.
 b. Marcos continua parando de beber.
 b'. *Marcos parou de continuar a beber.
 c. Abel está parando de engordar.
 c'. *Abel parou de estar engordando.
- (126) a. Pedro pode parar de estudar.
 a'. *Pedro parou de poder estudar.
 b. Helena deve parar de trabalhar.
 b'. *Helena parou de dever trabalhar.
 c. Joana tem de/que parar de tomar esses remédios.
 c'. *Joana parou de ter de/que tomar esses remédios.

A diferença de gramaticalidade entre os pares de sentenças no exemplo (125) indica que o verbo *parar* corresponde a um núcleo funcional que segue os núcleos $Asp_{\text{inceptivo}}$, correspondente a *começar* (125a); $Asp_{\text{continuativo}}$, a *continuar* (125b); e Asp_{durativo} , a *estar* (125c). O exemplo (126) mostra que também com os verbos modais não é possível alternância na ordem, pois são gramaticais apenas as sentenças em que *parar* segue os verbos *poder*, *dever* e *ter de/que*, correspondentes aos núcleos $Mod_{\text{epistêmico}}$, $Mod_{\text{permissão}}$, $Mod_{\text{habilidade}}$, $Mod_{\text{obrigação}}$ e $Mod_{\text{volição}}$. Esse resultado sinaliza que o núcleo correspondente ao verbo *parar* ocupa uma posição baixa na hierarquia, inferior à dos demais núcleos aspectuais e dos modais. Considerando esses dados, é possível que o verbo *parar* corresponda a um núcleo aspectual bem próximo a VoiceP. É importante observar que, na hierarquia proposta por Cinque, não há um núcleo aspectual específico para marcar a interrupção de um evento, apenas núcleos que indicam seu término: o $Asp_{\text{terminativo}}$ e o $Asp_{\text{completivo}}$ (I) e (II).

Ao longo desta subseção, constatamos que o verbo *parar* com complemento P InfP se comporta como um auxiliar em relação às restrições de seleção, à ocorrência em expressões idiomáticas, ao fenômeno da transparência de voz e ao processo de passivação. Entretanto, esse verbo impõe restrições ao aspecto de seu complemento, formando sequência apenas com predicados de atividade e de *accomplishment*, que descrevem eventos com transcurso no tempo. O fator referente ao ordenamento de núcleos funcionais sugere, ainda, que *parar* está em um estágio de gramaticalização menos avançado que o dos verbos modais e demais aspectuais, pois não os antecede nas sequências verbais, conforme mostram os exemplos (125) e (126).

4.2.2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os verbos aspectuais diferem dos modais ao selecionarem um complemento regido de preposição. A escolha desta parece estar, de alguma forma, ligada à noção aspectual que o verbo expressa, permitindo a organização dos auxiliares aspectuais em dois grupos: (i) os que subcategorizam um [a InfP]; e (ii) os que subcategorizam um [de InfP].

Dos verbos abordados nesta seção, os aspectuais que selecionam a preposição *a* são *começar*, *continuar*, *tornar* e *voltar*. Estes marcam, respectivamente, o início, o desenvolvimento e a repetição do evento. Já os aspectuais que selecionam a preposição *de* são *acabar*, *terminar* e *parar*, que marcam a retrospecção (*acabar*), o término (*acabar/terminar*) e a

interrupção do evento (*parar*). Os verbos do primeiro grupo, que selecionam a preposição *a*, supõem o avanço ou a continuidade do evento a partir de um determinado ponto. Assim, a preposição *a* parece estar associada a aspecto durativo. Os verbos que selecionam a preposição *de*, por sua vez, supõem a interrupção do evento em um determinado ponto, não sendo compatível com aspecto durativo. Essa sistematicidade no emprego da preposição nos permite supor que sua escolha não é arbitrária, mas determinada pelo aspecto contido no verbo auxiliar.

Ao longo desta seção, verificamos que os aspectuais manifestam importantes propriedades de um auxiliar. Entretanto, impõem restrições ao aspecto do seu complemento, combinando-se apenas com predicados compatíveis com a ideia que expressam. Além disso, não seguem rigidamente a hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006, p. 12; 93). Em relação a esses dois fatores, os aspectuais diferem dos modais, revelando estarem em um processo menos avançado de gramaticalização que estes últimos.

4.2.3 VERBOS DE MOVIMENTO

Nesta seção, vamos investigar o comportamento dos verbos funcionais *ir* e *vir* em relação a fatores determinantes do processo de auxiliaridade verbal. Começamos nossa abordagem verificando se esses verbos admitem um complemento CP:

- (127) a. Esse vidro vai quebrar.
b. *Esse vidro vai que quebre.

- (128) a. João veio a falecer.
b. *João veio que faleceu.

A agramaticalidade das sentenças (127b) e (128b) mostra que os verbos *ir* e *vir* rejeitam CP na posição de complemento, conforme o esperado de um auxiliar, que não seleciona argumentos.

Como os modais e os aspectuais, os verbos de movimento também serão analisados separadamente em relação às demais propriedades de um auxiliar. Inicialmente, abordaremos o verbo *ir* (seção 4.2.3.1); depois, passaremos à análise do verbo *vir* (seção 4.2.3.2).

4.2.3.1 IR

O verbo *ir*, à semelhança de muitos aspectuais, pode ser empregado tanto como verbo lexical quanto funcional. Como verbo lexical, seleciona um PP para a posição de complemento e indica locomoção; como funcional, subcategoriza um VP e expressa noção de futuridade. As sentenças a seguir ilustram, respectivamente, cada um desses empregos:

- (129) a. Carlos vai [_{PP} ao trabalho]/Carlos vai lá trabalhar de pedreiro.
 b. Carlos vai [_{InfP} trabalhar]

Na sentença (129a), o DP *Carlos* constitui argumento externo do verbo *ir*, que seleciona também um complemento PP (*ao trabalho*), evidenciando tratar-se de um verbo lexical. Em (129b), o DP *Carlos* é argumento externo do verbo encaixado (*trabalhar*); *ir* não seleciona argumentos, apenas subcategoriza VP, do que se depreende que ele é incapaz de atribuir papel temático. Para os propósitos deste trabalho, interessa apenas o emprego de *ir* em contextos como o de (129b), em que forma sequência verbal, tornando-se candidato a auxiliar.

A partir deste ponto, passamos a investigar o verbo *ir* com complemento VP em relação às seguintes propriedades: restrição de seleção semântica, ocorrência com sujeito de expressões idiomáticas, transparência de voz, suscetibilidade à apassivação, restrição ao aspecto presente no seu complemento e, por fim, ordem relativa nas sequências verbais.

O verbo *ir* não impõe restrições de seleção semântica ao seu complemento, formando sequência com quaisquer verbos, conforme as sentenças a seguir:

- (130) a. Marta vai correr à tardinha.
 b. Esse refletor vai cair.
 c. Vai chover à noite.
 d. Vai ter/haver aula aos sábados.

A boa formação das sentenças (130a-d) mostra que *ir* se combina com verbos de ação, como *correr*; inacusativos, como *cair*; e impessoais, como *chover*, *ter* e *haver*. Por consequência, *ir* figura em sentenças com sujeitos agentes, como em (130a); inanimados, como em (130b); ou ainda expletivos, como em (130c-d). Esse resultado revela que *ir* não interfere nas restrições de seleção semântica, que são estabelecidas entre o verbo encaixado e o sujeito da sentença.

A possibilidade de ocorrer com sujeito de expressões idiomáticas ratifica as propriedades auxiliares do verbo *ir* com complemento VP. O exemplo a seguir ilustra seu comportamento em relação a esse fator:

- (131) a. A esperança é sempre a última que morre.
b. A esperança vai ser sempre a última a morrer.

A manutenção do sentido idiomático da expressão (131a) em (131b) revela que o verbo *ir* admite alçamento do argumento interno do verbo encaixado (*a esperança*) para a posição de sujeito da sentença. Esse movimento evidencia que *ir* com complemento VP projeta uma estrutura de alçamento, característica dos auxiliares.

Em relação ao fenômeno transparência de voz, *ir* também manifesta um comportamento próprio de verbo auxiliar, como se verifica no exemplo a seguir:

- (132) a. Pedro ainda vai preencher esta vaga.
b. Esta vaga ainda vai ser preenchida por Pedro.

A correspondência de sentido entre as sentenças em (132) constitui outra evidência de que o verbo *ir* é auxiliar, pois permite o alçamento do DP argumento interno do verbo encaixado (*esta vaga*) para a posição de sujeito da sentença. Esse teste é mais um indicador de que o verbo *ir* projeta uma estrutura de alçamento.

Um verbo auxiliar resiste à apassivação por não selecionar argumentos. Como o verbo *ir* com complemento VP tem manifestado importantes propriedades de um auxiliar, esperamos que imponha restrições a esse processo. O exemplo a seguir mostra sua reação a esse fator:

- (133) a. Abel vai arrumar o arquivo.
b. *O arquivo será ido arrumar por Abel.

A má-formação da sentença (133b) evidencia a impossibilidade de apassivar o verbo *ir* com emprego funcional, ratificando a hipótese de que este projeta uma estrutura de alçamento, e não de controle. Conforme já observamos na seção 4.1.3, há verbos lexicais que projetam uma estrutura de alçamento, mas não há auxiliares que projetem uma estrutura de controle. Nessa perspectiva, as evidências de uma estrutura de alçamento constituem fatores determinantes na classificação de um verbo como auxiliar.

Esse verbo também atua como auxiliar ao formar sequência com predicados de atividade, estado, *accomplishment* e *achievement*, como mostram, respectivamente, as sentenças a seguir:

- (134) a. A Júlia vai *caminhar/brincar*. (atividade)
b. Pedro vai *estar doente amanhã/saber a matéria para a prova*. (estado)
c. João vai *limpar o auditório/separar o lixo*. (*accomplishment*)
d. Carlos vai *bater seu próprio recorde*. (*achievement*)

O fato de *ir* se combinar com todas as classes de predicados aspectuais propostas por Vendler (1967), conforme a boa formação de (134a-d), ratifica suas propriedades auxiliares. Esse resultado nos permite inferir que esse verbo encontra-se em um estágio mais avançado de gramaticalização que os aspectuais, que impõe essa restrição ao seu complemento.

O verbo *ir* que subcategoriza VP não impõe restrições semânticas, categoriais nem aspectuais ao seu complemento. Além disso, ocorre com sujeito de expressões idiomáticas sem que estas percam seu significado, admite o fenômeno da transparência de voz e não sofre apassivação, comportando-se como um auxiliar em relação a todos esses fatores. Nesse caso, é esperado que o núcleo funcional correspondente a esse verbo ocupe uma posição bem alta na hierarquia de Cinque (2006, p. 12; 93). Para testar essa hipótese, apresentamos a seguir sentenças em que *ir* coocorre com outros verbos funcionais:

- (135) a. Pedro vai estar sabendo logaritmo para a prova.
b. *Pedro está indo saber logaritmo para a prova.
- (136) a. Maria vai ter acabado o trabalho quando João chegar.
b. *Maria tem ido acabar o trabalho quando João chegar.

Os exemplos (135) e (136) revelam que *ir* pode ser seguido por *estar*, como em (135a), e por *ter*, como em (136a), mas não o contrário, como mostra a má-formação das sentenças (135b) e (136b). Esse resultado evidencia que *ir* corresponde a um núcleo funcional anterior ao do verbo *estar*, indicador de aspecto durativo, e até mesmo ao do verbo *ter*, indicador de anterioridade.

Enfim, o verbo *ir* manifesta todas as propriedades de um verbo funcional que investigamos nesta subseção (e também as apresentadas ao longo do capítulo 3), comportando-se como uma espécie de protótipo da classe dos auxiliares. As possibilidades de ordenamento ilustradas em (135) e (136) sinalizam, ainda, que esse verbo ocupa uma posição bem alta na

hierarquia proposta por Cinque (2006), anterior à dos núcleos correspondentes a *estar* (Asp_{durativo}) e a *ter* indicador de anterioridade (TP_(passado)), o que pressupõe um estágio avançado de gramaticalização.

4.2.3.2 *VIR*

Nesta subseção, analisamos o verbo *vir*, que também pode ser empregado como verbo lexical e funcional. As sentenças a seguir ilustram, respectivamente, cada um desses empregos:

- (137) a. Joana veio [PP à festa]
b. Joana veio [PP a sofrer com a separação]

Na sentença (137a), *vir* constitui um verbo lexical, pois seleciona o DP *Joana* para a posição do argumento externo e um PP (*à festa*) para a posição de complemento. Já em (137b), *vir* é um verbo funcional, sendo o DP *Joana* – sujeito da sentença – o argumento externo do verbo encaixado (*sofrer*). Em contextos como os de (137b), *vir* é candidato a auxiliar, pois forma sequência verbal e não dispõe de papel- θ para atribuir, visto que não seleciona argumentos.

Em relação às restrições de seleção semântica, o verbo *vir* apresenta um comportamento semelhante aos demais auxiliares, como se depreende das sentenças a seguir:

- (138) a. Paulo veio a comprar dois imóveis este ano.
b. O cãozinho veio a morrer de frio.
c. Veio a nevar em pleno outono em Gramado.

A boa formação de (138a-c) revela que *vir* forma sequência com quaisquer verbos e, por consequência, admite DPs animados, inanimados e, até mesmo, elementos expletivos para a posição de sujeito, como mostram, respectivamente, as sentenças do exemplo (138).

O verbo *vir* pode, ainda, ser inserido em expressões idiomáticas sem que estas alterem o seu significado, revelando propriedades características de um auxiliar. O exemplo a seguir ilustra essa possibilidade:

- (139) a. O tempo fechou lá em casa.
b. O tempo veio a fechar lá em casa.

No exemplo (139b), o verbo *vir* se combina com o sujeito da expressão transcrita em (139a), mantendo seu significado idiomático. Esse fato revela que *vir* projeta uma estrutura de alçamento, uma vez que o argumento do verbo encaixado (*o tempo*) se move para a posição Spec de *vir*.

O fenômeno transparência de voz também é possível nos contextos em que o verbo *vir* seleciona um complemento P InfP. O exemplo a seguir ilustra o emprego desse recurso linguístico em sentenças com esse verbo:

- (140) a. Dois alunos vieram a solicitar a prorrogação do prazo para a defesa.
 b. A prorrogação do prazo para a defesa veio a ser solicitada por dois alunos.

A correspondência de sentido entre as sentenças em (140) constitui um outro indício de que o verbo *vir* projeta uma estrutura de alçamento, permitindo, assim, que o DP argumento interno do verbo encaixado (*a prorrogação do prazo para a defesa*) ocupe a posição de sujeito da sentença.

Conforme vimos nas seções anteriores, um auxiliar permite a apassivação da sentença encaixada, mas não pode ser apassivado. O exemplo a seguir mostra o comportamento do verbo *vir* em relação a esse fator:

- (141) a. Muitos alunos vieram a repetir o ano.
 b. *O ano foi vindo a repetir por muitos alunos.

Conforme o esperado para um auxiliar, *vir* não admite apassivação, como se depreende da má-formação da sentença (141b). Esse teste constitui mais uma evidência de que *vir* com complemento P InfP projeta uma estrutura de alçamento, característica dos auxiliares, e não uma estrutura de controle.

Ao longo deste capítulo, vimos que os verbos auxiliares manifestam um comportamento diferente em relação às restrições de seleção ao aspecto do seu complemento. Esse fator não é determinante para a inclusão ou exclusão de um verbo dessa classe, mas dá pistas sobre o estágio de gramaticalização em que o verbo se encontra. Nessa perspectiva, analisamos, a seguir, *vir* em relação às restrições aspectuais:

- (142) a. Três de nossos alunos vieram a jogar no campeonato interestadual. (atividade)
 b. *Maria veio a estar doente. (estado)
 c. Joana veio a organizar todo o evento sozinha. (*accomplishment*)

d. As motos vieram a se chocar abruptamente. (*achievement*)

O verbo *vir* com complemento P InfP indica passado, uma vez que remete à ideia de *terminar por realizar ou sofrer uma ação ou processo*, expressando uma noção de resultado. Por essa razão, esse verbo não deve se combinar com predicados aspectuais que não apresentem término lógico definido, como é o caso dos predicados de estado. Assim, a má-formação da sentença (142b) já era esperada. O resultado mostrado em (142) revela que *vir* oferece restrições ao aspecto do seu complemento, manifestando, portanto, um estágio menos avançado de gramaticalização que o do verbo *ir*.

Por fim, analisamos o verbo *vir* em relação à posição que ocupa em sequências verbais. As possíveis combinações de *vir* com os demais verbos da sequência fornecem importantes indícios da posição que o núcleo funcional correspondente a esse verbo ocupa na hierarquia. As sentenças a seguir mostram as posições que o verbo *vir* pode ocupar quando figura em sequências com verbos modais e aspectuais, respectivamente:

- (143) a. Carlos pode/deve vir a pedir sua ajuda.
b. *Carlos veio a poder/dever pedir sua ajuda.

- (144) a. *Marcos começou a/parou de vir a fumar de repente.
b. Marcos veio a começar a/parar de fumar de repente.

As possibilidades de ordenamento ilustradas nos exemplos (143) e (144) indicam que o verbo *vir* ocupa uma posição abaixo do núcleo Mod_{epistêmico}, correspondente aos verbos *poder* e *dever*, e acima dos núcleos Asp_{inceptivo} e Asp_{interruptivo}, correspondentes aos verbos *começar* e *parar*, respectivamente.

Enfim, o verbo *vir* com complemento P InfP manifesta um comportamento auxiliar para a maioria dos fatores investigados. Entretanto, a restrição a predicados aspectuais de estado e a posição que ocupa em relação a outros verbos funcionais sugerem que está em um processo de gramaticalização menos avançado que o do verbo *ir* com complemento InfP e que o dos verbos modais epistêmicos *poder* e *dever*, mas mais avançado que o de muitos verbos aspectuais.

4.2.4 TER (HAVER)

O verbo *ter*, conforme ilustramos em (146), apresenta uma multiplicidade de usos, podendo ser empregado como existencial,

selecionando apenas argumento interno, como em (146a); como transitivo, permitindo a associação com diferentes significados, ilustrado em (146b-e); como auxiliar modal ou temporal, como se verifica em (146f,g), respectivamente:

- (146) a. Tem muitos alunos nesta sala. (existencial)
b. Eu tenho esse livro. (transitivo - posse alienável)
c. Minha irmã tem olhos azuis. (transitivo - posse inalienável)
d. Minha filha teve uma forte gripe. (transitivo - experiência)
e. Essa biblioteca tem muitos exemplares repetidos. (transitivo - locação)
f. Eu tenho que escrever um artigo. (auxiliar modal)
g. Eu já tinha estudado esse assunto em outra disciplina. (auxiliar temporal)

Diante da diversidade de sentidos gerados no emprego desse verbo, ilustrada em (146), torna-se relevante determinarmos se estamos diante de um caso de polissemia ou de homonímia. Viotti (2000) posicionou-se a esse respeito e argumenta, de forma consistente, a favor da hipótese da polissemia. Segundo a autora, há apenas um verbo *ter* no léxico da língua. A polissemia que se observa na variedade de sentenças construídas com esse item lexical e sua possibilidade de assumir uma forma impessoal devem-se ao fato de que *ter* é um verbo leve, incapaz, portanto, de estabelecer relações predicativas com seus argumentos e de atribuir-lhes um papel temático.

Viotti fundamenta sua proposta na teoria lexical com enfoque no *Léxico Gerativo*, presente em trabalhos desenvolvidos por Pustejovsky (1995). Nessa perspectiva, o verbo *ter* é considerado como semanticamente vazio. Sua estrutura lexical, originalmente subespecificada, passa a especificar-se à medida que o verbo se compõe com outros constituintes da sentença. Essa especificação, vinda de outros itens lexicais portadores de diferentes estruturas *qualia*, estruturas argumentais e estruturas de evento, é que causa a polissemia verificada nas sentenças construídas com esse verbo. Ilustramos essa abordagem utilizando uma das sentenças presentes em Viotti (2000, p. 46):

- (147) A mãe do Marcelo *teve* quatro filhos.

As estruturas *qualia* dos itens *mãe* e *filhos* se compõem e especificam a estrutura *qualia* do verbo *ter* – mais especificamente o seu *quale* agente

–, dando a esse verbo um sentido semelhante ao do item *gerar* ou a expressão *dar à luz*.

Para os fins deste trabalho, interessa-nos o emprego de *ter* em sequências verbais, pois apenas neste contexto torna-se candidato a verbo auxiliar. Na seção 4.2.1.3, analisamos o verbo *ter* com complemento P InfP, correspondente aos núcleos Mod_{obrigação} e Mod_{volição}. Nesta seção, vamos abordar *ter* (eventualmente *haver*) com complemento PartP, correspondente a um núcleo funcional temporal (TP_(Passado)). O exemplo (148) ilustra esse emprego:

- (148) a. [ec tinha Marta bebido na festa]
 b. [_{IP} Marta_i tinha_v [_{VP} t_v [_{PartP} t'_i bebido_k [_{VP} t_i t_k [_{VP} [_{PP} na festa]]]]]]]

Os verbos *ter* e *haver* com complemento PartP não admitem CP na posição de complemento, como mostram as sentenças a seguir:

- (149) a. O solo tinha/havia rachado.
 b. *O solo tinha/havia que rachou.

A agramaticalidade da sentença (149b) revela a impossibilidade de desenvolver o complemento particípio de *ter/haver*, em (149a), em um CP encabeçado pelo complementizador *que*. Esse resultado indica que *ter* e *haver* não selecionam argumentos, manifestando propriedades de um verbo auxiliar.

A possibilidade de *ter* e *haver* formarem sequência com diferentes verbos ratifica suas propriedades funcionais, pois revela que não impõem restrições de seleção semântica ao sujeito da sentença nem ao seu complemento, como se verifica, respectivamente, nos exemplos a seguir:

- (150) a. O copo caiu.
 b. O copo tinha caído.
 c. *O copo tinha saído.
 d. O menino tinha saído.
- (151) a. Maria tem nadado.
 b. O solo tem rachado.
 c. Tem nevado em algumas regiões.
 d. Tem havido protestos na reitoria.

A boa formação das sentenças (150a), (150b) e (150d) em contraste com a agramaticalidade da sentença (150c) evidencia que o verbo *ter* não interfere

nas restrições de seleção semântica, que são estabelecidas entre o sujeito da sentença e o verbo encaixado, do qual constitui argumento. As sentenças do exemplo (151) mostram que o verbo *ter* forma sequência com verbos de ação, como *nadar* em (151a); inacusativos, como *rachar* em (151b); e impessoais, como *nevar* e *haver* em (151c-d).

O verbo *ter* com complemento PartP admite o fenômeno da transparência de voz, mas não é suscetível à passivação, manifestando duas importantes propriedades dos verbos auxiliares. As sentenças a seguir ilustram o comportamento desse verbo em relação a cada um desses fatores:

- (152) a. Abel tem feito algumas das traduções.
b. Algumas das traduções têm sido feitas por Abel.
c. *Algumas das traduções foram tidas feitas por Abel.

A boa formação da sentença (152b) mostra que o verbo *ter* com complemento PartP permite a passivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência de sentido entre ativa-passiva, como é esperado de um verbo auxiliar. A má-formação de (152c) também é esperada, pois os auxiliares não podem ser passivados, uma vez que não selecionam argumentos.

Os verbos *ter* e *haver* com complemento PartP se combinam com todas as classes de predicados aspectuais propostas por Vendler (1967), como mostram as sentenças a seguir:

- (153) a. Joana tinha/havia fugido. (atividade)
b. Pedro tinha/havia estado doente. (estado)
c. Carlos e João tinham/haviam separado o lixo. (*accomplishment*)
d. Lucas tinha/havia descoberto o segredo do cofre. (*achievement*)

Esse resultado revela que esses verbos não impõem restrições aspectuais ao seu complemento, exibindo uma propriedade manifestada plenamente apenas nos modais e no verbo *ir* com complemento VP.

É possível que o verbo *ter* ocupe uma das primeiras posições na hierarquia de Cinque (2006), uma vez que manifesta um comportamento auxiliar para todas as propriedades funcionais que abordamos neste trabalho (capítulos 3 e 4). Para confirmar essa hipótese, investigamos a seguir o comportamento desse verbo em relação à ordem nas sequências verbais:

- (154) a. Joana tem estado ocupada.
b. *Joana está tendo ocupada.

- (155) a. Carlos deve ter tido problemas.
 b. *Carlos tem devido ter problemas.
- (156) a. Maria vai ter acabado o trabalho quando João chegar.
 b. *Maria tem ido acabar o trabalho quando João chegar.

Os exemplos de (154) a (156) constituem indícios de que o verbo *ter* com complemento PartP corresponde a um núcleo funcional específico, visto que segue um ordenamento rígido em relação aos outros verbos funcionais com os quais forma sequência. O contraste de gramaticalidade entre as sentenças dos exemplos (154) e (155) evidencia que o núcleo ao qual o verbo *ter* indicador de anterioridade está associado se posiciona antes do núcleo $Asp_{durativo}$, correspondente ao verbo *estar*, mas depois do núcleo $Mod_{epistêmico}$, correspondente ao verbo *dever*₃. A sequência verbal exibida no exemplo (156) revela que o núcleo funcional correspondente ao verbo *ir* (TP_{Futuro}) ocupa uma posição mais alta na hierarquia que a do núcleo correspondente ao verbo *ter* ($TP_{Passado}$).

Constatamos ao longo desta seção que o verbo *ter* com complemento PartP manifesta todas as propriedades de um auxiliar que vimos testando. Em princípio, podemos concluir que esse verbo encontra-se em um estágio avançado de gramaticalização, semelhante ao dos verbos modais epistêmicos (*poder* e *dever*) e ao do verbo *ir* com complemento VP. As possibilidades de ordenamento entre *ter* e os modais epistêmicos, mostradas em (155), e entre *ter* e o verbo *ir* com complemento VP, mostradas em (156), sugerem, entretanto, que *ter* com complemento PartP está em um processo menos avançado de gramaticalização que esses outros auxiliares. Para o PB, o ordenamento hierárquico envolvendo esses verbos seria: $Mod_{epistêmico} > TP_{(Futuro)} > TP_{(Passado)}$. Essa ordem difere da proposta por Cinque (2006, p. 12), cuja sequência sugerida para as línguas românicas é: $Mod_{epistêmico} > TP_{(Passado)} > TP_{(Futuro)}$.

4.2.5 ESTAR

O verbo *estar* é um aspectual que indica a duração do evento. O seu complemento pode ser tanto uma SC quanto um VP/gerúndio⁵⁶, como mostram, respectivamente, as sentenças a seguir:

- (157) a. Pedro está concentrado.
b. Pedro está estudando.

Embora *estar* expresse aspecto durativo em ambas as sentenças, está desempenhando a função de auxiliar apenas em (157b), em que subcategoriza um VP/gerúndio. Conforme argumentamos na seção 4.1.3, um auxiliar deve, necessariamente, fazer parte de um grupo verbal e, além disso, não pode ser o último verbo da sequência. Considerando que *estar* é o único verbo da sentença (157a), não pode, neste caso, ser classificado como auxiliar. Para a nossa pesquisa, interessa o emprego auxiliar desse verbo. Por essa razão, vamos analisar apenas os casos em que *estar* subcategoriza um VP/gerúndio, como em (157b).

As sentenças a seguir mostram como o verbo *estar* com complemento GerP se comporta em relação às restrições de seleção semântica:

- (158) a. A criança está brincando.
b. A carne está descongelando.
c. Está chovendo no litoral.
d. Está havendo uma reunião na sala 207.

As sentenças em (158) mostram que o verbo *estar* não impõe restrições semânticas ao seu complemento, formando sequência com verbos de ação, como *brincar*, em (158a); inacusativos, como *descongelar*, em (158b); e impessoais, como *chover* e *haver*, em (158c-d). Em relação a esse fator, *estar* manifesta, portanto, um comportamento compatível com o de um auxiliar.

⁵⁶ No PE, são comuns as construções em que *estar* subcategoriza um P InfP. Estas são comutáveis com as construções gerundivas, conforme mostram as sentenças a seguir, extraídas de Gonçalves (1999, p. 478):

- (i) a. O João está a contar a história do *Capuchinho Vermelho* à Joana.
b. O João está contando a história do *Capuchinho Vermelho* à Joana.

A nossa análise não irá considerar construções como as do exemplo (ia) por estas não serem naturais no PB.

A possibilidade de um verbo se combinar com o sujeito de uma expressão idiomática evidencia a projeção de uma estrutura de alçamento, própria dos auxiliares. Em vista disso, analisamos a seguir o comportamento de *estar* em relação a essa propriedade:

- (159) a. A vaca foi pro brejo.
b. A vaca está indo pro brejo.

O significado idiomático de (159a) não se perde em (159b), com o acréscimo do verbo *estar* à expressão. Essa correspondência de sentido entre as sentenças do exemplo (159) constitui mais uma evidência de que *estar* projeta uma estrutura de alçamento, uma vez que permite o movimento do DP argumento do verbo encaixado (*A vaca*) para a posição de sujeito da sentença. Para esse teste, *estar* revela igualmente um comportamento próprio dos verbos auxiliares.

As sentenças a seguir mostram como *estar* com complemento GerP reage aos testes envolvendo os fenômenos transparência de voz e apassivação, respectivamente:

- (160) a. Maria está conduzindo a reunião.
b. A reunião está sendo conduzida por Maria.
c. *A reunião foi estada conduzida por Maria.

A sentença (160b) exhibe o fenômeno transparência de voz, revelando que *estar* admite a apassivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência ativa-passiva. Esse resultado é esperado para um auxiliar, que projeta uma estrutura de alçamento, permitindo, assim, o movimento do objeto. A sentença (160c) mostra que *estar* não pode sofrer apassivação. Considerando que esse processo requer a seleção de argumentos – tanto externo quanto interno –, é esperado que não ocorra com auxiliares. Logo, a agramaticalidade de (160c) ratifica a classificação de *estar* como um verbo auxiliar.

O verbo *estar* indica aspecto durativo. É provável, portanto, que se combine apenas com predicados aspectuais compatíveis com essa ideia, ou seja, em que se verifique transcurso no tempo. Para investigar essa hipótese, exibimos, a seguir, sentenças em que *estar* forma sequência com predicados de atividade, *accomplishment* e *achievement*, respectivamente:

- (161) a. Pedro está correndo. (atividade)
b. Maria está catalogando os livros. (*accomplishment*)
c. *Joana está estourando o balão. (*achievement*)

A agramaticalidade da sentença (161c) revela que o verbo *estar* não se combina com predicados de *achievement*, que não apresentam transcurso no tempo. À semelhança dos demais aspectuais investigados na seção 4.2.2, o verbo *estar* impõe restrições ao aspecto do seu complemento.

Por fim, analisamos *estar* em relação ao ordenamento em sequências verbais. Conforme Cinque (2006, p. 12; 93), o núcleo Asp_{durativo}, ao qual o verbo *estar* corresponde, ocupa uma posição entre os núcleos Asp_{retrospective} e Asp_{inceptivo}. É esperado, portanto, que siga os modais *dever* e *poder* com interpretação epistêmica e os temporais *ter* e *ir* e anteceda os aspectuais *começar* e *terminar* e os modais *dever* ((*ter*)*obrigação*) e *poder* ((*ter*)*permissão* e *habilidade*). Para testar esta hipótese, apresentamos, a seguir, sentenças em que *estar* forma sequência com alguns desses verbos:

- (162) a. Pedro deve estar doente.
b. *Pedro está devendo adoecer.
- (163) a. Maria tem estado trabalhando muito ultimamente.
b. *Maria está tendo trabalhado muito ultimamente.
- (164) a. Joana vai estar almoçando comigo no domingo.
b. #Joana está indo almoçar comigo no domingo⁵⁷.
- (165) a. *Pedro começou a estar fumando.
b. Pedro está começando a fumar.
- (166) a. Os alunos estavam terminando de fazer o trabalho.
b. *Os alunos terminaram de estar fazendo o trabalho.

O contraste de gramaticalidade entre as sentenças dos exemplos (162) a (166) revela que o verbo *estar* segue rigidamente o ordenamento de núcleos funcionais, admitindo uma única posição quando se combina com outro verbo funcional. As combinações ilustradas nos exemplos anteriores estão de acordo com a posição desse núcleo na hierarquia de Cinque. Esses dados constituem, portanto, mais uma evidência do PB para a proposta de uma única hierarquia de núcleos funcionais para as línguas românicas.

Os testes realizados com *estar* com complemento GerP ao longo desta seção revelam que esse verbo pertence à classe dos auxiliares. Entretanto, o fato de ele impor restrições ao aspecto do seu complemento,

⁵⁷ Marcamos esta sentença com o símbolo ‘#’ para indicar que sua boa formação está condicionada ao emprego lexical do verbo *ir*.

combinando-se apenas com predicados em que há transcurso no tempo, indica um estágio de gramaticalização menos avançado que o dos verbos modais epistêmicos ou, ainda, que o dos verbos temporais, que não impõem essa restrição ao seu complemento. Esse resultado está de acordo com a hipótese de que os núcleos mais gramaticalizados são aqueles que ocupam as primeiras posições na hierarquia e, por consequência, nas sequências verbais.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho investigou os fenômenos de Reestruturação e auxiliaridade verbal no PB. Ambos os processos envolvem aplicação de regras sintáticas que desencadeiam a formação de predicado complexo, formando uma sequência verbal na estrutura de superfície. Provavelmente, por essa razão, a lista de verbos auxiliares que consta nas gramáticas e manuais do PB é tão expressiva. Na acepção tradicional, auxiliar parece ser sinônimo de verbo funcional. Constatamos, entretanto, que os verbos funcionais manifestam um comportamento diferente entre si em relação às propriedades determinantes de um predicado complexo, sugerindo estarem em diferentes estágios de gramaticalização. Com base nesse fato, formulamos a hipótese de que os verbos funcionais não são, necessariamente, auxiliares. Pertenceriam a esta classe apenas aqueles que se encontram em um estágio avançado de gramaticalização.

Para classificar um verbo como de Reestruturação ou auxiliar, é necessário partir do conceito de predicado complexo, pois um verbo funcional é, em princípio, aquele capaz de desencadear a regra que forma um complexo verbal a partir de dois domínios sentenciais. Em vista disso, iniciamos o trabalho por uma revisão do conceito de locução verbal nas principais gramáticas e manuais do PB. Constatamos que, embora haja algumas variações nesse conceito, os gramáticos de modo geral parecem perceber a locução verbal como uma unidade no desempenho de uma função. A relativa concordância em torno do conceito de locução verbal não se mantém na discussão acerca da noção de auxiliaridade, pois esses mesmos gramáticos apresentam listas diferentes de verbos pertencentes à classe dos auxiliares. Alguns autores revelam cautela ao inserir nessa classe um número restrito de verbos; a maioria, entretanto, apresenta uma lista ampla. Observamos, inclusive, que muitos dos gramáticos abordados tendem a inserir em suas listas de auxiliares todo verbo que manifesta algumas das propriedades dessa classe. Logo, consideram auxiliar também os verbos classificados na literatura linguística como verbos de Reestruturação. Com o objetivo de determinar a classe dos auxiliares no PB, distinguindo-os dos verbos de Reestruturação, organizamos o trabalho de forma a caracterizar cada um desses fenômenos, buscando depreender suas semelhanças e diferenças.

No primeiro capítulo, apresentamos a noção de auxiliaridade verbal presente em conceituadas gramáticas tradicionais e também nos trabalhos de Pontes (1973) e Lobato (1975). Estes diferem das gramáticas ao

abordarem o fenômeno da auxiliaridade em uma perspectiva linguística, apresentando critérios (morfossintáticos e semânticos) determinantes na caracterização desse fenômeno e submetendo os verbos candidatos a auxiliares a testes que revelem as propriedades dessa classe. Por consequência, o resultado a que chegam essas autoras é uma lista restrita de verbos auxiliares. Pontes considera auxiliar apenas os verbos *ter* acompanhado de particípio, o qual pode alternar com *haver*, e os verbos *estar*, *ficar*, *ir*, *ser* e *vir* também acompanhados de particípio. Lobato, embora tenha empregado critérios semelhantes aos de Pontes na apreensão de propriedades dos auxiliares, insere nessa classe apenas quatro membros: *ser*, *ter* e *haver* acompanhados de particípio e *estar* acompanhado de gerúndio.

No segundo capítulo, caracterizamos o fenômeno da Reestruturação, apresentando diferentes versões dessa Hipótese nas línguas românicas. Tomamos por base os trabalhos de Rizzi (1982), Aissen e Perlmutter (1983), Burzio (1986), Gonçalves (1999, 2001) e Cinque (2006). Ainda neste capítulo, sistematizamos os verbos apresentados na literatura linguística como desencadeadores da regra de Reestruturação nas línguas românicas. Estes podem projetar uma estrutura de controle, como *ousar*, *conseguir*, *querer*, *tentar*, entre outros; ou de alçamento, como é o caso dos verbos *poder*, *dever*, *ter de/que*, *tender*, *começar*, *continuar*, *costumar*, *estar*, *terminar*, *ir*, *vir*, entre outros.

No terceiro capítulo, abordamos os principais fatores determinantes do processo de Reestruturação nas línguas românicas e sua manifestação no PB. Os resultados referentes ao fator alçamento do clítico, o diagnóstico mais confiável da aplicação da regra de Reestruturação, não podem ser considerados determinantes no PB. Em primeiro lugar, por essa língua não dispor de um rico paradigma de clíticos como as demais línguas românicas. Em segundo, por o clítico acusativo de terceira pessoa *o*, que apresenta um comportamento próximo ao dos clíticos das outras línguas românicas, não ser natural na fala. Esses dois fatores enfraquecem, consideravelmente, a credibilidade desse teste, que foi, por essa razão, desconsiderado neste trabalho. O movimento longo do objeto, que também constitui um importante diagnóstico da Reestruturação, se manifesta no PB tanto com verbos de alçamento, que permitem a apassivação da sentença encaixada, quanto com verbos de controle, que admitem movimento *-tough*.

Os resultados do PB para os testes referentes à negação sentencial, à dependência temporal do domínio encaixado, à inserção de material lexical entre os verbos da sequência e à hierarquia dos núcleos funcionais foram semelhantes aos obtidos nas demais línguas românicas, sugerindo que o fenômeno da Reestruturação ocorre também no PB. Esses testes revelaram

ainda que os verbos de Reestruturação no PB são os mesmos que desencadeiam esse processo nas demais línguas românicas: modais, aspectuais e verbos de movimento.

Iniciamos o quarto capítulo apresentando a hipótese inacusativa. A seguir, estendemos essa hipótese a todo verbo que não tem especificador e seleciona complemento, não importando a categoria deste. Por fim, concluímos que ser inacusativo é uma propriedade de todo o verbo auxiliar. Essa constatação nos permitiu excluir dessa classe os verbos de Reestruturação que projetam uma estrutura de controle.

Com base em Lunguinho (2009), admitimos que os auxiliares têm um traço [V] que precisa ser checado contra um traço compatível do seu complemento. A classe dos auxiliares deve ser constituída, portanto, por verbos que selecionam VP/infinitivo, gerúndio ou particípio, formando uma sequência verbal na estrutura de superfície. Para que possa checar seu traço [V], o auxiliar não pode ser o único verbo da predicação nem o último da sequência. Se for o único ou o último verbo da predicação, seu complemento não vai apresentar o traço [V]. Esse fato nos permite excluir da classe dos auxiliares os verbos que selecionam argumentos (DPs e CPs) e os copulativos.

É importante notar, ainda, que o infinitivo que aparece na posição de complemento de um auxiliar pode ser um infinitivo de fato ou um VP. O infinitivo é uma categoria que precisa ser marcada com caso; o VP, não. Considerando que o complemento de um auxiliar ocorre em um ambiente inacusativo, podemos supor que a presença da preposição é requerida para marcação de caso, revelando, assim, um infinitivo verdadeiro na posição de complemento do auxiliar. A ausência da preposição, por sua vez, revela a seleção de um VP para essa posição.

Os verbos de Reestruturação que submetemos aos testes indicadores do processo de auxiliaridade foram os modais (*poder, dever, ter de/que*), os aspectuais (*começar, tornar, voltar, continuar, acabar, terminar, parar*), os verbos de movimento (*ir, vir*) e, por fim, o verbo *ter/haver*. Tanto os verbos de Reestruturação quanto os auxiliares são verbos funcionais, que podem desencadear a formação de um predicado complexo quando selecionam um complemento VP/infinitivo, gerúndio ou particípio ou um P InfP. A análise dos verbos de Reestruturação (capítulo 3) e dos verbos auxiliares (capítulo 4) permitiu-nos constatar que a diferença entre esses verbos está no seu grau de gramaticalização, sendo os auxiliares os mais gramaticalizados e, por consequência, os que ocupam as primeiras posições na sequência verbal. Além disso, verificamos que há diferenças mesmo entre os verbos pertencentes à classe dos auxiliares, sendo esta composta por membros

organizados em um *continuum* de auxiliariedade, ou seja, os verbos auxiliares manifestam as características dessa classe em diferentes graus.

As propriedades comuns aos verbos de Reestruturação e aos auxiliares do PB são que ambos permitem o movimento longo do objeto, impossibilitam a dupla negação, subcategorizam um VP dependente temporalmente do domínio matriz e estão sujeitos à ordem relativa dos núcleos funcionais. Além dessas propriedades, os verbos auxiliares genuínos não impõem restrições semânticas ao seu complemento, formando sequência com quaisquer verbos; ocorrem com sujeitos de expressões idiomáticas, sem alterar a essência de seu significado; sofrem o fenômeno da transparência de voz, mantendo a correspondência ativa-passiva; não são suscetíveis à apassivação; não impõem restrições ao aspecto do seu complemento e, por fim, seguem rigidamente a hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006). Ao longo do capítulo quatro, constatamos que os modais, os aspectuais, os verbos de movimento e o verbo *ter* se comportam diferentemente em relação a cada um desses fatores. Logo, encontram-se em estágios diferentes de gramaticalização.

Os verbos *poder*, *dever* e *ter de/que* expressam diferentes modalidades, remetendo a mais de um núcleo funcional. Nesse caso, não é possível indicar o grau de gramaticalização dos verbos em si, mas sim determinar a posição hierárquica dos núcleos aos quais correspondem. Por essa razão, associamos os verbos *poder*₃ e *dever*₃ ao núcleo Mod_{epistêmico}; *dever*₂ e *ter de/que*₁, ao núcleo Mod_{obrigação}; *poder*₁, ao Mod_{habilidade}; *poder*₂, ao Mod_{permissão}; e *ter de/que*₂, ao Mod_{volitivo}. Os verbos correspondentes a determinado núcleo manifestam o mesmo comportamento em relação aos fatores investigados. A análise dos modais no PB revelou que os verbos que remetem aos núcleos Mod_{epistêmico} e Mod_{volição} não impõem restrições de natureza semântica nem temporal ao seu complemento; ao passo que os verbos que remetem aos núcleos Mod_{obrigação}, Mod_{habilidade} e Mod_{permissão}, sim. Esse resultado confirmou a hipótese da hierarquia de núcleos funcionais (Cinque, 2006), pois os verbos modais com mais propriedades auxiliares (*poder*₃ e *dever*₃) correspondem ao núcleo modal mais alto da hierarquia (Mod_{epistêmico}).

Os aspectuais também são classificados como verbos de Reestruturação nas línguas românicas em geral, comportando-se como verbos funcionais. Diferentemente dos modais, os aspectuais selecionam um complemento regido de preposição. Esta parece estar associada à noção aspectual que esses verbos expressam: os que implicam avanço ou continuidade do evento (*começar*, *continuar*, *tornar* e *voltar*) selecionam um complemento [a InfP]; já os que indicam interrupção do evento (*acabar*, *terminar* e *parar*) selecionam um complemento [de InfP]. A sistematicidade

observada entre a noção aspectual e a preposição requerida por esses verbos nos levou à conclusão de que a escolha da preposição que acompanha o complemento de um aspectual não é arbitrária.

Os aspectuais manifestam importantes propriedades de um auxiliar, devendo, portanto, ser inseridos nessa classe. É necessário observar, contudo, que esses verbos oferecem restrições de peso variável ao seu complemento, pois formam sequência apenas com verbos cujo aspecto seja compatível com a ideia que expressam. Os aspectuais podem, ainda, ocupar mais de uma posição na sequência verbal, não seguindo rigidamente a hierarquia de núcleos funcionais proposta por Cinque (2006, p. 12; 93). O comportamento dos aspectuais em relação a esses dois fatores revelam que esses verbos se encontram em um estágio de gramaticalização menos avançado que o dos verbos modais, que não impõem essas restrições ao seu complemento.

O verbo *ir* comporta-se como um auxiliar em relação a todos os fatores investigados, o que sinaliza um estágio bem avançado de gramaticalização. Esse resultado está de acordo com a proposta da hierarquia de núcleos funcionais, pois o núcleo ao qual *ir* corresponde (TP_{futuro}) ocupa uma das primeiras posições da hierarquia de Cinque (2006). As possibilidades de combinação desse verbo com outros verbos funcionais indicam que *ir* corresponde a um núcleo posicionado à direita do núcleo Mod_{epistêmico}, mas à esquerda do núcleo TP_{passado}, pois segue os verbos *poder₃* e *dever₃*, mas antecede o verbo *ter* indicador de anterioridade em sequências verbais.

Embora o verbo *vir* com complemento P InfP se combine apenas com predicados aspectuais de estado, impondo restrições ao aspecto de seu complemento, deve ser inserido na classe dos auxiliares, pois manifesta todas as demais propriedades características dessa classe. Esse verbo encontra-se em um estágio menos avançado de gramaticalização que o do verbo *ir* com complemento VP e que o dos verbos modais epistêmicos, mas mais avançado que o dos verbos aspectuais em geral, pois segue os primeiros quando figura com estes em sequências verbais, mas não os últimos.

O verbo *ter* com complemento PartP manifesta todas as propriedades características de um auxiliar. Parece, entretanto, estar em um estágio menos avançado de gramaticalização que o dos verbos modais epistêmicos (*poder₃* e *dever₃*) e que o do verbo *ir* com complemento VP, pois segue tanto os primeiros quanto o último quando figura com estes em sequências verbais.

A aplicação dos testes indicadores dos processos de Reestruturação e auxiliaridade verbal revelou que um auxiliar manifesta mais propriedades

de verbo funcional que um verbo de Reestruturação. Portanto, consideramos possível afirmar que os verbos correspondentes aos primeiros núcleos da hierarquia proposta por Cinque, que ocupam as primeiras posições nas sequências verbais, constituam os verbos auxiliares genuínos. Considerando os verbos contemplados em nossa análise, o ordenamento dos núcleos funcionais no PB fica assim:

Mod_{epistemic} > TP_(Future) > TP_(Past) > Asp_{repetitive} > Mod_{volitional} > Asp_{terminative} >
 Asp_{continuative} > Asp_{retrospective} >
 Asp_{durativo} > Asp_{inceptive} > ModP_{obligation} > ModP_{ability} > ModP_{permission} >
 Asp_{interruptivo} > Asp_{completivo} > VoiceP

Essa escala coincide com a proposta por Cinque, constituindo o PB uma evidência em favor de uma única hierarquia de núcleos funcionais para as línguas românicas. As diferenças se limitam às posições previstas para os núcleos aspectuais. Para o autor, os aspectuais indicadores de início e término do evento remetem a mais de um núcleo funcional na hierarquia, o que explicaria as diferentes possibilidades de ordenamento destes em relação a outros verbos funcionais. Na nossa proposta, entretanto, esses aspectuais se comportam como os demais verbos, correspondendo a um único núcleo funcional. O fato de não seguirem rigidamente a ordem proposta na hierarquia sinaliza, simplesmente, que são menos gramaticalizados do que os verbos que seguem o ordenamento. Esse parece ser o caso, uma vez que os aspectuais de modo geral não se combinam com quaisquer verbos, oferecendo restrições de diferentes graus ao seu complemento, o que não é esperado de um auxiliar.

Além das diferenças em relação aos verbos aspectuais, a escala apresentada anteriormente difere da de Cinque também pela ordem dos núcleos TP_(Futuro) e TP_(Passado), que para o autor é inversa. É importante notar, entretanto, que, tanto na hierarquia proposta para as línguas românicas por Cinque (2006) quanto na apresentada acima para o PB, os núcleos TP_(Futuro) e TP_(Passado) estão justapostos e ocupam as primeiras posições na hierarquia, o que significa alto grau de gramaticalização em relação aos demais núcleos.

REFERÊNCIAS

AISSSEN, J.; PERLMUTTER, D. Clause reduction in spanish. In: THOMPSON, H. et al. (Eds.). *Proceedings of the second annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Califórnia: Ed. Berkeley, 1976. p. 1-30.

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1964.

_____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1965.

_____. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Acadêmica, 1966.

AZEREDO, J. C. de. Entre léxico e gramática: a questão da auxiliaridade verbal. In: VALENTE, A. C. *Língua, lingüística e literatura: uma integração para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. EdUERJ, 1998.

BARBOSA, N. S. dos S. *Interpretação da nomenclatura gramatical brasileira*. Brasília: Ed. Ministério da Educação e Cultura, 1962.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2001.

BURZIO, L. *Italian syntax*. Dordrecht: Ed. Reidel, 1986.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Padrão, 1979.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *The minimalist program*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures*. New York: Oxford University Press, 2006. 4 v.

CORSO, S. *Verbos auxiliares no português brasileiro*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Centro de Comunicação e Expressão, Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

DIAS, A. E. S. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Ed. Clássica, 1970.

FUKUDA, S. *The syntax of Japanese aspectual verbs*. San Diego, CA: UCSD, 2006.

_____. On the control/raising ambiguity with aspectual verbs: a structural account. In: STIEBELS, B. (Ed.). *Studies in complement control*. Berlim: ZAS Papers in Linguistics, 2007. p. 159-195. 47 v.

_____. Aspectual verbs and the aspect phrase hypothesis. *San Diego Linguistics Papers*, n. 3, p. 11-31, 2008.

GONÇALVES, A. *Para uma sintaxe dos verbos auxiliares em português europeu*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

_____. *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não-preposicionado do português europeu*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

_____. Defectividade funcional e predicados complexos em estruturas de controlo do português. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Eds.). *Razões e Emoção: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus*. Lisboa: FLUL, 2001.

_____. *Verbos auxiliares e verbos de Reestruturação do Português Europeu*. Lisboa: FLUL, 2002.

GONÇALVES, A.; DUARTE, I.; MIGUEL, M. On the status of prepositions in infinitival verb complements. In: Congresso de Linguística General, 6., 2004, Santiago de Compostela. *Actas...* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2004. p. 1599-1608.

HAEGEMAN, L. Verb projection raising and the multidimensional analysis: some empirical problems. *Linguistic Inquiry*, n. 19, p. 671-683, 1988.

_____. Verb raising as verb projection raising: some empirical problems. *Linguistic Inquiry*, n. 25, p. 509-521, 1994.

_____. *Introduction to government and binding theory*. Oxford: Blackwell, 1994.

HAEGEMAN, L.; RIEMSDIJK van H. Verb projection raising, scope, and the typology of rules affecting verbs. *Linguistic Inquiry*, n. 17, p. 417-466, 1986.

HORNSTEIN, N. Movement and control. *Linguistic Inquiry*, n. 30, p. 69-96, p. 1999.

HORNSTEIN, N.; MARTINS, A. M.; NUNES, J. Infinitival complements of perception and causative verbs: a case study on agreement and intervention effects in English and European Portuguese. *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, n. 14, p. 81-110, 2006.

KANTHACK, G. S. *Clíticos pronominais no português do Brasil*. 2002. Tese (Doutorado) – Centro de Comunicação e Expressão, Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1994.

KURY, A. G. *Lições de análise sintática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1970.

LOBATO, L. M. P. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, L. et al. *Análises linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 11. ed. São Paulo: Ed. Globo, 1991.

LUNGUINHO, M. V. S. *A Ordem dos verbos auxiliares: uma análise em termos de traços*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. *Verbos auxiliares e a teoria da gramática*. Relatório (Exame de qualificação para doutoramento) – Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, A. M.; NUNES, J. Raising issues in portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 4, p. 53-77, 2005.

MATOS, G. Negative concord and the scope of negation. *CatWPL7*, p. 175-190, 1999.

MIOTO, C.; FOLTRAN, M. J. A favor de small clauses. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 49, v. 1, p. 11-28, 2007.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F; LOPES, R. E. V. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

NEWMAYER, F. *English aspectual verbs*. Paris: Mouton, 1975.

NUNES, J. M. *Se apassivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro*. *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 20, p. 33-58, 1991.

PEREIRA, A. L. D. *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída*. 2006. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PERINI, M.. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

PERLMUTTER, D. M. The two verbs begin. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (Eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham, MA: Blaisdell, 1970. p. 107-19.

- _____. Personal vs impersonal constructions. *Natural language and linguistic theory*, Dordrecht, v. 1, p. 141-200, 1983.
- PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.
- PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.
- RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- RIZZI, L. A restructuring rule in Italian syntax. In KEYSER, S. J. (Org.). *Recent transformational studies in European languages*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1978.
- _____. *Issues in Italian syntax*. Dordrecht: Ed. Foris, 1982.
- _____. *Relativized minimality*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1990.
- ROBERTS, I. Restructuring, head movement, and locality. *Linguistic Inquiry*, n. 28, v. 3, p. 423-460, 1997.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 25. ed. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1985.
- STOWELL, T. The tense of infinitives. *Linguistic Inquiry*, n. 13, p. 561-570, 1982.
- TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981.
- VENDLER, Z. Verbs and times. In: _____. *Linguistics in philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- VIOTTI, E. O caso do sintagma nominal das sentenças existenciais. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 41-71, 2000.
- WURMBRAND, S. *Infinitives*. 1998. Cambridge, Mass: MIT Press, 1998. (Tese de Doutorado).

_____. Modal verbs must be raising verbs. In: BIRD, S.; CARNIE, A.; HAUGEN, J.; Norquest, P. (Eds.). *WCCFL 18 Proceedings*. Somerville, MA: Cascadilha Press, 1999. p. 599-612.

_____. *Infinitives: restructuring and clause structure*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2003.

_____. Two types of restructuring: lexical vs functional. *Língua*, n. 114, p. 991-1014, 2004. Disponível em:
<http://semlab1.sbs.sunysb.edu/Users/fmar/egg_2005/wurmbrand_2004.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.

_____. *Infinitives: a future without tense*. *Jersey Syntax Circle*, Apr. 2006.